

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**SANTARÉM E A RECONQUISTA**  
**A TOMADA DA CIDADE EM 1147**

JOÃO DIOGO RODRIGUES DE CARVALHO

Tese orientada pelo Prof. Doutor José Manuel Henriques Varandas especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História Militar.

2022

# ÍNDICE

Agradecimentos	3
Abreviaturas e siglas	6
Resumo	7
<i>Abstract</i>	8
Introdução	9
1. Estado da Arte	11
2. Reconquista cristã em Portugal (1064-1146)	32
2.1. A presença muçulmana em território português: os casos do Vale do Tejo e Estremadura	39
2.1.1. Médio Tejo	40
2.1.2. <i>Shantarín</i> / Santarém	42
2.1.3. Estremadura	44
2.2. Exércitos, armamento e estruturas defensivas	46
2.2.1. O campo cristão	46
a) Exército e armamento	46
b) Estruturas defensivas: os casos entre o Mondego e Tejo	49
2.2.2. O campo muçulmano	53
a) Exército e armamento	53
b) Estruturas e sistemas defensivos	57
3. Santarém: importância geoestratégica e estruturas defensivas	60
3.1. O «padrasto mais de reccar» dos cristãos	61
3.2. Estruturas e sistemas defensivos	64
3.3. A preparação do assalto	74
3.3.1. As vésperas de março de 1147	74
3.3.2. O planeamento	78
4. O assalto a Santarém	85
4.1. A viagem rumo a Santarém	86
4.2. O assalto	97
4.2.1. A questão moçárabe	101
4.2.2. A polémica Porta de Atamarma	103
4.2.3. O pós-tomada de Santarém	105
Conclusão	107
Fontes e bibliografia	112

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Campanhas Almorávidas (1116-1117)	35
Mapa 2 - Avanços cristãos sob o comando de Afonso Henriques (anos 30 século XII – 1147)	38
Mapa 3 - Trajeto das tropas de Afonso Henriques rumo a Santarém	90
Mapa 4 - Sistemas defensivos da «linha do Tejo»	92

## AGRADECIMENTOS

Ao longo destes cinco (cansativos, mas de grandes aprendizagens) anos em que tenho frequentado a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma questão se tem mostrado transversal neste percurso dividido entre Licenciatura e Mestrado: o que é a História? Qualquer pessoa rapidamente dirá que História é o estudo do passado. Esta mesma resposta foi quase unânime entre os meus colegas de curso no meu ano de caloiro, quando colocada por diversos professores nas mais diversas cadeiras e matérias. Eu próprio concebia facilmente esta visão da História. Mas a História não é assim tão simples. É muito mais do que o mero estudo do passado, dos acontecimentos, dos Homens e dos seus feitos. Não irei aqui desenvolver esta questão, uma vez que não é esse o nosso objetivo, assim como não usufruímos de espaço para tal. A própria resposta a esta pergunta, só por si, dava para realizar uma outra dissertação.

Mas onde pretendo chegar com este pensamento? Todos nós, seres humanos, temos a nossa própria história. História essa recheada de estórias. E tal como a História disciplina, também é importante conhecer a história daqueles que nos rodeiam, de forma a compreendê-los da melhor forma possível: o porquê de agir e de pensar de determinada maneira, o porquê de reagir a algo de uma forma que nos possa causar estranheza, o porquê de defender certos princípios e valores, etc. A História ajuda-nos a compreender o nosso presente e devemos recorrer às fontes para proceder à sua escrita de forma fiável, interpretando o seu conteúdo, questionando-o sempre que considerarmos haver incongruências, compará-lo ao que é dito por outros documentos e autores. De igual modo, para termos a perceção correta de uma pessoa, o porquê de ser como é atualmente, devemos procurar conhecê-la, ou seja, conhecer o seu passado, para não cairmos em juízos de valor errados e sem fundamento.

Não irei, obviamente, contar aqui a minha história. É uma história que se vem desenrolando há quase 24 anos, à data em que escrevo estas palavras. Mas quero dar a conhecer os nomes daqueles que têm sido parte integrante da mesma. Porque sem estas personagens e personalidades a minha história seria apenas um vazio sem significado algum. É a eles a quem dedico e agradeço esta dissertação que tantas dores de cabeça me deu.

Ao meu tão querido e estimado «grupinho da Mem Ramires». Ao Diogo, Xico, Godinho, Kiko, Francisco, à Bibi, ao Tomás, Carolo, João Afonso e Maurício. Conheci alguns de vós em alturas diferentes da vida (infantário, primária, básico). Mas foi na Mem Ramires que todos nós nos juntámos e conhecemos, dando origem a este maravilhoso grupo a quem carinhosamente apelido de «grupinho». É convosco que tenho a maioria e as melhores das estórias da minha vida, desde as nossas horas de almoço a jogar à bola, usando tudo o que houvesse à mão para servir de bola, balizas e até mesmo de campo; das aulas icónicas (mas nada produtivas) de Espanhol; das infernais aulas de Matemática; dos famosíssimos trabalhos de grupo em casa dos meus pais, onde passávamos mais tempo a jogar à bola na sala, naquela que é a nossa espécie de Wembley, do que a trabalhar; passando ainda pelas peripécias que vivemos durante os quatro anos em que joguei futsal federado ao lado de alguns de vós, e pelos nossos Verões a jogar à bola na Agrária, onde criámos a O.R.A.P. A todos vocês, um enorme obrigado por estes largos anos de amizade.

Ao Sousa, meu grande parceiro nas belas tardes de domingo passadas no Chã das Padeiras a assistir aos jogos da nossa querida União Desportiva de Santarém. Começámos a vê-la disputar as distritais. Hoje vemo-la nos nacionais! Que bela caminhada!

À Márcia, que desde o primeiro dia em que nos conhecemos, e apesar de tudo o que já aconteceu entre nós (e não foi coisa pouca), fez sempre questão de fazer parte da minha vida, de ser um ombro amigo, de ajudar-me a animar nas situações mais complicadas, mas principalmente por aturar o meu feitio complicado. A ti, um obrigado especial pelo carinho e por termos mantido o contacto e a amizade ao longo destes anos.

Ao pessoal da Futebolada, em especial ao Zé, por ter sido o primeiro a convidar-me para este grupo e, ao Rafa, por me ter adicionado ao mesmo. As nossas futeboladas aos sábados de manhã foram sempre um excelente escape e uma ótima maneira de limpar a cabeça da faculdade e dos problemas da vida. Sem esquecer as noites de *CS*, o *save online* no *Football Manager 2020* ou ainda as idas à praia.

Ao Ricardo, ao Leo, à Maria, a BM e ao Marco, agradeço a cada um pelos conhecimentos, apontamentos, ajuda e risos que partilhámos durante a licenciatura, para além da bela amizade que faz com que muitos de nós ainda mantenha um contacto regular, apesar da distância geográfica que nos separa. Foram uma grande ajuda para superar com sucesso estes anos bastante exigentes.

À Doutora Carla, pelo acompanhamento que me fez durante cerca de um ano, onde me ajudou a compreender-me melhor, a ultrapassar certos receios e cujos preciosos conselhos me fizeram tomar a decisão correta quanto ao meu futuro académico.

Os meus agradecimentos dirigem-se também aos dois professores que mais me marcaram nos tempos do secundário. Ao professor Paulo Antunes, cujos conhecimentos e paixão com que lecionava as suas aulas de História A não só enriqueceram ainda mais as minhas aprendizagens, como também me fizeram perceber que o meu percurso universitário devia mesmo seguir o rumo que desde tenra idade defendia para mim: ser historiador. E à professora Maria José Galrinho, que desde cedo me ajudou a melhorar e a desenvolver a minha escrita atual, muitas vezes elogiada entre amigos e professores.

A todos os professores cujas aulas tive o prazer de frequentar na Faculdade, em especial ao Prof. Doutor José Varandas, não só pelos conhecimentos transmitidos nas suas aulas de licenciatura e mestrado e por ter aceitado orientar a presente dissertação e auxiliado na realização da mesma, como também pela sua alegre e simpática companhia durante as nossas reuniões, mesmo quando entrávamos em pequenas (mas amigáveis) picardias clubísticas.

Por último, e sem dúvida o mais importante destes largos agradecimentos, é dirigido à minha família, nomeadamente aos meus pais. Por me terem desde sempre dado tudo o que queria e precisava; por terem sempre pago os meus estudos; por terem sempre garantido que tinha as quotas de sócio do Benfica e do União de Santarém em dia e por terem, desde 2003, continuado a dar-me o *Red Pass* ano após ano, mesmo depois de ter atingido uma idade onde já tinha mais do que obrigação de ter um emprego e pagar do meu bolso estes dispendiosos caprichos; por terem sido compreensivos após a minha entrada em falso no mundo universitário (ironicamente, entrei torto em Direito) que me deixou cerca de um ano parado sem fazer absolutamente nada; por aturarem o meu terrível mau feitio por cada vez que o Benfica perde; por me conduzirem pacientemente pelas ruas de Santarém nas minhas jornadas noturnas a jogar *Pokémon GO*, quando não têm nenhuma obrigação de o fazer e numa fase da minha vida onde já devia ter a carta de condução... E continuarei a defender que o meu significado de ser mestre é tornar-me num Mestre Pokémon! Em suma, obrigado por tudo.

*E Pluribus Unum* 1904. *Ex Uno Virtus* 1969.

## ABREVIATURAS / SIGLAS

<i>Cr. 1344</i>	– <i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i>
<i>Cr. 1419</i>	– <i>Crónica de Portugal de 1419</i>
<i>Cr. D. N. Leão</i>	– <i>Crónica de Duarte Nunes Leão</i>
<i>Cr. Galvão</i>	– <i>Crónica de El Rey D. Afonso Henriques</i>
<i>DES</i>	– <i>De Expugnatione Scalabis</i>
<i>DMP-DR</i>	– <i>Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios</i>
<i>Doc.</i>	– <i>Documento</i>

## RESUMO

A presente dissertação debruça-se sobre a tomada de Santarém, que ocorreu na madrugada de 15 de março de 1147.

O trabalho foi dividido em três capítulos, cada um com a sua própria temática e metodologia. Assim sendo, o primeiro capítulo é sobretudo introdutório, dando a conhecer, de forma muito genérica, o processo da Reconquista em território português desde a conquista definitiva de Coimbra (1064) até 1146, ano da véspera da tomada de Santarém. Para além disso, recorrendo às fontes árabes, procedeu-se também ao levantamento da ocupação muçulmana em toda a linha do Tejo durante o período em estudo, terminado com a análise dos exércitos cristãos e muçulmanos e respetivas estruturas defensivas.

O segundo capítulo procura já entrar na principal temática do trabalho. Nele pretendemos abordar a importância geoestratégica de Santarém no plano da Reconquista, ao mesmo tempo que fazemos o estudo das suas estruturas e sistemas defensivos à data da conquista desta praça. Os preparativos para o assalto também são abordados neste capítulo.

Por fim, o terceiro e último capítulo trata do assalto à vila escalabitana, dando a conhecer a viagem que o exército cristão tomou desde Coimbra até Santarém, assim como toda a ação militar que se desenrolou na dita madrugada e as suas consequências para o futuro da Reconquista em território português.

A partir deste estudo concluímos que a tomada de Santarém marca uma mudança estratégica de Afonso Henriques, assim como uma mudança na arte de fazer a guerra em território português. Para além disso, e ao contrário do que se poderia pensar, Santarém não possuiria, afinal, muitas estruturas defensivas. O exército cristão que conquista a cidade escalabitana seria pequeno e não contaria com as principais figuras nobres, pelo que o sucesso deveu-se principalmente à missão de reconhecimento de Mem Ramires, o verdadeiro “cérebro” de toda a operação. Por fim, a tomada de Santarém permitiu os futuros ataques sobre Lisboa e além-Tejo e ainda consolidar a presença cristã na linha do Tejo.

**Palavras-chave:** Reconquista; tomada de Santarém; cristãos; muçulmanos



## *Abstract*

The present study focuses on the conquest of Santarém, which occurred in the early hours of March 15, 1147.

The assignment was divided in three chapters, each one with its own subject-matter and methodology. Therefore, the first chapter is mainly introductory, and aims to know, very generically, the process of the Reconquista in Portuguese territory since the final conquest of Coimbra (1064) until 1146, the year before the conquest of Santarém. Furthermore, using Arab sources, a survey of Muslim occupation was also carried out along the Tagus during the period under study, ending with the analysis of Christian and Muslim armies and their defensive structures.

The second chapter seeks to enter into the main theme of the assignment. In it we intend to address the geo-strategic importance of Santarém in the Reconquista plan, at the same time that we study its defensive structures and systems at the date of the conquest of this square. Preparations for the assault are also covered in this chapter.

Finally, the third and last chapter deals with the assault on the Scalabitan village, making known the journey that the Christian army took from Coimbra to Santarém, as well as all the military action that took place in the said dawn and its consequences for the future of Reconquista in Portuguese territory.

From this study we conclude that the conquest of Santarém marks a strategic change by Afonso Henriques, as well as a change in the art of waging war in Portuguese territory. Furthermore, and contrary to what one might think, Santarém would not have, in the end, many defensive structures. The Christian army that conquered the Scalabitan city would be small and would not have the main noble figures, so the success was mainly due to the reconnaissance mission of Mem Ramires, the real “brain” of the entire operation. Finally, the conquest of Santarém allowed the future attacks against Lisbon and beyond the Tagus and still consolidate the Christian presence on the Tagus line.

**Keywords:** Reconquista; conquest of Santarém; christians; muslim

## INTRODUÇÃO

A tomada de Santarém é um tema que já se encontra relativamente bem estudado, tanto no âmbito da História Medieval portuguesa, como na própria História Militar. Contudo, ao escolhermos este acontecimento para objeto do nosso estudo, pretendemos dar uma visão mais atual sobre o mesmo, enunciando todas as teorias e opiniões até então sugeridas pelos historiadores, refutando umas e concordando com outras, procurando sempre apresentar os nossos argumentos para defendermos ou rejeitarmos determinadas ideias. Para além disso, procurámos, sempre que considerámos pertinente, propor novas teses sobre determinadas situações e eventos que marcaram esta operação.

Decidimos que antes de «nos atirmos de cabeça» para a análise da conquista propriamente dita, seria necessário fazer um breve enquadramento histórico deste acontecimento. Assim sendo, considerámos pertinente fazer uma breve exposição sobre as várias peripécias que marcaram a Reconquista entre a conquista de Coimbra (1064) até à tomada de Santarém, de forma a ilustrarmos o contexto em que esta última surge no plano da Reconquista cristã em território português. Para além disso, era importante dar a conhecer a situação muçulmana em toda a linha do Tejo, desde a zona comumente denominada por Médio Tejo até à Estremadura, uma vez que o nosso estudo tem como ação principal esta zona geográfica. Por último, mas não menos importante, fazer o estudo dos exércitos cristãos e muçulmanos e das suas estruturas defensivas também mereceu a nossa atenção, uma vez que é relevante percebermos como estes estavam organizados no século XII, que homens faziam parte destes grupos militares, que castelos e praças-fortes tinham em seu poder naquela altura e a forma como a posse dessas estruturas influenciava o desenrolar das conquistas militares de parte a parte.

A principal novidade no nosso trabalho face aos demais estudos já elaborados sobre a conquista de Santarém prende-se com o facto de fazermos um estudo aprofundado sobre a posição geoestratégica de Santarém no quadro da Reconquista, assim como das suas estruturas e sistemas defensivos, sendo estes os assuntos que nos ocuparam boa parte do segundo capítulo. Estudar estas temáticas é parte integrante da conquista em si, pois só assim podemos compreender o desenrolar dos acontecimentos.

Recorremos à principal fonte que relata esta operação militar, o *De Expugnatione Scalabis*<sup>1</sup>, para nos guiarmos no nosso estudo, embora em situações pontuais também tenhamos feito uso das demais crônicas cristãs redigidas nos séculos seguintes. Mas aqui convém fazer uma importante chamada de atenção. Estando a nossa investigação inserida no Mestrado em História Militar, procurámos incidir-nos sobretudo nos aspetos militares à volta da tomada de Santarém. Como tal, optámos por deixar de lado aspetos formais relacionados com o *DES*, como as referências bíblicas, o tipo de escrita, as problemáticas à volta da sua autoria, etc. De igual modo, apenas mencionámos, sem nunca desenvolver com exatidão, os episódios de cariz mais providencialista e lendário que aparecem tanto no *DES*, como nas restantes fontes cristãs<sup>2</sup>.

De modo a não deixarmos um capítulo demasiado curto e outro, pelo contrário, relativamente extenso, decidimos dividir as questões relacionadas com o ataque a Santarém em dois capítulos. Assim sendo, tudo o que diz respeito ao planeamento do assalto (com o envio de Mem Ramires a Santarém para estudar as defesas da praça) foi abordado ainda no final do segundo capítulo, enquanto o terceiro capítulo dedicámo-lo inteiramente à ação militar. Neste último começámos a nossa abordagem pela viagem que os cristãos realizaram desde Coimbra, onde enunciamos que tipo de tropas encontramos no exército ao serviço de D. Afonso Henriques. Depois da natural análise do assalto às muralhas, dedicámos algumas páginas ao estudo de questões que ainda hoje levantam dúvidas entre os historiadores, nomeadamente o possível auxílio da comunidade moçárabe de Santarém na conquista da praça e a questão da Porta de Atamarma como ponto de entrada na cidade do rei português e dos seus homens, cuja tradição vem desde a Idade Moderna, mas que alguns historiadores tendem a rejeitar.

---

<sup>1</sup> Seguimos a tradução de Aires Nascimento em NASCIMENTO 2005: 1217-1232. Daqui para a frente adotar-se-á a sigla *DES* para nos referirmos a este texto.

<sup>2</sup> Em relação à autoria do *DES* já muitas teorias foram apresentadas. A maioria dos historiadores defende que a redação deste manuscrito se deve a um cônego de Santa Cruz, que poderá ter participado na tomada de Santarém ou apenas recolhido o testemunho de outro combatente que tenha feito parte dessa operação. Sobre esta questão, veja-se: PEREIRA 1996: 301-302; Idem 2001-2002: 316; MATTOSO 1992a: 36; Idem 2011: 76 e 238; ver ainda a opinião de Aires Nascimento, onde rejeita a ideia de este manuscrito ter origem em Santa Cruz de Coimbra, em NASCIMENTO 2005: 1221. Para saber mais sobre os restantes aspetos formais do *DES*, tais como a produção escrita do texto, as questões relacionadas com os episódios bíblicos e religiosos, a construção da imagem de D. Afonso Henriques, entre outros, remetemos para a leitura de PEREIRA 1996: 297-323; PEREIRA 2001-2002: 315-336; GUINCHO 1999; NASCIMENTO 2005: 1217-1223; MATTOSO 2011: 237-238; QUEIMADA E SILVA 2011: 17-23; MARCANTE 2019: 55-64.

**1.**  
**ESTADO DA ARTE**

Na madrugada de 15 de março de 1147, as tropas de D. Afonso Henriques tomavam a cidade de Santarém, numa operação furtiva que apanhou de surpresa as hostes muçulmanas. Foi a partir daí que a praça escalabitana não mais saiu da posse dos cristãos.

Mas o que sabemos nós sobre este episódio?

A principal fonte que chegou até nós, intitulada *De Expugnatione Scalabis*, relata com algum pormenor o desenrolar dos acontecimentos. Dá-nos a perceção dos preparativos para a expedição, com a notícia do envio do moçárabe Mem Ramires a Santarém para proceder a uma missão de reconhecimento das defesas da praça, de modo a averiguar qual o melhor sítio por onde as tropas cristãs poderiam entrar. Também informa o itinerário utilizado por D. Afonso Henriques e as suas tropas de Coimbra até Santarém, informando-nos sobre um discurso que o príncipe português terá proferido aos seus homens na véspera do assalto, quando acampados em Pernes, dando-lhes conta dos seus planos. Por fim, o assalto à cidade encontra-se bem explicado, descrevendo a forma como Mem Ramires e um grupo de 120 homens partiram na frente para montar as escadas que permitiram a escalada das muralhas, como toda esta operação levou ao despertar das sentinelas e a consequentes escaramuças entre muçulmanos e cristãos, até que as portas de uma das entradas do castelo foram abertas, permitindo a entrada de D. Afonso Henriques e da restante hoste cristã.

Contudo, várias questões podem e devem ser colocadas sobre este episódio e que o *DES* não elucida. Quem eram estes homens que acompanharam Afonso I? Que tipo de tropas eram estas? Que tipo de armamento levavam consigo? Estas e mais questões carecem de resposta. A historiografia portuguesa foi sugerindo hipóteses, que iremos abordar quando analisarmos cada uma das obras escritas que até agora abordaram este tema. Em muitos casos com grandes divergências sobre as personagens envolvidas e até mesmo acerca da data do assalto. Vejamos sucintamente estes dois casos.

Como foi dito acima, D. Afonso Henriques enviou Mem Ramires a Santarém para levar a cabo uma missão de reconhecimento da praça. Contudo, este nome é substituído pelo de Mem Moniz na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, acabando este último por ser adotado pelos textos que sucedem à dita crónica, como são os casos da *Crónica de Portugal de 1419*, *Crónica de El Rey D. Afonso Henriques*, *Crónica de Duarte Nunes Leão*

e *História de Santarém Edificada*<sup>3</sup>. É a partir de Fr. Bernardo de Brito, na obra *Primeyra parte da Chronica de Cister*, que regressa o nome de Mem Ramires<sup>4</sup>, passando o mesmo a ser utilizado pela historiografia que se lhe seguiu (exceção feita à já mencionada *História de Santarém Edificada*).

Em relação à data da tomada de Santarém, também aqui encontramos incongruências. Novamente as *Crónicas de 1344, 1419, Galvão, D. N. Leão e História de Santarém edificada* apresentam uma data diferente: 8 de maio, dia de S. Miguel<sup>5</sup>.

Face a estas divergências podemos chegar à mesma conclusão a que chegou Armando de Sousa Pereira, de que «tanto o *DES* como a *Cr. 1344* constituem duas narrativas diferentes, e independentes, de um mesmo acontecimento, a tomada de Santarém por D. Afonso Henriques em 1147»<sup>6</sup>. A historiografia que se seguiu adotou elementos de ambas

---

<sup>3</sup> *Crónica 1344*, p. 231: «E o primeiro que entrou dentro pella escaada foy hũ cavaleiro que avya nome Mãe Muniz (...)». *Crónica 1419*, p. 36: «Açima preytejou el-rey com eles tregoa por hum tempo çerto e emtom mandou alo Mem Moniz (...)». *Crónica Galvão*, p. 101: «E fazemdo tregoa com os mouros por çerto tempo, mamdou llaa dom Mem Moniz (...)». *Crónica D. N. Leão*, p. 65: «E para saber o meo per que melhor tomaria a villa, descobrio seu pensamento a Mendo Moniz (...)». *História de Santarém Edificada*, Livro I, cap. IV, p. 33: «Com efa ordem foy Mem Moniz a Santarem ajufar pazas com os Mouros (...)».

<sup>4</sup> PEREIRA 1996: 308.

<sup>5</sup> *Crónica 1344*, 231: «(...) partyosse el rey dom Affonso de Coimbra pera Santarẽ (...) E chegou hy a VIII dias de Mayo, em dia de Sam Migueel (...)». *Crónica 1419*, p. 41: «(...) chegarom aos olivaeas da dita vila [Santarém] começando já de ser noyte, em bespora de Sam Miguel de mayo, que era amdados sete dias do dito mes da sobredita era de mil e c<sup>o</sup>lxxxv anos» *Crónica Galvão*, p. 111: «(...) e chegarom aos ollivaaes de Santarem de noite. Esto era em vespora de Sam Miguel de Mayo, sete dias amdados do mes, na era açima dita de mill çemto e quoremto e sete anos.» *Crónica D. N. Leão*, p. 69: «Porque el Rei partio de Coimbra huma segunda feira, que forão dous de Maio (...) & ao sabbado de madrugada, que forão sete dias do mesmo mes, escalou & tomou a villa». *História de Santarém Edificada*, Livro I, cap. IV, p. 29: «[Santarém] Foy libertada em hum Sabbado, outo de Mayo no anno de 1147 (...)». Dois pontos merecem ainda uma chamada de atenção. O primeiro pode-se considerar “um erro dentro de um erro” na *Crónica D. N. Leão*. O seu autor indica que Santarém foi tomada a um sábado, tal como as demais crónicas mencionadas. No entanto, as restantes crónicas informam que os cristãos chegaram às imediações da cidade na véspera do dia de S. Miguel (7 de maio), sendo que o assalto se deu na madrugada do dia 8 e não no dia 7. Hoje sabemos que o assalto não se deu em nenhum destes dias, uma vez que o dia 8 de maio de 1147 não coincidiu com um sábado, mas sim com uma quinta-feira (veja-se o calendário em <https://time.is/pt/calendar/1147> consultado a 1 de outubro de 2020). O outro aspeto diz respeito a uma crítica feita a um cronista castelhano em relação à data da tomada de Santarém. Segundo a *Crónica D. N. Leão* e a *História de Santarém Edificada*, o cronista castelhano, de seu nome Estêvão de Garivay, afirmava que a tomada da cidade teria ocorrido em setembro, no dia da festa da Dedicção de S. Miguel, 29 de setembro. Ambos os autores das referidas obras apontam que Estêvão terá errado ao indicar o dia das festas de S. Miguel, sendo o correto o dia 8 de maio, dia da festa do Aparecimento do dito anjo. Sobre esta questão veja-se *Crónica D. N. Leão*, pp. 68-69 e *História de Santarém Edificada*, Livro I, cap. IV, pp. 29-30. Joaquim Veríssimo Serrão foi o autor que melhor estudou esta problemática da data da tomada de Santarém, enunciando, de forma inequívoca, os argumentos contra e a favor de cada uma das datas sugeridas. Veja-se: SERRÃO 1947: 56-61.

<sup>6</sup> PEREIRA 1996: 306.

as tradições, embora o relato do *DES* seja tido como a fonte oficial da tomada de Santarém e, por isso mesmo, o seu modelo referencial foi o mais utilizado pelos historiadores nos últimos anos.

### **Fr. António Brandão**

*Terceira Parte da Monarchia Lusitana que contem a Historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques*

Fr. António Brandão dedica três capítulos do Livro X da sua obra à tomada de Santarém. No capítulo XXII, começa por descrever a geografia e condições naturais da cidade, considerando-a «pouação principalíssima do Reyno de Portugal», localizada num «lugar alto e superior», rodeada por vários campos de cultivo<sup>7</sup>. É banhada pelo rio Tejo e, junto a esse mesmo rio, existem dois vales, a Ribeira a Norte e Alfange a Sul, cuja subida até ao topo da na altura vila de Santarém seria «áspera». Conta-nos Brandão que a Ocidente Santarém encontrava-se, em tempos de mouros, bem fortificada, com «muros e baluartes». No topo do planalto situava-se então a famosa vila de Santarém, onde no «ultimo remate do monte» ficava a Alcáçova, cercada também ela por muralhas e considerada a «força principal» de todo o sistema amuralhado de Santarém. Face ao exposto, Brandão conferia à vila um carácter «inexpugnável»<sup>8</sup>.

Gaba-lhe ainda os campos férteis, os vastos olivais e árvores de frutos. Afirma que os autores antigos já davam conta da enorme fertilidade dos campos e da rapidez com que os frutos e os cereais eram colhidos.

Estes fatores, associados ainda ao facto de Santarém ser o principal local por onde partiam os ataques a Coimbra, tornavam esta praça temida mas ao mesmo tempo muito desejada pelos cristãos.

Urgia conquistá-la. Seguindo a tradição de Alcobaça, Brandão conta que D. Afonso Henriques sabia que não seria nada fácil tomar Santarém aos mouros através de um cerco. Depois de muito ponderar, chegou à conclusão que só seria possível tomá-la

---

<sup>7</sup> BRANDÃO 1962: 161.

<sup>8</sup> Idem: 161.

através de um golpe furtivo pela calada da noite. Com esse intuito enviou Mem Ramires à vila para analisar qual o melhor sítio por onde os cristãos podiam entrar. Brandão comenta ainda o cariz secreto desta operação, informando que o futuro rei apenas revelou os preparativos desta empresa a homens da sua confiança, como Lourenço Viegas, Pero Pais e Gonçalo de Sousa<sup>9</sup>. Ao todo foram escolhidos duzentos e cinquenta cavaleiros, «todos de valor conhecido», de entre os quais também faziam parte alguns Templários.

Depois de descrever o caminho que D. Afonso Henriques e os seus cavaleiros tomaram rumo a Santarém, Brandão informa da existência de uma tradição narrativa que dá conta da aparição de S. Bernardo ao príncipe e da promessa desta da fundação de um mosteiro da sua Ordem, caso a empresa fosse um sucesso<sup>10</sup>. Este episódio não aparece descrito no *DES*, pelo que Brandão utilizou elementos da tradição narrativa do *DES* e da *Cr. 1344*, aspeto que já foi abordado.

O capítulo XXIII ocupa-se com o relato do assalto a Santarém, seguindo a tradição do *DES*. Um aspeto que deve ser realçado diz respeito à fuga do alcaide de Santarém para Sevilha. Este pormenor não aparece no *DES*, mas está presente nas de mais crónicas já mencionadas anteriormente. No entanto, Brandão segue depois a história de Alcobaça, ao rematar que a tomada de Santarém se deu na madrugada do dia 15 de março. Termina o capítulo dizendo que existem histórias que dão conta da chegada do alcaide de Santarém a Sevilha, momento em que o «Rey desta cidade» vê os cavalos dos recém-chegados a beberem água no rio, sinal de que Santarém tinha caído em mãos cristãs<sup>11</sup>.

Por fim, o capítulo XXIV enumera as principais figuras que tomaram parte desta ação militar. Brandão lamenta o facto de a maior parte dos nomes dos «guerreiros» terem ficado «escondidos». Mas enaltece os nomes de Marim Moab, Mogueime, Mem Ramires e do capitão Gonçalo Gonçalves, nomes dados a conhecer ao público pelo *DES*. Recorre às histórias da Ordem de Cister e de Alcobaça para informar da participação de Dom Pedro Afonso, filho ou irmão do rei Afonso I. E acrescenta que segundo a *Chronica del Rei Dom Afonso Henriquez* também participaram os já mencionados Gonçalo de Sousa, Pero Pais e Lourenço Viegas. Consulta ainda as escrituras da Torre do Tombo, nas quais

---

<sup>9</sup> BRANDÃO 1962: 162.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> *Idem*: 165.



encontra a doação do rei à Ordem do Templo de todas as igrejas escalabitanas e respetivos direitos eclesiásticos, o que parece comprovar a participação dos Templários<sup>12</sup>.

### **Padre Inácio de Vasconcelos**

*História de Santarém Edificada: que dá noticia da sua fundação, e das couzas mais notáveis nella succedidas ... Livro I, capítulos IV-V*

Alguns pormenores desta obra já foram abordados no início deste capítulo. Em relação ao relato da tomada de Santarém, desde os preparativos, passando pela viagem até chegarmos ao assalto, aquilo que o Padre Inácio Vasconcelos nos conta não difere muito daquilo que vimos na obra de Fr. António Brandão. Um aspeto que se deve realçar refere-se ao facto de Vasconcelos consultar fontes e textos anteriores para proceder à escrita desta obra. De facto, são algo comuns as referências a Duarte Nunes Leão, Fr. Bernardo de Brito ou Fr. António Brandão utilizados de forma a legitimar o seu discurso<sup>13</sup>.

No momento do assalto, vendo D. Afonso Henriques que no interior das muralhas se desenrolava «grande revolta», ordenou a seu irmão Pedro Afonso que ocupasse a porta de Leiria, local onde os muros não eram «tão fortes por natureza» e que Gonçalo Gonçalves ocupasse a porta de Atamarma, local de maior «pendor e perigo»<sup>14</sup>. O objetivo passava por acudir os cristãos no interior da muralha, ao mesmo tempo que se pretendia prevenir a fuga dos mouros.

De facto, Vasconcelos escreve que alguns dos «Mouros mais nobres» tentaram escapar até Alfange, mas que prontamente o rei, juntamente com alguns dos seus melhores nobres, travaram a sua fuga, ceifando impiedosamente quantas vidas pudessem. Vasconcelos destaca o papel de Mem Moniz (que aqui substitui Mem Ramires), soldado que tomou ativamente parte nesta matança de mouros. No meio desta agitada refrega, o alcaide de Santarém consegue fugir sorrateiramente pelo postigo de Santo Estêvão com uns

---

<sup>12</sup> BRANDÃO 1962: 165.

<sup>13</sup> Veja-se a título de exemplo VASCONCELOS 1740: 46-49.

<sup>14</sup> Idem: 48.

«poucos de Mouros nobres», relatando depois o já mencionado episódio da chegada destes homens a Sevilha e explicando o seu simbolismo<sup>15</sup>.

### Alexandre Herculano

*História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até ao reinado de D. Afonso III*

À semelhança de Fr. António Brandão, Alexandre Herculano na sua parte da *História de Portugal* dedicada à tomada de Santarém começa por descrever as qualidades naturais e militares da vila. Considera Santarém o «padrasto mais de recear para as fronteiras christans», sendo o ponto a partir do qual os muçulmanos iniciavam os ataques até ao «coração de Portugal» (Leiria e Coimbra). A posição da vila amuralhada, localizada no «cimo da montanha» era como um «ninho d’aguas pendurado sobre o Tejo»<sup>16</sup>.

Herculano recorre às fontes muçulmanas para descrever a fertilidade dos campos escalabitanos. Menciona a rapidez de colheita, sendo apenas necessários quarenta dias para nascerem os cereais.

Não era de estranhar, portanto, que desde os tempos dos reis leoneses Santarém fosse avidamente disputada por cristãos e muçulmanos. Mas, como diz Herculano, estava «reservado» a Afonso I de Portugal o hastear perpétuo do «estandarte victorioso da cruz» nas muralhas do castelo<sup>17</sup>.

Herculano faz uma comparação interessante sobre a guerra naquela época. Ao contrário do que se passava na generalidade da Europa medieval, a guerra na Península Ibérica era algo local, de índole cultural e religiosa, cujo objetivo era devastar o inimigo e onde a perda do território era motivo de humilhação e de perda de parte da própria identidade por parte do derrotado. A esmagadora maioria dos confrontos não eram campanhas, mas sim assédios a fortalezas, onde uma mera torre era fulcral para subjugar o terri-

---

<sup>15</sup> VASCONCELOS 1740: 50-52.

<sup>16</sup> HERCULANO: 213.

<sup>17</sup> Idem: 215.

tório vizinho. Daí que as fortalezas e outros pontos estratégicos fossem defendidos ferozmente pelos sitiados, enquanto os atacantes tentavam a todo custo tomar para si esses locais<sup>18</sup>.

Mas tomar Santarém através de um cerco era algo muito complicado. Herculano nota que o difícil acesso à vila, aliado à grande quantidade de defensores faziam ver a D. Afonso Henriques que não dispunha dos meios para a cercar. A ideia de a tomar de assalto pela calada da noite é, para Herculano, fruto do carácter de génio do futuro monarca português, algo apenas ao alcance de grandes capitães<sup>19</sup>.

Herculano atribui a autoria da fonte da narrativa da tomada de Santarém a um monge de Alcobaça, embora alerte para o facto de não existirem certezas absolutas em relação a este aspeto. Como tal, segue a narrativa do *DES* como sendo a verdadeira fonte para este episódio. Contudo, Herculano deixa de lado os episódios «lendários e fantásticos», tal como nota e bem Sousa Pereira<sup>20</sup>. No *DES*, por exemplo, no dia em que as tréguas entre cristãos e muçulmanas foram quebradas, apareceu no céu uma serpente «com o tope a arder desde a cauda à cabeça»<sup>21</sup>, prenúncio de que Santarém teria em breve um novo rei. Este episódio é omitido por Herculano.

Alexandre Herculano não se limita a narrar como ocorreu a tomada de Santarém. Formula hipóteses sobre a forma de pensar e agir dos cristãos. Por exemplo, nota que as tréguas haviam sido quebradas a uma terça-feira, prolongando-se assim até sexta. Seria precisamente neste dia que os mouros deviam reforçar atenções para um possível ataque cristão. Como até esse dia não foram avistadas quaisquer movimentações cristãs, os defensores poderiam eventualmente descontrar e desleixarem-se um pouco na defesa, o que facilitaria o assalto cristão. No entanto, ao chegarem às muralhas, os cristãos depararam-se com a presença de algumas sentinelas, o que, segundo Herculano, caso os cristãos tenham tentado de facto levar ao engano os mouros com um eminente ataque, tal não obteve os resultados esperados<sup>22</sup>. Esta é uma hipótese interessante e perfeitamente plausível. Contudo, e tal como refere Herculano, não existem provas de que esta tenha sido a forma de pensar dos cristãos, pelo que não podemos sair do campo hipotético.

---

<sup>18</sup> HERCULANO: 215-216.

<sup>19</sup> *Idem*: 216.

<sup>20</sup> PEREIRA 1996: 306.

<sup>21</sup> *DES*: 1231.

<sup>22</sup> HERCULANO: 220.

Herculano finaliza este capítulo considerando a tomada de Santarém como um «acontecimento extraordinário» que causou enorme desalento entre os muçulmanos, rematando Diz que apenas lhes sobrava dois locais importantes para defender a ocidente do Tejo: Lisboa e Sintra.

### **José Henriques Barata**

#### *A tomada de Santarém aos Mouros: Na história, na lenda e na arte*

Publicada em 1939, esta pequena obra de José Henriques Barata incorpora elementos das duas tradições narrativas sobre a tomada de Santarém. Este autor menciona os episódios da promessa que D. Afonso Henriques fez a S. Bernardo e da fuga do alcaide Santarém para Sevilha, que não figuram do relato do *DES*. Sobre a tomada da cidade, afirma que «representa um dos acontecimentos mais notáveis que contribuíram para a fundação de Portugal.»<sup>23</sup>.

À semelhança dos seus antecessores, comenta a riqueza dos campos de Santarém, que «era das mais ricas e mais notáveis povoações da Província de Belata.»<sup>24</sup>. A par de Lisboa e Sintra, estas três cidades eram as «jóias mais preciosas do Gharb» no século XII. Como indica Barata, se juntarmos a posição estratégica de Santarém face à Estremadura (em especial a Lisboa) aos ricos e férteis campos de cultivo, a vila era, por esta razão, um alvo bastante apetecível para as forças cristãs.

D. Afonso Henriques sabia-o, pelo que considerava «uma necessidade inadiável para a consolidação e alargamento do seu reino» a tomada desta cidade. No entanto, como sublinha o autor, não seria uma tarefa fácil. Por esse motivo o rei envia a Santarém Mem Ramires ou Mem Moniz<sup>25</sup> para «observar as condições em que melhor se poderia tomá-la.» Em relação à tomada em si, José Henriques Barata acrescenta que, para além dos tais

---

<sup>23</sup> BARATA 1939: 7.

<sup>24</sup> *Idem*: 8.

<sup>25</sup> José Henriques Barata coloca em dúvida qual o nome desta personagem moçárabe que desempenhou papel principal na tomada de Santarém. Contudo, ao longo da sua obra, Barata segue a tradição emanada do *DES*, adotando sempre o nome de Mem Ramires.

250 cavaleiros, terão participado também os «vassallos que em regra acompanhavam os Ricos Homens e Infanções», cerca de «três a quatro escudeiros para cada cavaleiro.», onde mais tarde se havia de juntar o irmão do rei, D. Pedro Afonso, com uma pequena hoste sob o seu comando<sup>26</sup>. Prossegue com o normal relato do assalto que já é bem conhecido, terminando com o episódio da fuga do alcaide de Santarém pelo postigo de Santo Estêvão.

### Joaquim Veríssimo Serrão

*Ensaio histórico sobre o significado e valor da tomada de Santarém aos mouros em 1147*

*História de Portugal, vol I. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*

Joaquim Veríssimo Serrão é dos mais conceituados historiadores portugueses. Na primeira obra que aqui mencionamos e utilizamos, Serrão dá especial importância à tomada de Santarém, fazendo uma análise bem aprofundada sobre este episódio. Começa por enumerar todas as fontes que possuímos para o seu estudo, bem como quais os autores já se debruçaram sobre este tema antes dele.

Em seguida, analisa os motivos pelos quais D. Afonso Henriques decidiu tomar Santarém aos mouros. Começa por enaltecer o carácter inexpugnável do seu castelo, situado num «alto promontório» do vale do Tejo. Para Serrão, possuir Santarém era sinónimo de «ter nas mãos um baluarte de primacial valor, centro duma região fertilíssima, donde se podiam lançar novos ataques no coração muçulmano.»<sup>27</sup>. Uma vez mais depa-ramo-nos com os já largos elogios à posição estratégica e riqueza dos solos de Santarém.

---

<sup>26</sup> BARATA 1939: 10.

<sup>27</sup> SERRÃO 1947: 47 e SERRÃO 1977: 94.

Afonso Henriques via em Santarém uma peça-chave no seu plano de alargamento e consolidação do território. Por um lado, significaria retirar a constante pressão dos ataques mouros a Leiria. Por outro, Santarém passaria a ser a plataforma de onde partiriam os ataques cristãos ao Sul do Tejo, tendo como primeiro alvo Lisboa.

O autor afirma que esta praça seria tomada «mais pela astúcia que pela força», ideia que reforça na sua *História de Portugal*<sup>28</sup>, uma vez que o rei português não possuía os meios necessários para realizar um ataque frontal. Refere que, apesar do carácter inexpugnável da vila, existia entre os muçulmanos o medo de um ataque cristão. De facto, as rivalidades entre muçulmanos «faziam com que as praças que constituíam o distrito do Tejo, não estivessem salvaguardadas» e as constantes ameaças cristãs só aumentavam ainda mais o receio muçulmano de perder as suas posses. Para Serrão, este medo é a única explicação plausível para a tributação que os mouros tinham<sup>29</sup>.

Foi durante um período de paz que Afonso Henriques enviou Mem Ramires a Santarém para estudar as defesas da praça. A partir daí prossegue com a narração dos factos que o *DES* e a restante historiografia até então nos transmitiram. Menciona, citando Brandão, a promessa do rei em erguer um mosteiro em honra a S. Bernardo. Na sua *História de Portugal* acrescenta ainda que tomaram parte desta empresa os «melhores cavaleiros» de D. Afonso Henriques, que incluíam os «Templários e 250 homens de armas.»<sup>30</sup>.

Para além disso, relembra a teoria que Alexandre Herculano havia proposto que D. Afonso Henriques pretendia enganar o seu inimigo, deixando-o num sobressalto face a um possível ataque cristão durante o período em que as tréguas foram quebradas. Tal como disse Herculano, Serrão comenta que o pensamento do rei passava por atacar de surpresa a vila de Santarém, numa altura em que as defesas muçulmanas estariam negligenciadas, uma vez que nenhum ataque cristão havia ocorrido dentro dos dias em que não havia tréguas. Contudo, como já vimos em Herculano, este plano (a ser verdade que este foi o pensamento do príncipe português) não logrou os resultados esperados<sup>31</sup>.

Depois de narrar o momento do assalto, Veríssimo Serrão debruça-se sobre a problemática da datação da tomada de Santarém. Já aqui abordámos, embora de forma superficial, este assunto. Mas este historiador faz uma abordagem mais pormenorizada e

---

<sup>28</sup> SERRÃO 1947: 49 e SERRÃO 1977: 94.

<sup>29</sup> Idem: 49 e Idem: 94.

<sup>30</sup> SERRÃO 1977: 95.

<sup>31</sup> SERRÃO 1947: 53.

atenta, enunciando quais as fontes que defendem as várias datas em confronto (15 de março, 8 de maio e 29 de setembro), apresentando de forma clara e inequívoca os motivos pelas quais cada fonte as utiliza e explicando o porquê de a data 15 de março de 1147 ser tida como a correta<sup>32</sup>.

Encerra este capítulo analisando o significado da importância da tomada de Santarém. Considera que era um marco essencial para a expansão e autonomia do pequeno reino de Portugal. Afirma que a tomada de Santarém foi algo novo, na medida em que se tratou de uma «incurção em terra inimiga, estando-se em período pacífico com aqueles que iriam ser atacados»<sup>33</sup>. Estando a fronteira Norte relativamente bem definida, era a Sul que Afonso Henriques tinha a possibilidade de alargar os «limites da Nação, à custa das terras tomadas aos mouros.» Todos os territórios que fossem conquistados passariam a ser integrados no reino português, reforçando a ideia de que D. Afonso Henriques era um legítimo rei de um legítimo novo reino independente do seu vizinho.

Por outro lado, na sua *História de Portugal*, Serrão acrescenta ainda que a tomada de Santarém teve duas consequências. Uma de índole militar e que foi exposta acima, a abertura da «linha do Tejo à realeza de D. Afonso Henriques». A outra, de cariz religioso, que consistia na «entrega do eclesiástico local aos Templários», algo que permitiu que «ali se erguesse a Igreja de Santa Maria de Alcáçova», igreja essa que «gozou dos maiores privilégios» durante vários anos<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Sobre este assunto veja-se SERRÃO 1947: 56-61.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*: 61-62.

<sup>34</sup> SERRÃO 1977: 96.

## José Mattoso

*História de Portugal*, vol. II. *A Monarquia Feudal (1096-1480)*

*D. Afonso Henriques*

Tal como Joaquim Veríssimo Serrão, José Mattoso perfila-se como um dos maiores historiadores portugueses. Especialista em História Medieval, desenvolveu uma vasta bibliografia sobre a História do nosso país. Nesta dissertação serão utilizadas várias das suas obras, contudo, para já focar-nos-emos apenas em duas delas, por serem as que maior foco dão sobre a tomada de Santarém.

Na sua *História de Portugal* Mattoso coloca a hipótese de o *DES* ter sido redigido a partir de informações de algum cavaleiro que terá tomado parte da operação<sup>35</sup>. Este autor também escreveu uma biografia de D. Afonso Henriques, na qual se volta a debruçar sobre os problemas historiográficos. Admite que existe fundamento histórico sobre a intervenção de S. Bernardo na tomada de Santarém, com base em fontes, cartas e estudos de alguns autores, nos quais ficam patentes que Afonso Henriques terá pedido auxílio a S. Bernardo para a conquista de Lisboa e que, alguns dos cruzados que se dirigiram para o cerco de Lisboa, foram com a incumbência de S. Bernardo<sup>36</sup>.

Um outro problema que é levantado por Mattoso na sua obra *D. Afonso Henriques* diz respeito a Pedro Afonso. Os autores anteriores diziam que este homem era irmão do rei (Brandão colocava mesmo a hipótese de poder ser filho). Mattoso refere que se D. Afonso Henriques tivesse realmente um irmão, o patronímico deste não seria Afonso, mas sim Henriques. Para além disso, até 1174, não é possível encontrar ninguém com este nome na «documentação afonsina», excetuando Pedro Afonso, irmão de Mendo Afonso de Refojos<sup>37</sup>.

Sobre a tomada de Santarém, diz-nos Mattoso que D. Afonso Henriques começa a delinear a sua ofensiva quando recebe a confirmação do apoio dos cruzados para a conquista de Lisboa. Como escreve Mattoso, o rei sabia que a «conquista de Lisboa se tornará

---

<sup>35</sup> MATTOSO 1993: 75.

<sup>36</sup> MATTOSO 2011: 232-234.

<sup>37</sup> *Idem*: 234.



mais fácil se antes disso conseguir apoderar-se de Santarém.»<sup>38</sup>. Um aspeto relevante até aqui poucas vezes mencionado diz respeito ao facto de Afonso I decidir marcar a expedição para «antes do fim do Inverno», numa altura em que era pouco comum haver fossados. O rei apostava assim no fator surpresa. Mattoso afirma que este ataque surpresa só podia ser bem sucedido se fosse levado a cabo durante o silêncio da noite, recorrendo-se a um «pequeno número de combatentes», estritamente seleccionados. É por este motivo, diz Mattoso, que o *DES* apenas menciona os nomes das principais figuras e revela «a ajuda pedida aos Templários, em cuja disciplina se podia confiar.»<sup>39</sup>.

Mattoso chama a atenção para um pormenor que, segundo o próprio, nunca ninguém tentou elucidar: a da «autoria do próprio rei e o uso da narrativa na primeira pessoa» no *DES*. A opinião de Mattoso é a de que o autor desta fonte tivesse conhecimento de algum escrito do género do *DES* e que pretendesse «usar o mesmo recurso literário», sob a forma de *notitia*. Por sua vez, atribuir ao rei português o relato dos acontecimentos serviria para conferir «maior autoridade e solenidade ao seu escrito.»<sup>40</sup>.

José Mattoso na sua *História de Portugal* descreve a tomada de Santarém como uma «operação-surpresa extraordinariamente feliz»<sup>41</sup>, simples e demasiado rápida. Isto leva o autor a desconfiar que os cristãos tenham contado com a ajuda de alguém de dentro da própria cidade, nomeadamente da comunidade moçárabe<sup>42</sup>. Esta é uma teoria que só mais recentemente começou a ganhar força. Até então os autores atribuíam o sucesso desta empresa ao génio de D. Afonso Henriques ao decidir atacar de surpresa pela madrugada, ao mesmo tempo que a sorte e a vontade de Deus também desempenhavam a sua parte. Ainda assim, se seguirmos tese, Mattoso mostra-se relutante em acreditar que Afonso Henriques tenha mandado exterminar todos os habitantes da praça<sup>43</sup>.

Como vimos, José Mattoso apresenta pormenores interessantes e até então pouco falados sobre a tomada de Santarém. Servindo-se de várias fontes e estudos, refuta e con-

---

<sup>38</sup> MATTOSO 2011: 237.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> *Idem*: 238.

<sup>41</sup> MATTOSO 1993: 75.

<sup>42</sup> MATTOSO 2011: 238-239 E MATTOSO 1993: 75.

<sup>43</sup> MATTOSO 2011: 238-239.

firma alguns acontecimentos tidos como verdadeiros, contribuindo para uma melhor compreensão deste episódio, onde a História e a lenda tantas vezes se misturaram ao longo dos séculos.

### **Pedro Gomes Barbosa**

#### *Reconquista Cristã nas Origens de Portugal*

Nesta obra geral sobre a Reconquista em território português, Pedro Gomes Barbosa dá especial atenção à conquista de Santarém. Refere que esta cidade desempenhou um «papel de relevante importância» ao longo da História de Portugal, sendo uma posição «facilmente defensável» e cuja riqueza das suas terras constituíram desde cedo um fator muito atrativo para a fixação de comunidades<sup>44</sup>.

Ao analisar os relatos muçulmanos da época medieval, nota que alguns deles mencionam a ausência de muralhas em Santarém. Contudo, Barbosa não acredita que uma praça tão importante como esta, que se encontrava localizada numa zona de fronteira e que ao longo do período de domínio muçulmanos sofreu sempre imensos ataques, não possuísse quaisquer muralhas, confiando a sua defesa exclusivamente à orografia.

Depois de fazer uma brevíssima exposição da história da cidade entre os séculos IX e princípios do XII, o autor começa a abordar a importância geoestratégica de Santarém já em plena Reconquista. Para além dos seus férteis campos, Santarém tinha ainda uma importante posição estratégica e militar, uma vez que permitia o domínio da antiga estrada romana que ligava Lisboa a Braga, sendo ainda o local de onde partiam os «mais fortes ataques ao condado de Coimbra» e por onde seria possível prosseguir a Reconquista até à Estremadura e à planície alto-alentejana<sup>45</sup>.

Este autor chama a atenção para o facto de alguns anos antes, talvez em 1142, poder ter havido uma primeira tentativa fracassada de conquistar Santarém e Lisboa, uma vez que D. Afonso Henriques não detinha meios humanos e logísticos para tal.

---

<sup>44</sup> BARBOSA 2008: 137.

<sup>45</sup> Idem: 140.

Também aborda um outro aspeto que tem gerado muito debate entre os historiadores, ou seja, o possível auxílio da comunidade moçárabe escalabitana na conquista da cidade, que terá funcionado como uma «quinta-coluna». Nota que existia em Santarém uma forte presença deste grupo de homens, pelo que a sua participação é perfeitamente plausível.

### **Miguel Gomes Martins**

#### *De Ourique a Aljubarrota*

É nesta obra que a tomada de Santarém recebe um tratamento mais aprofundado, onde o autor delimita bem as fases desta empresa (planeamento, aproximação à praça, assalto e as consequências que advieram desta operação).

O autor começa por fazer uma breve síntese sobre o passado de Santarém, explicando que entre 1093 e 1147 esta vila havia mudado de mãos algumas vezes, oscilando entre domínio cristão e muçulmano. Afirma que o objetivo de D. Afonso Henriques passava por dominar a «linha do Tejo». No entanto, como bem refere o autor, este empreendimento não seria fácil, uma vez que as duas principais praças-fortes desta linha, Santarém e Lisboa, eram «bem defendidas, estavam bem abastecidas de mantimentos e, por isso, preparadas para resistir a um cerco prolongado.»<sup>46</sup>.

Em seguida, Miguel Gomes Martins explica como funcionavam os cercos. Estes eram demorados, em virtude da «eficácia crescente dos meios defensivos» e da «capacidade limitada dos meios ofensivos para lhes fazer frente», pelo que os comandantes militares se viam obrigados a mobilizar «um grande volume de recursos», de modo contrabalançarem as coisas a seu favor<sup>47</sup>. Por este motivo, diz o autor, reuniam hostes de grandes dimensões. Por um lado, constituía uma força psicológica contra o inimigo, mostrando-lhe que estes não teriam quaisquer hipóteses, por outro, só com um grande número de combatentes seria possível conquistar uma fortaleza. Mas o autor chama ainda a atenção

---

<sup>46</sup> MARTINS 2011: 62.

<sup>47</sup> Idem: 63.

para outro aspeto. Nem sempre a fortaleza, ciente da sua incapacidade em resistir, capitulava de imediato. Quando os defensores se viam em condições de defender, apenas restava aos atacantes lançarem um ataque frontal contra a fortaleza. Porém, esta ação nem sempre era possível, «nem sequer prudente», pelo que muitas vezes os atacantes limitavam-se a aguardar pela rendição dos sitiados, derrotados pela fome e pela sede.

Depois de explicar a dinâmica dos cercos medievais, Martins apresenta uma forma mais ««simples»» de subjugar uma fortaleza: o assalto furtivo.<sup>48</sup> Neste tipo de operação jogava-se com o fator surpresa. Um pequeno grupo de homens, recorrendo a escadas e cordas, escalaria as muralhas da fortaleza. Quando chegassem ao topo, rapidamente imobilizariam a guarnição inimiga. Daí abriam as portas da fortificação para permitir a entrada da restante hoste que aguardaria discretamente no exterior das muralhas.

O autor enuncia alguns fatores-chave para que este tipo de operações tivesse sucesso. Vejamos. Era fulcral realizar-se de noite, onde a escuridão permitiria que os assaltantes passassem despercebidos. Procurava-se sobretudo atacar nos finais dos turnos das vigias, altura em que estas estariam mais cansadas e menos atentas ao que se passava ao seu redor. As próprias condições meteorológicas tinham um peso importante. O céu nublado seria o ideal para os assaltantes, pois tapava o luar. O clima frio, de chuva e/ou neve também beneficiavam os assaltantes, uma vez que estas condições «afastavam as sentinelas do caminho da ronda.» Dominar o idioma do inimigo também se revestia de grande utilidade e importância. Caso as sentinelas fossem alertadas por algum ruído, e percebessem que pessoas estavam por perto, os assaltantes responderiam no seu idioma como forma de os iludir. No entanto, como refere o autor, o ideal mesmo era «evitar qualquer tipo de ruído.» Os meios humanos mobilizados para estes assaltos teriam que ser reduzidos, para que a sua presença não fosse notada. Miguel Gomes Martins confessa que também era preciso contar com uma ponta de sorte, embora o principal segredo para o sucesso deste tipo de operações fosse mesmo o seu «planeamento rigoroso»<sup>49</sup>.

Depois desta pertinente e bem cuidada explicação, o autor conclui que só restava a D. Afonso Henriques tomar Santarém através de um assalto furtivo, o mais rápido possível, antes da chegada dos cruzados a Lisboa. Prossegue este capítulo explicando o planeamento da tomada de Santarém, com o envio do moçárabe Mem Ramires à praça. Tal

---

<sup>48</sup> MARTINS 2011: 63-64.

<sup>49</sup> MARTINS 2011: 64-65.

como outros autores já haviam frisado, todo este projeto encontrava-se no «segredo dos deuses», como se costuma dizer na linguagem corrente, enumerando as pessoas de confiança do rei que estariam a par dos seus planos.

Sobre a aproximação à vila escalabitana, Martins revela que a hoste cristã terá optado por «estradas secundárias e caminhos pouco frequentados» onde a vegetação seria abundante, de modo a evitar ser notada pelo inimigo. Diz ainda que, para evitar perder tempo e reduzir as probabilidades de serem reconhecidos em território inimigo, os combatentes terão optado por «transportar os seus próprios alimentos»<sup>50</sup>.

Já sobre a natureza dos combatentes, o autor defende que não estariam presentes «quaisquer mesnadas nobres», uma vez que estas forças apenas eram obrigadas a prestar serviço militar no máximo três meses. Martins considera que o rei preferia guardar estas mesnadas para a conquista de Lisboa. Ainda assim, apresenta alguns nobres que terão feito parte da hoste cristã, casos de Lourenço Viegas, Gonçalo Sousa ou Pedro da Maia.<sup>51</sup> Face ao exposto, o autor conclui que esta hoste seria maioritariamente constituída pelas milícias concelhias de Coimbra, «eventualmente por veteranos de outras companhias.»<sup>52</sup> Mas acrescente que parece ter havido uma «seleção prévia» dos combatentes. Para além destes indivíduos, terão integrado a hoste «alguns membros da guarda pessoal do rei», assim como alguns cavaleiros templários, escolhidos devido ao seu «elevado grau de disciplina, coesão e forte espírito de corpo (...) e bravura»<sup>53</sup>. É impossível afirmar com certezas o número exato de combatentes presentes, mas o autor afirma que não ultrapassariam umas «escassas centenas de homens.» Era necessário passar despercebido, pelo que a hoste cristã teria que ser algo reduzida.

Depois de informar o trajeto tomado pelos cristãos, Miguel Gomes Martins comenta o envio de dois moçárabes a Santarém para anunciar o fim das tréguas com os muçulmanos. É da opinião que este momento teve como objetivo «informar os líderes da comunidade moçárabe local» de que, muito em breve, Santarém seria atacada, e que o rei contaria com a ajuda destes moçárabes, atuando como uma ««quinta coluna»»<sup>54</sup>.

---

<sup>50</sup> MARTINS 2011: 67.

<sup>51</sup> *Idem*: 68.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> *Idem*: 69.

Sobre as estruturas defensivas de Santarém, o autor recorre a Mário Viana<sup>55</sup> para dar uma breve ideia de como estas seriam à data do assalto. Refere por esta altura a vila não teria uma «cintura de muralhas que abrangesse todo o seu perímetro urbano.» A zona da Alcáçova, sede do governo militar, seria a única com «algumas estruturas defensivas». Existiria ainda uma muralha que «cortava transversalmente o Alpram», mandada erguer pelo emir de Sevilha Sir Ibn Abu Bakr. Esta muralha dividia o Alpram em duas zonas, uma «mais próxima da alcáçova e protegida por uma muralha, e outra mais afastada e sem qualquer defesa.» Seria por aqui que os homens de D. Afonso Henriques iriam proceder ao assalto<sup>56</sup>.

Em relação à descrição que o autor faz do assalto decidimos destacar sobretudo a sangrenta refrega que terá ocorrido quando as portas da vila são abertas à restante hoste cristã. O autor recorre a duas fontes, as *Cr. 1344* e *Cr. 1419*, para relatar este momento. Terão sido momentos de grande «violência», uma vez que fora esse o espírito incutido por D. Afonso Henriques aos seus homens na véspera. Martins comenta que muitos muçulmanos terão sido feitos reféns, principalmente aqueles que «pudessem render um bom resgate.» À semelhança de outros autores, Martins é da opinião que alguns moçárabes também foram vítimas desta chacina, uma vez que no meio da escuridão e do calor da refrega seria impossível distinguir quem era moçárabe e quem era muçulmano<sup>57</sup>. Para o autor, os combates mais intensos terão ocorrido junto à Alcáçova, local onde a guarnição local terá procurado refúgio. Mas os cristãos conseguiram dominar rapidamente esse ponto. Com a fuga do alcaide de Santarém, era uma questão de tempo até os últimos resistentes apresentarem a rendição. Pelo amanhecer, Santarém estava nas mãos de D. Afonso Henriques.

Sobre as consequências deste episódio, Martins escreve que o rei não se terá demorado muitos dias na vila. Depois de ali uma guarnição cristã e de lhe atribuir um alcaide, regressou a Coimbra para preparar o cerco a Lisboa. Estava aberta a via para avançar para sul e dominar toda a linha do Tejo.

---

<sup>55</sup> VIANA 2007: 61-63.

<sup>56</sup> MARTINS 2011: 71.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*: 73.

**Nuno Severiano Teixeira, Francisco Contente Domingues**

**e João Gouveia Monteiro**

*História Militar de Portugal*

Escrito em 2017, a parte do livro que nos interessa diz respeito ao capítulo da Reconquista, nomeadamente a da tomada de Santarém. Esta parte foi escrita pelo reconhecido historiador João Gouveia Monteiro que, nas poucas páginas que dedica a este episódio da História, aponta aspetos pertinentes de cariz militar que só as obras deste género (como é o caso da já tratada obra de Miguel Gomes Martins) nos dão a conhecer.

O autor afirma ao início que esta «operação foi minuciosamente planeada», sendo, por isso, um «bom exemplo de assalto furtivo.»<sup>58</sup>. De facto, como já tivemos oportunidade de ver, D. Afonso Henriques planeou cuidadosamente todos os pormenores desta empresa. O envio de Mem Ramires para reconhecer as defesas da praça, a escolha da época do ano para proceder ao assalto (finais do Inverno, altura pouco comum para fossados), a quebra das tréguas, mas atacando o castelo apenas durante uma madrugada, quando a maioria das defesas muçulmanas estaria menos atenta, ilustram bem o porquê de João Gouveia Monteiro afirmar isto.

Em relação aos homens que acompanharam o rei português, o autor escreve que seriam poucos os nobres presentes, apresentando os nomes já conhecidos e fornecidos pelas fontes. Acrescenta ainda que alguns cavaleiros da «confiança pessoal» do rei também marcaram presença, entres os quais se destacam Pedro Afonso<sup>59</sup> e Fernão Peres de Soverosa. Seguindo a mesma linha de Miguel Gomes Martins, João Gouveia Monteiro refere ainda que D. Afonso I se faria acompanhar ainda «pela sua guarda pessoal, assim como por um grupo de cavaleiros templários», ao mesmo tempo que o «grosso da coluna seria composto por tropa concelhia de Coimbra, nomeadamente cavaleiros-vilãos<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> TEIXEIRA, DOMINGUES E MONTEIRO 2017: 65.

<sup>59</sup> O autor afirma que Pedro Afonso era filho do rei. Já vimos o enorme debate que se debateu sobre este assunto, com historiadores a dizerem que se tratava do irmão do rei, enquanto outros (caso de Brandão) punham a hipótese de ser seu filho. José Mattoso já se pronunciou sobre este assunto, mostrando-se pouco crente na possibilidade de D. Afonso Henriques possuir um irmão com aquele patronímico.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

O autor sugere que esta pequena hoste se tratava de uma força montada, tendo em conta a relativa rapidez com que os homens de Afonso Henriques fizeram o caminho de Coimbra até Santarém. Terão preferido estradas secundárias, com certeza de forma a evitar possíveis encontros com tropas inimigas que desmascarassem os planos cristãos, e os combatentes terão trazido consigo «alimentos de casa» que, para o autor, tinha como objetivo evitar mostrarem-se às forças inimigas<sup>61</sup>.

A descrição de parte do sistema amuralhado de Santarém também é alvo de reparo por parte de Monteiro. Refere que a praça «não tinha ainda uma muralha completa», somente a alcáçova se encontrava bem protegida, usufruindo da «proximidade ao Tejo, de um lado, e de um declive suave para o arrabalde de Alpram, do outro.» A zona por onde os homens de Mem Ramires atacaram estaria «desprovida de defesas artificiais»<sup>62</sup>, pelo que não é de nos estranhar que tenha sido este o local escolhido por este moçárabe para proceder à escalada das muralhas.

João Gouveia Monteiro também coloca a possibilidade de as forças cristãs terem sido auxiliadas por moçárabes que viviam dentro da praça. Contudo, indica que a mor-tandade entre esta comunidade terá sido algo elevada, o que nos remete novamente para as questões levantadas por José Mattoso. A explicação avançada comumente é a de que se tratou de um impulso incontrollável dos cristãos no meio dos combates violentos contra os muçulmanos, motivados pelo discurso inflamado que o rei havia proferido na véspera do assalto.

---

<sup>61</sup> TEIXEIRA, DOMINGUES E MONTEIRO 2017: 65

<sup>62</sup> Idem: 66.



## 2.

# RECONQUISTA CRISTÃ EM PORTUGAL

(1064-1146)<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> O período correspondente à Reconquista Cristã na Península Ibérica é longo, recheado de várias peripécias e acontecimentos, sendo os seus intervenientes, quer no campo cristão, quer no campo muçulmano, também eles bastante numerosos. Posto isto, não é de todo possível abordarmos aqui este período histórico até à sua exaustão, não só porque existem diversos estudos que se debruçam sobre o tema de forma aprofundada, como também não é esse o objetivo deste trabalho. Também não pretendemos entrar no controverso debate que gira em torno do conceito de «Reconquista», remetendo o leitor para o excelente artigo de García Fitz sobre este assunto em GARCÍA FITZ, F. «La Reconquista: un estado de la cuestión», *Clío & Crimen*, nº 9, 2009, pp. 142-215. Como tal, decidimos focar apenas a Reconquista Cristã em território português até às vésperas da tomada de Santarém, de forma a dar o seu enquadramento histórico. Contudo, optámos por deixar de parte muitos episódios que marcaram estes quase cem anos de História, tais como as intrigas de corte durante a regência de D. Teresa no Condado Portucalense ou as tentativas de D. Afonso Henriques em expandir o território do Condado até à Galiza e conseqüentes disputas com o seu primo Afonso VII. Assim sendo, escolhemos somente dar conta dos mais importantes confrontos entre cristãos e muçulmanos em solo português, dos seus avanços e recuos, ganhos e perdas de territórios e castelos.

Para compreendermos o contexto em que surge a tomada de Santarém temos que recuar no tempo e conhecer alguns momentos-chave da Reconquista. Decidimos começar esta nossa aventura em 1064, ano em que Coimbra é conquistada por Fernando Magno, após um longo cerco. E porquê esta data? Por vários motivos. Vejamos. José Mattoso considera que «a verdadeira Reconquista começa (...) com as agressivas campanhas de Fernando, o *Magno*»<sup>64</sup>, defendendo que Coimbra se tornou «a cidade mais importante de Portugal»<sup>65</sup> a partir do momento em que passa definitivamente para a posse dos cristãos.

De facto, a conquista de Coimbra tem um enorme valor político, estratégico e militar. Como refere Joaquim Veríssimo Serrão, a posse de Coimbra conferia o «domínio do vale do Mondego, afastando para o Sul a ameaça sarracena», ao mesmo tempo que permitiu «criar um bloco regional que servia de guarda-avançada da Reconquista Cristã e como barreira natural da terra portugalense»<sup>66</sup>. Para além disso, Mattoso acrescenta que Coimbra funcionava como um «posto avançado da fronteira entre os reinos cristãos e muçulmanos», desempenhando ainda um importante papel comercial<sup>67</sup>.

Já Mário Barroca afirma que a conquista de Coimbra «constituiu um momento de viragem decisiva da estratégia militar cristã», encetando um período que ficou marcado por «cercos prolongados» levados a cabo por uma «cavalaria pesada» bastante «armada e cada vez mais «profissionalizada»<sup>68</sup>. Também os geógrafos árabes enalteciam as «boas» e «sólidas» muralhas de Coimbra, que lhe conferiam um carácter «inexpugnável», tornando esta cidade «impossível de conquistar»<sup>69</sup>. Posto isto, a conquista de Coimbra assume-se como um dos principais marcos da Reconquista cristã.

Entretanto, incapazes de suster os avanços dos cristãos, as taifas de Badajoz e Sevilha pedem auxílio aos almorávidas, que chegam à Península Ibérica em 1086, travando e vencendo, nesse mesmo ano, as forças de Afonso VI (filho de Fernando Magno) na batalha de Zalaca. Contudo, o poder dos almorávidas começa a crescer, patentes nas conquistas de Málaga e Granada (1090). Receosas de perder a sua independência, estas

---

<sup>64</sup> MATTOSO 1992b: 476. A campanha de Fernando Magno, que ficaria conhecida por Campanha das Beiras, começa, na verdade, um pouco antes, mais concretamente em 1055-57, altura em que este rei conquista importantes castelos e vilas, tais como Seia, Lamego e Viseu.

<sup>65</sup> Idem 2011: 147.

<sup>66</sup> SERRÃO 1977: 67-68.

<sup>67</sup> MATTOSO 1995: 303.

<sup>68</sup> BARROCA 2003: 32.

<sup>69</sup> Veja-se: AL-HIMYARI: 329; COELHO 1972: 70; REI 2012: 131, 135, 168 e 175.

duas taifas pedem auxílio a Afonso VI. Enquanto a taifa de Sevilha paga páreas ao rei cristão, o rei de Badajoz al-Mutawakkil entrega-lhe, em 1093, Santarém, Lisboa e o castelo de Sintra, em troca da sua proteção. A fronteira cristã chegava, assim, pela primeira vez, ao vale do Tejo. Contudo, a posse destas posições (cuja defesa havia sido confiada ao conde D. Raimundo) seria efémero. De facto, Lisboa e Sintra caem nas mãos dos almorávidas logo no ano seguinte; Santarém ainda foi resistindo às investidas almorávidas, mesmo depois de as forças cristãs terem sido derrotadas na batalha de Vatalandi (talvez na Valada, concelho do Cartaxo, em 1102 ou 1103), mas acabaria por cair em 1111<sup>70</sup>, numa altura em que já era D. Henrique quem governava o Condado Portucalense. A perda de Santarém e, conseqüentemente, de toda a linha do Tejo, representava um grande revés para os cristãos, que viam agora Coimbra e a linha do Mondego novamente ameaçadas.

Efetivamente, os anos de 1116-1117 marcam um período conturbado e de fortes pressões almorávidas sobre Coimbra. Comandadas pelo próprio emir Ali ibn Yusuf, as forças almorávidas cercam Mirando do Corvo em 1116, acabando por saquear e incendiar a vila. Os habitantes de Soure, temendo não serem capazes de resistir frente ao inimigo, decidem destruir os seus bens e colheitas, incendiando depois o local e dirigindo-se até Coimbra em busca de refúgio. Para agravar ainda mais a situação, os almorávidas conquistam, depois, o castelo de Santa Eulália, a jusante de Montemor-o-Velho, onde fizeram vários prisioneiros. O sul de Coimbra ficava assim desprotegido, estando os almorávidas às portas da cidade.

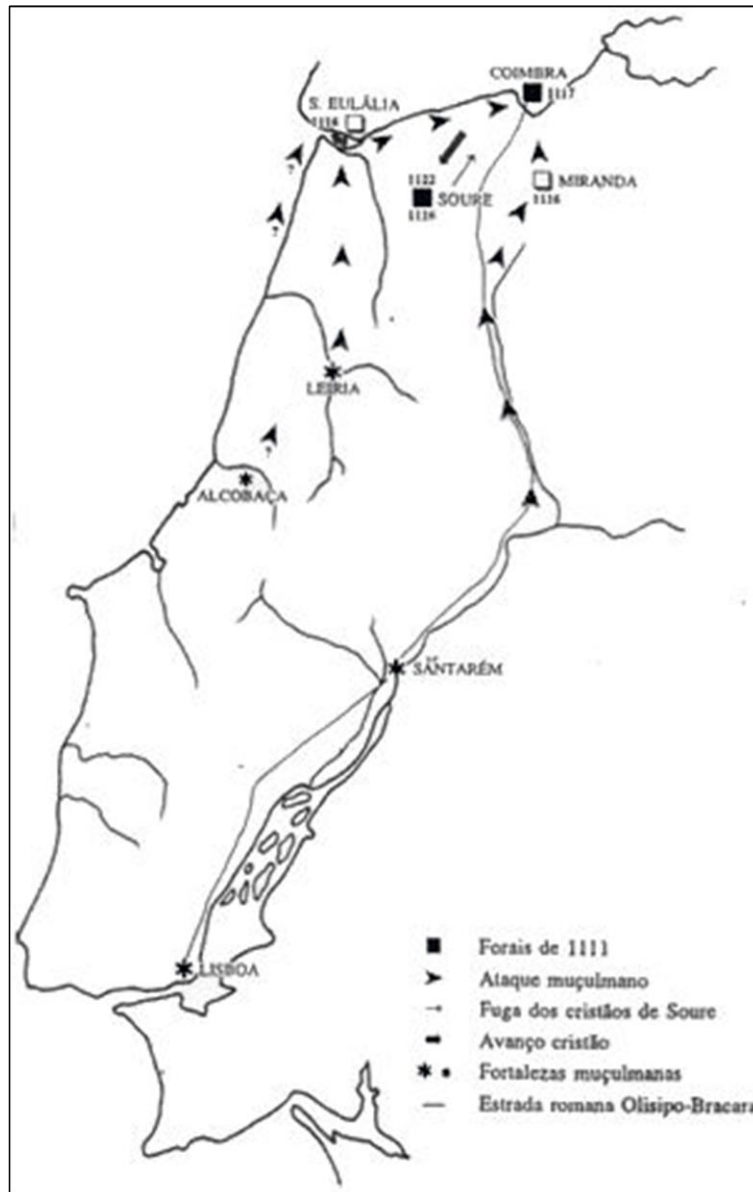
Pensa-se que, logo em 1116, os almorávidas tenham realizado um primeiro cerco a Coimbra, no qual incendiaram os «arrabaldes de Coimbra e morto milhares de cristãos»<sup>71</sup>. Mas o principal cerco a Coimbra dá-se em 1117. O exército de Yusuf desembarca em Montemor-o-Velho, dirigindo-se daí até Coimbra, onde montou um cerco que durou cerca de vinte dias. Apesar das razias e destruição causadas à volta da cidade, os almorávidas não foram capazes de entrar no seu interior e capturá-la. Segundo Reilly, este cerco marca «o apogeu do poder almorávida na Ibéria»<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> *A Nova História de Portugal* da direção de Joel Serrão e de Oliveira Marques coloca a queda de Santarém em 1103, por considerar o ano de 1111 tardio. Veja-se: SERRÃO e MARQUES 1996: 16. No entanto, o ano 1111 é adotado pela esmagadora maioria dos historiadores.

<sup>71</sup> MATTOSO 1993: 49; BARROCA: 37.

<sup>72</sup> REILLY: 176.



**Mapa 1** – Campanhas Almorávidas (1116-1117). Fonte: BARBOSA 2008: 119.

Até aos anos 30 do século XII, a estratégia adotada pelos cristãos foi «eminente-mente defensiva»<sup>73</sup>. É neste contexto que aparecem em território português os Templários, aos quais foi doado o castelo de Soure e o seu termo, tendo estes como função ocupar-se da defesa a sul de Coimbra. Mas a defesa desta cidade continuava a ser alvo de grande preocupação e, nesse sentido, e já com D. Afonso Henriques em cena, o jovem monarca muda-se de Guimarães para Coimbra (1131), de forma a cuidar de perto esta

<sup>73</sup> CONDE 2005: 46.

questão. E é precisamente com a mudança do líder português para Coimbra que, a partir de meados dos anos 30, a estratégia cristã adota uma vertente mais ofensiva. O primeiro sinal desta mudança é representado pela construção do castelo de Leiria, em 1135. Os próprios *Anais* dão conta desta notícia, dizendo que o príncipe.

«Vendo as frequentes incursões e depredações que se faziam nas planícies de Coimbra, e querendo reprimi-las “com mão forte e de braço estendido”, procurou um lugar adequado para a defesa do seu reino e com boas condições para prejudicar os seus inimigos. Encontrou-o, então, num monte situado em lugar muito ermo, entre os confins de Santarém e de Coimbra.»<sup>74</sup>.

De facto, a construção do castelo de Leiria servia propósitos quer defensivos, quer ofensivos. Por um lado, conferia mais uma linha de apoio ao castelo de Soure, fomentado, deste modo, a defesa a sul de Coimbra. Estava implantado sobre a antiga estrada romana que ligava Coimbra a Lisboa, local por onde passavam comerciantes, mercadorias e exércitos (cristãos e muçulmanos) em operações de fossado. Deste modo, a guarnição do castelo podia atacar os seus inimigos pela retaguarda, mal estes se aproximassem da cidade. Por outro lado, este castelo funcionava ainda como uma excelente plataforma contra Santarém, na medida em que era deste local que partiam saques e pilhagens contra forças muçulmanas, localizadas para lá da serra de Minde. Em seguida, D. Afonso Henriques decidiu promover o povoamento da zona da Ladeia, Acção que ficaria conhecida por «presúria de Fernão Cativo» (1136-1137), seguida, provavelmente, do «fossado da Ladeia» (1137-1138), realizado pelo próprio futuro monarca<sup>75</sup>. Para além disso, Afonso Henriques outorgou ainda forais a Mirando do Corvo (1136) e a Penela (1137), com intuito de promover o povoamento dessa zona.

Apesar destes progressos, convém mencionar um desastre para o lado cristão, um fossado organizado por cavaleiros-vilãos que terá ocorrido em 1137, em Tomar. Quem nos dá conta desta notícia é a *Chronica Gothorum*, na qual aparece anotado que na «*Era 1175 [1137] evenit infortunium super christianos in Tomar.*»<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> *Annales D. Alfonsi*: 152.

<sup>75</sup> Para saber mais sobre os termos presúria e fossado veja-se: BARBOSA 2008: 73-79.

<sup>76</sup> *Chronica Ghotorum* in *Monarquia Lusitana, Parte Terceira*, 1632: 273.

Não obstante o que foi dito no parágrafo acima, D. Afonso Henriques parecia mostrar-se motivado com a campanha que havia feito na Ladeia. Desse modo, decide preparar um novo fossado, de maior envergadura, mais ambicioso e mais arriscado. Esta ação viria a culminar na famosa batalha de Ourique, no Verão de 1139<sup>77</sup>. Pouco se sabe sobre esta batalha (as fontes dão-nos escassas informações), estando a mesma envolta por uma grande aura de misticismo. O que interessa para o nosso estudo é a grande vitória dos cristãos, da qual terá resultado a aclamação de D. Afonso Henriques como rei de Portugal no próprio campo de batalha, alçado em cima do seu escudo pelos seus soldados.

No entanto, esta vitória acabaria por acarretar pesadas consequências para o campo cristão. Os muçulmanos, «feridos no seu orgulho e no seu fervor religioso», atacaram, «à laia da vingança»<sup>78</sup>, o castelo de Leiria logo no ano seguinte (1140), destruindo a fortificação e tomando a cidade. Esta posição era de tal forma importante que, logo dois anos depois, em 1142, D. Afonso Henriques reconquista Leiria e manda reconstruir o seu castelo. Preocupado com a defesa deste sector, outorga carta de foral a Leiria nesse mesmo ano, procurando povoar esta zona. Decide ainda construir o castelo de Germanelo (1142), situado no território de Ladeia-Penela, uma medida que visava, uma vez mais, cimentar a defesa a sul de Coimbra e barrar ao inimigo o acesso à cidade.

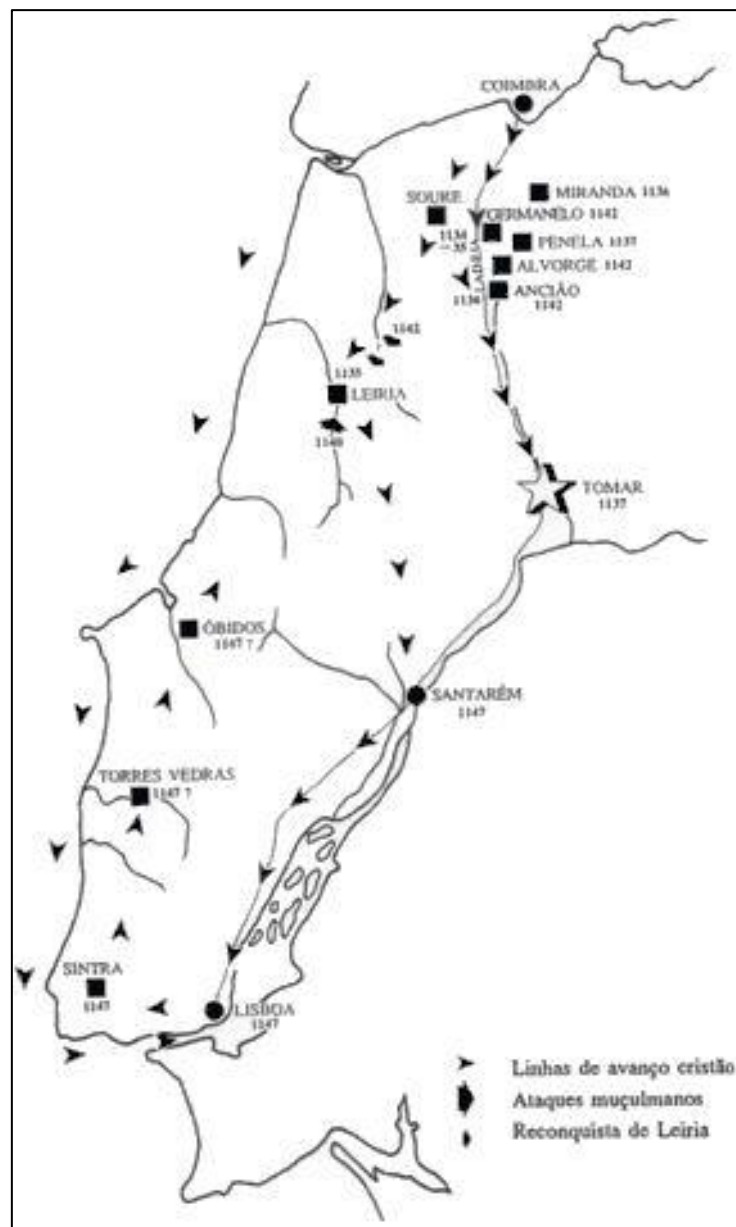
O último confronto entre cristãos e muçulmanos dá-se em 1144. Neste ano, um contingente muçulmano liderado pelo vizir de Santarém, investe ferozmente contra o castelo de Soure. Os Templários conseguiram resistir e suste este ataque, não evitando, contudo, que os muçulmanos capturassem muitos prisioneiros. Os Templários decidiram então iniciar um ataque de represália, mas foram derrotados. Este ataque a Soure marca o derradeiro movimento ofensivo realizado pelos almorávidas. À data do ataque, o seu poder já estava bastante enfraquecido, fruto da morte do emir Yusuf. Ao mesmo tempo, emergia um novo poder – os almóadas – que, aliado às constantes lutas travadas em torno da sucessão de Yusuf, contribuíram para este declínio do poder almorávida na Península Ibérica. Vamos então assistir a uma proliferação de unidades políticas autónomas, marcando um período que ficaria conhecido como as «segundas taifas» (1144/45-1156/57).

---

<sup>77</sup> Não iremos abordar pormenorizadamente esta batalha. Mais uma vez, não só devido ao pouco espaço que possuíamos para tal, como também por não ser esse o nosso objetivo. Apenas pretendemos explicar a importância que o episódio de Ourique teve para a consolidação da figura de D. Afonso Henriques como rei de Portugal, assim como para o desenrolar da Reconquista Cristã. Para uma leitura aprofundada sobre este tema aconselhamos as obras MATTOSO 2011: 157-178 e MARTINS 2011: 39-57.

<sup>78</sup> MARTINS 2011: 55.

É neste contexto que irão surgir a tomada de Santarém e, mais tarde, a de Lisboa. Devemos inserir Santarém num tempo em que os cristãos estão implantados na zona de Leiria, embora sempre em estado de alerta face aos constantes ataques que os muçulmanos realizaram nos últimos anos. Santarém era um importante ponto estratégico para aliviar a pressão sobre Leiria e Coimbra, ao mesmo tempo que permitiria prosseguir a Reconquista até Sul e controlar toda a linha do Vale do Tejo. A sua conquista era, por este motivo, fulcral para os futuros planos de D. Afonso Henriques.



## 2.1.

### A PRESENÇA MUÇULMANA EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS OS CASOS DO VALE DO TEJO E ESTREMADURA

Como acabámos de mencionar, a posse da linha do Tejo revestia-se de grande importância tanto para cristãos, como para muçulmanos. Durante largos anos delimitou a fronteira entre os territórios destes dois inimigos, onde assistimos a diversos avanços e recuos de parte a parte. Quando entramos em 1147 eram os muçulmanos quem detinham o seu controlo. Face a isto, é importante dedicarmos um pouco do espaço no nosso trabalho para a exposição e análise da presença muçulmana no Vale do Tejo e Estremadura, uma vez que o tema do nosso estudo se insere nesta área geográfica<sup>79</sup>.

Os dados recolhidos pela arqueologia e as fontes muçulmanas (seja através dos escritos dos geógrafos árabes, seja através da cronística) constituem os principais meios que dispomos para o estudo desta problemática. Porém, as informações que possuímos são algo escassas e muitas vezes as próprias fontes muçulmanas dão-nos notícias imprecisas e incoerentes. Ainda assim, com a ajuda dos vários estudos que foram sendo feitos nos últimos anos, iremos procurar reproduzir nestas linhas, da forma mais fiel possível,

---

<sup>79</sup> Já existem duas excelentes dissertações de mestrado sobre o povoamento e militarização do Médio e Baixo Vale do Tejo entre os séculos IX e XIII. Leia-se: SANTOS, Filipa, *O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011 e OLIVEIRA-LEITÃO, André de, *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. E sobre Santarém em específico, Mário Viana dedicou parte da sua tese de doutoramento ao estudo do povoamento nesta cidade durante a Idade Média. Leia-se: VIANA, Mário, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350)*. Casal de Cambra/Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007. Como tal, não pretendemos aprofundar este tema no nosso trabalho, ainda que os trabalhos acima mencionados nos tenham guiado na nossa escrita. Apenas queremos dar a conhecer como se encontrava a situação muçulmana na área geográfica em questão em meados do século XII, de forma a estabelecer uma ligação com o próximo capítulo, onde iremos abordar a posição de Santarém face às cidades de Leiria, Coimbra e Lisboa, compreender de que forma estava a praça escalabitana organizada e preparada para um eventual ataque inimigo e, por fim, perceber como a presença muçulmana na linha do Tejo influenciou o planeamento da operação militar que conduziu à tomada de Santarém, mais tarde, à de Lisboa.



aquilo que se sabe sobre a presença muçulmana durante os séculos XI-XII nos dois espaços acima ditos. De forma a tornar a leitura mais fácil e esquematizada, decidimos dividir esses espaços noutros três: Médio Tejo, Santarém e Estremadura (Lisboa e arredores).

### 2.1.1

#### Médio Tejo

Através do estudo da toponímia árabe, Manuel Conde concluiu que a zona de Tomar era a «que ostentava maior dimensão populacional»<sup>80</sup>. De facto, as próprias escavações arqueológicas que foram realizadas no castelo de Tomar há alguns anos permitiram encontrar indícios da presença muçulmana nesta região<sup>81</sup>. Para além disso, a existência de estruturas militares como *qasab* (praça-forte), *burj* ou *tali'a* (torre ou atalaia), assim como a de uma vasta rede de castelos à volta de Tomar que integravam o seu sistema defensivo, tais como o de Ceras, Monsalude, Carrapatoso e Catapereiro<sup>82</sup>, parecem comprovar a opinião de Manuel Conde.

Tomar teria também uma presença moçárabe significativa. Novamente seguindo as conclusões de Manuel Conde, este autor defende que terão existido vários edifícios religiosos, como os mosteiros de Santa Iria (ao qual estaria ligado a lenda e culto de Santa Iria) e de Santa Maria do Selho e a igreja de São Pedro Fins, e ainda outras comunidades moçárabes que terão praticado o culto de Santa Susana e S. Paulo<sup>83</sup>.

Em relação a Torres Novas possuímos até ao momento informações escassas sobre a presença muçulmana. Uma vez mais, é o estudo da toponímia que nos dá alguns indícios acerca da influência árabe na região. Encontramos referências a Almonda<sup>84</sup>, ao castelo de Almourol, à *burj* de Toxe e ainda Monte Asno<sup>85</sup>.

---

<sup>80</sup> CONDE 1997: 368.

<sup>81</sup> Leia-se: PONTE, FERREIRA e MIRANDA 2002: 423-438.

<sup>82</sup> CONDE 1997: 368-369.

<sup>83</sup> Idem: 359-360.

<sup>84</sup> Topónimo que seria de origem moçárabe. Veja-se: SANTOS 2011: 31.

<sup>85</sup> Filipa Santos aponta que Asno «poderá derivar do árabe *hisn*, castelo», questionando-se se a existência destes topónimos não poderia evidenciar a ocupação e povoamento de comunidades muçulmanas na região. Veja-se: SANTOS 2011: 31. Também Manuel Sílvio Conde considera ter existido um *hisn* nesse mesmo

Um outro aspeto, embora bastante controverso, poderá ilustrar a presença de núcleos muçulmanos nestas duas zonas em análise. Referimo-nos à mítica batalha de Sacavém (julho de 1147), na qual, segundo uma escritura da Torre do Tombo publicada por Frei António Brandão, naquele «tempo vieraõ em fauor dos Mouros de Lisboa os de Tomar, & Torres nouas, Alenquer, & Obidos»<sup>86</sup>.

Em jeito de conclusão, resta-nos dizer que a população no Médio Tejo era muito diversificada a nível étnico e cultural. Como notou Manuel Conde, o grosso da população era constituída por autóctones, cristãos moçárabes ou muladis, a que se juntava ainda «conquistadores e colonizadores árabes e berberes.»<sup>87</sup> Assim sendo, Conde chama a atenção para a presença de «árabes iemenitas, da tribo *Qayn* na margem direita do Zêzere, árabes do norte, das tribos *Kinana* e *Zuhra* em Alcanena e na foz do Nabão, respetivamente», identificando, ainda, um grupo de origem berbere junto ao rio Nabão e à ribeira de Ceras e diversos outros grupos tribais espalhados por zonas junto a Torres Novas, Abrantes, Pego, Zêzere e Sardoal<sup>88</sup>.

---

monte. Veja-se: CONDE 1997: 369. De realçar a forte componente militar dos topónimos que nos remetem para a possível ocupação muçulmana nas áreas em estudo, mostrando que a linha do Tejo se revestia de grande importância tática e estratégica. Estas estruturas comprovam a tese de Conde de que existiria um sistema de fortificações que servia de proteção aos terrenos férteis de Santarém, às margens do Tejo e ainda às vias de comunicação terrestres que passavam por aquela zona. Veja-se: CONDE 1996: 28.

<sup>86</sup> BRANDÃO: 170. Contudo, esta questão tem sido alvo de fortes objeções, levantas desde logo por Alexandre Herculano na sua *História de Portugal*, tomo III, Livro III, p. 311. Mais recentemente, Oliveira-Leitão, na sua dissertação de mestrado, não considera verosímil a presença de mouros de Tomar e de Torres Novas na dita batalha, uma vez que, entre outras razões, lhe parece estranho a rapidez com que mouros destas paragens se teriam deslocado até Lisboa. Numa altura em que Santarém já se encontrava em mãos cristãs, Oliveira-Leitão não considera que estes mouros tenham utilizado a principal via que rumava até à atual capital portuguesa, já que a mesma estaria, presumivelmente, sob apertada vigilância das forças cristãs (OLIVEIRA-LEITÃO 2011: 112-116). Para uma leitura cuidada sobre a própria batalha, recomendamos a leitura integral do capítulo dedicado à mesma (OLIVEIRA-LEITÃO 2011: 85-130).

<sup>87</sup> CONDE 1997: 371-372.

<sup>88</sup> Idem: 372.

## 2.1.2.

### *Shantarin / Santarém*

Santarém foi sempre alvo de grandes elogios por parte das fontes muçulmanas. De facto, a fertilidade dos seus campos e as suas defesas extraordinárias que lhe conferiam um carácter inexpugnável<sup>89</sup>, aparecem constantemente mencionadas nos mais diversos autores árabes ao longo dos séculos. A título de exemplo, al-Razi, logo no século X, afirmava que os «terrenos» de Santarém «são o extremo da generosidade e da bondade»<sup>90</sup>. Al-Idrisi, por sua vez, dava conta dos «muitos jardins que produzem frutos e legumes de toda a espécie»<sup>91</sup>, ideia reforçada por Al-Himyari, que escrevia que «en los alrededores de Santarem hay numerosos jardines, árboles frutales y huertos», acrescentando que «en la región de Santarem, el terreno es de excelente calidad.»<sup>92</sup>. O próprio rio Tejo era abundante em pescas<sup>93</sup> e as suas cheias, que permitiam fertilizar os campos, valiam-lhe a comparação com o rio Nilo. A fertilidade dos campos da região da *Balata*, onde se inseria a cidade de Santarém, era de tal ordem, que o trigo podia ser colhido ao fim de quarenta dias e que um alqueire podia produzir cem alqueires ou mais<sup>94</sup>. Para além de alimentar largos núcleos populacionais, esta fertilidade permitia um certo comércio fluvial, onde se escoavam os excedentes agrícolas, nomeadamente para Lisboa<sup>95</sup>.

---

<sup>89</sup> Convém deixar uma nota prévia sobre este ponto. Não iremos, para já, abordar com afinco questões referentes às muralhas e defesas de Santarém, tão elogiadas pelas fontes árabes. No segundo capítulo iremos dedicar várias páginas ao estudo de todo o seu sistema defensivo, assim como explicitar a sua importância estratégica e militar. Nas linhas que se seguem iremos apenas falar da fertilidade da região de Santarém, por vezes exagerada pelos cronistas e geógrafos árabes, e de como os dados arqueológicos recolhidos até ao momento nos permitem fazer uma aproximação ao povoamento e ocupação de Santarém em época muçulmana, assim como das atividades que aí se desempenhavam.

<sup>90</sup> REI 2005: 121.

<sup>91</sup> AL-IDRISI: 132 e COELHO 1972: 75.

<sup>92</sup> AL-HIMYARI: 234-235. Este autor diz ainda que o distrito de *Saklab* (pertencente a Santarém) era «el terreno más fértil del mundo.» Filipa Santos refere que este termo parece indicar, do ponto de vista fonético, «uma arabização do topónimo *Scallabis*. Tratar-se-ia, nesse sentido, da preservação da memória coletiva e consequentemente uma confusão entre a cidade romana e a cidade muçulmana. Se considerarmos que *Saklab*, no período árabe, teria existido como distrito, a sua localização exata é difícil de apontar.» Veja-se: SANTOS 2011: 22.

<sup>93</sup> *Dikr bilad al-Andalus*: 59. Relacionada com esta questão da pesca está a apanha do âmbar, uma «substância utilizada em terapêutica e perfumaria» que constituía uma das «exportações de luxo de Santarém.» Veja-se: VIANA 2007: 154-155.

<sup>94</sup> AL-HIMYARI: 99-100. Al-Qazwīnī escreve ainda que após as cheias, os camponeses corriam a cultivar as terras alagadas, e que «el cultivo madura aquí rápidamente.» Veja-se: ROLDÁN CASTRO 1990: 125.

<sup>95</sup> RAMALHO e LOPES 2002: 264; FERNANDES 2002: 55.

Como salientou Manuel Conde, o «sucesso económico da *kura* de Santarém estaria na base da sua considerável densidade populacional»<sup>96</sup>. Efetivamente, a abundância de cereais e outras culturas nesta região leva-nos a crer na existência de vários aglomerados populacionais que giravam em torno da exploração agrícola, de que alude o próprio *Dikr bilad al-Andalus*, ao indicar que este sistema permitia alimentar mil aldeias<sup>97</sup>.

Olhemos agora, ainda que de forma muito sucinta e generalizada, como seria a ocupação da Santarém islâmica. Os dados recolhidos por várias escavações arqueológicas realizadas na cidade escalabitana ao longo das últimas décadas permitem-nos tirar algumas conclusões acerca desta questão.

Embora a maioria dos historiadores assumam que Santarém fosse uma pequena urbe quando comparada com outras do Garb Al-Andalus, teria, ainda assim, uma população numerosa sob domínio muçulmano. Os vestígios encontrados na Alcáçova indicam que esta seria a zona mais habitada, talvez por ser a parte da cidade mais protegida, albergando «exércitos de muitos milhares de homens»<sup>98</sup>. Para além disso, Santarém possuiria ainda dois bairros ribeirinhos, Sesarigo (atual Ribeira) e Alfange. Maria Ramalho e Carla Lopes defendem ainda que, no planalto de Santarém, existiria uma «ocupação importante na zona onde se situaram os bairros do Pereiro e Marvila»<sup>99</sup>. Estudos mais recentes apontam para que a zona entre a Alcáçova e a necrópole de Alporão fosse a que registava a maior concentração populacional, enquanto o planalto de Marvila, a ter nesta altura alguma ocupação, seria ainda muito «incipiente»<sup>100</sup>.

---

<sup>96</sup> CONDE 1997: 367.

<sup>97</sup> *Dikr bilad al-Andalus*: 58. Hermenegildo Fernandes acrescenta que estas aldeias representam sobretudo alcarias, «unidades não só produtivas e de povoamento mas também fiscais». Apesar de colocar em questão este número elevado de aldeias (designa-o mesmo por «metafórico»), Hermenegildo Fernandes admite que este sistema de culturas possibilitava sustentar «uma população assaz numerosa». Veja-se: FERNANDES, *op. cit.*: 54-55.

<sup>98</sup> VIEGAS e ARRUDA 1999: 184.

<sup>99</sup> RAMALHO e LOPES, *op. cit.*: 265.

<sup>100</sup> LIBERATO 2012: 17.

### 2.1.3.

#### Estremadura

Entre os séculos X e XII Lisboa assumia-se como uma das principais (se não mesmo a principal) cidades do Garb Al-Andalus. De facto, vários historiadores admitem que neste tempo Lisboa acabaria mesmo por se tornar na cidade mais populosa, rica e próspera do Garb<sup>101</sup>. Cláudio Torres, por exemplo, avança que a cidade lisboeta teria, por volta do século XI, entre 20 000 a 30 000 habitantes, podendo ser comparada aos grandes portos de Málaga e Almeria<sup>102</sup>. Este grande aglomerado populacional será, mais tarde, atestado pelo cruzado que tomou parte da conquista da cidade em 1147, que no seu relato nos dá conta que, à data da chegada dos Cruzados a Lisboa, a cidade «contava com 60 000 famílias que pagavam tributo, a que se somavam os homens livres isentos de impostos»<sup>103</sup>.

Tal como Santarém, Lisboa foi muito elogiada pelas fontes muçulmanas em relação às suas muralhas, fertilidade e ainda águas generosas. Al-Razi conta-nos que aqui havia «mui saborosas frutas»<sup>104</sup>, algo que será reforçado por Ibn Galib, já no século XII, ao notar que Lisboa «tem uma qualidade manifesta na excelência dos seus frutos»<sup>105</sup>. Um outro aspeto que é mencionado sistematicamente pelos geógrafos árabes diz respeito à existência de ouro nos arredores da cidade. Assim, al-Razi refere que «em Almada há um vieiro de fino ouro», al-Bakri informa que «o ouro recolhe-se (...) nas margens fluviais de Lisboa», enquanto al-Idrisi descreve que «na margem do rio, a sul, em frente a Lisboa, está o Castelo de Almada, que é assim chamado porque o mar alteroso atira (para a margem) pepitas de ouro. Assim, quando chega o inverno, deslocam-se para esse castelo os habitantes da região para trabalharem na jazida até ao fim do inverno»<sup>106</sup>.

Mas seria a proximidade ao Tejo que conferia a Lisboa um lugar primordial face às demais cidades do Garb. Efetivamente, como referiu Cláudio Torres, Lisboa que «tudo

---

<sup>101</sup> TORRES 1992: 396; MARQUES 1993: 145-146; CATARINO 1995: 80-85.

<sup>102</sup> TORRES 1992: 396 e TORRES 2001: 76.

<sup>103</sup> *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado*: 79. Este relato indica ainda que o número de habitantes de Lisboa teria chegado aos 154 mil homens, onde se incluem aqueles que habitavam o castelo de Santarém que, após a tomada desta praça, procuraram refúgio na cidade lisboeta.

<sup>104</sup> COELHO 1972: 40.

<sup>105</sup> Veja-se: SIDARUS E REI 2001: 42.

<sup>106</sup> *Idem*: 41, 47 e 50, respetivamente.

centraliza e consome», estava ligada por rio à Península de Setúbal, a Santarém e às demais províncias do Médio Tejo<sup>107</sup>, passando ainda, pela atual capital portuguesa, as rotas que ligavam o comércio entre Norte e Sul da Europa e entre Oceano Atlântico e Mar Mediterrâneo<sup>108</sup>. Este vasto comércio que passava pelo porto de Lisboa contribuiu bastante para o crescimento da cidade, tanto a nível de riqueza, como populacional, nomeadamente entres os séculos X e XI.

Olhando agora para os arredores de Lisboa, se tivermos em conta todo o seu termo, onde se inserem importantes aglomerados como Sintra e Almada, a sua população peri-urbana rondaria os 40 000 habitantes<sup>109</sup>. Já vimos que Almada é enunciada nas fontes muçulmanas pela presença de ouro nas margens do rio, que mobilizava as gentes da região de Lisboa para trabalharem na jazida. Também encontramos referências a Sintra nos escritos árabes. Al-Razi diz-nos que Sintra era uma vila pertencente ao senhorio de Lisboa<sup>110</sup>, enquanto outros autores como al-Himyari, Yaqut e al-Qalqašandī referem-se-lhe como sendo cidade<sup>111</sup>. Terminologias à parte, certo é que Sintra teria uma dependência, talvez fiscal, face a Lisboa. Por fim, menção honrosa para Sacavém que, segundo Oliveira-Leitão, constituía uma zona «aprazível para o povoamento muçulmano», em virtude das férteis terras da várzea do rio Trancão e do seu porto fluvial<sup>112</sup>.

---

<sup>107</sup> TORRES 1992: 392-393.

<sup>108</sup> OLIVEIRA-LEITÃO 2011: 20-21

<sup>109</sup> TORRES 2001: 74.

<sup>110</sup> COELHO 1972: 41

<sup>111</sup> Veja-se: REI, 2005.: 166, 186 e 203, respetivamente. Ainda sobre esta discussão se Sintra seria vila ou cidade, leia-se: OLIVEIRA-LEITÃO 2011: 26-28.

<sup>112</sup> OLIVEIRA-LEITÃO 2011: 104. André Oliveira-Leitão alude ainda no seu estudo para o facto de a única referência direta a Sacavém nos autores árabes se encontrar em Yaqut, que a considera como uma das alcarias do termo de Lisboa (ver páginas 28-29).

## 2.2.

### EXÉRCITOS, ARMAMENTO E ESTRUTURAS DEFENSIVAS

Para finalizar este nosso primeiro capítulo resta-nos abordar uma questão militar de real importância. Como eram constituídos os exércitos cristãos e muçulmanos nesta época? Como estavam organizados? Como era feito o recrutamento? Quem eram os seus chefes? Que tipo de armamento utilizavam? Estas questões merecem ser respondidas, de forma a conhecermos o tipo de forças militares que temos em confronto. De igual modo, é fulcral falar das estruturas e sistemas defensivos em presença tanto do lado cristão, como do lado muçulmano, explicando a sua importância tática e estratégica e o papel que desempenharam durante o processo da Reconquista.

#### 2.2.1.

##### O campo cristão

###### a) Exército e armamento<sup>113</sup>

O exército cristão em Portugal, à semelhança dos demais exércitos europeus da Idade Média, caracterizava-se pela sua «falta de permanência»<sup>114</sup>. De facto, os membros destes exércitos eram recrutados por um pequeno período de tempo e para uma determinada campanha. Quando esta chegava ao fim, eram imediatamente desmobilizados. Eram,

---

<sup>113</sup> Em relação à questão do armamento, não se pretende fazer um estudo exaustivo sobre as armas de cariz ofensivo e defensivo que acompanhavam os guerreiros medievais, tampouco explicitar como eram fabricadas, que materiais as compunham e o propósito/modo de uso das mesmas. Apenas se pretende enunciar que tipo de armamento era utilizado pelos combatentes que compunham o exército cristão. O mesmo se aplica quando falarmos do armamento do exército muçulmano. Para uma leitura cuidada acerca das armas, leia-se BARROCA 2003: 127-143. Também Pedro Gomes Barbosa faz uma breve explicação sobre o armamento utilizado durante o período da Reconquista, quer ofensivo, quer defensivo. Veja-se: BARBOSA, *op. cit.*: 79-83.

<sup>114</sup> BARROCA, *op. cit.*: 79; MARTINS, *op. cit.*: 15.

por este motivo, exércitos «provisórios», onde as cadeias de comando não eram permanentes, onde não se realizavam treinos conjuntos e onde as riquezas e posses definiam o armamento que cada soldado tinha ao seu dispor<sup>115</sup>. Esta realidade oferecia, pois, dificuldades e limitações no momento da composição e formação das hostes régias.

Face ao que foi exposto, quem eram, afinal, os homens que integravam o exército cristão ao serviço de D. Afonso Henriques? Como salientou João Gouveia Monteiro, em primeiro lugar vinha o «núcleo duro do rei», formado pela sua guarda pessoal e constituído por cavaleiros, peões e ainda um pequeno corpo de besteiros<sup>116</sup>. Segundo Mário Barroca, este seria o grupo «mais bem treinado e equipado», constituindo uma ««elite das elite»»<sup>117</sup>. Não ultrapassariam algumas dezenas de homens, mas seriam homens de confiança e bem preparados para a guerra, tendo como missão proteger o rei em batalha.

Em seguida, teríamos as mesnadas nobres. O rei contava, desde logo, com o contributo destas forças para a composição das suas hostes, uma vez que os nobres lhe deviam fidelidade. Estavam, portanto, obrigados a prestar-lhe auxílio militar quando solicitado. Auxílio esse que podia assumir várias formas tais como fornecer homens, armas e cavalos reunidos nas suas terras, ao mesmo tempo que possuíam capacidade para recrutar contingentes para campanhas de cariz ofensivo (fossado), defensivo (apelido) ou para manutenção e construção de castelos e fortalezas (anúduva)<sup>118</sup>. Estes nobres seriam homens bem armados e protegidos, detentores de cavalos, ágeis no uso das armas e conhecedores das táticas de combate, sendo, por estas razões, elementos fundamentais das hostes régias. Mário Barroca afirma mesmo que estes cavaleiros nobres constituíam a «espinha dorsal» dos exércitos medievais<sup>119</sup> e o serviço militar prestado por estes senhores era compensado através de numerário, terras e outros benefícios<sup>120</sup>. Teriam como armamento ofensivo espadas (a arma por excelência deste grupo, símbolo da condição nobre) e lanças. No que

---

<sup>115</sup> MARTINS 2011: 15.

<sup>116</sup> TEIXEIRA, DOMINGUES e MONTEIRO 2017: 48.

<sup>117</sup> BARROCA 2003: 88.

<sup>118</sup> TEIXEIRA, DOMINGUES e MONTEIRO 2017: 49. Sobre os termos fossado, apelido, anúduva e fossadeira, leia-se: BARROCA 2003: 80-86.

<sup>119</sup> BARROCA 2003: 79.

<sup>120</sup> MARTINS 2011: 17.



diz respeito ao armamento defensivo, e de acordo com Pedro Barbosa, os guerreiros nobres utilizavam lorigas de couro endurecido, reforçado, provavelmente, com acolchoamento e/ou peças de metal, possuindo ainda escudos<sup>121</sup>.

Não existiria nenhum limite máximo para o número de efetivos (fossem eles cavaleiros ou peões) mobilizados por estes nobres. Miguel Gomes Martins nota que o número variava consoante inúmeros fatores, apontando «a sua maior ou menor capacidade de mobilização, (...) a disponibilidade financeira, teia de relações ou, simplesmente, da vontade demonstrada por essas personalidades»<sup>122</sup>.

Também encontramos milícias concelhias nos exércitos reais<sup>123</sup>. Os concelhos desempenhavam especial importância sobretudo em zonas de fronteira, onde se assumiam como um baluarte primordial na defesa contra as investidas muçulmanas. As cartas de foral que lhes eram outorgadas procuravam conceder privilégios àqueles que, embora não pertencendo ao grupo nobre, possuíam meios para obter armas e cavalo para servir. É neste contexto que surgem os chamados cavaleiros-vilãos, grupo de homens que estavam obrigados a ir em fossado uma vez por ano (caso não fossem, estavam sujeitos a pagar multa, a fossadeira) e que não podiam faltar ao apelido<sup>124</sup>. Para além de cavalo, estes homens deviam possuir uma loriga, um capelo (capacete) de ferro, escudo, lança e espada. Os cavaleiros-vilãos eram, nas palavras de Mário Barroca, a «elite dos concelhos»<sup>125</sup>.

Dentro destas milícias encontramos também os peões, homens de categoria inferior que se distinguiam dos primeiros precisamente por não possuírem riqueza suficiente para adquirir e manter um cavalo. O seu armamento seria bastante rudimentar, dispondo apenas de uma lança ou de uma besta e alguns virotões. Constituíam o estrato mais numeroso das milícias concelhias, desempenhando um papel de relevo na defesa dos castelos. Ainda dentro do grupo dos peões encontramos os besteiros, indivíduos de grande importância e especializados no uso da besta.

---

<sup>121</sup> BARBOSA 2008: 81.

<sup>122</sup> MARTINS 2011: 17.

<sup>123</sup> Miguel Gomes Martins considera mesmo que membros da milícia concelhia de Coimbra integraram a hoste de D. Afonso Henrique na tomada de Santarém. Comenta ainda que o contingente que marchou até Santarém não contava com quaisquer mesnadas nobres, tendo o uso destas forças ficado guardado para o cerco a Lisboa poucos meses depois. Veja MARTINS 2011: 68. Ainda sobre esta questão leia-se, TEIXEIRA, DOMINGUES e MONTEIRO 2017: 65.

<sup>124</sup> TEIXEIRA, DOMINGUES e MONTEIRO 2017: 50.

<sup>125</sup> BARROCA 2003: 91.

Por fim, há que mencionar as ordens militares, instituições que foram de enorme contributo para o «sucesso das armas cristãs»<sup>126</sup>. Embora tenham sido várias as ordens presentes em Portugal durante o período medieval (Templários, Hospitalários, Avis e Santiago), aquela que mais nos interessa é a Ordem do Templo, uma vez que tomou parte integrante na defesa dos territórios cristãos na primeira metade do século XII, nomeadamente em Soure, assim como na tomada de Santarém, em 1147. O papel destas ordens era principalmente defensivo, tendo à sua guarda várias fortalezas e castelos, sobretudo em regiões de fronteira. De facto, no caso dos Templários, os seus membros encontravam-se, normalmente, instalados nos castelos de fronteira com a missão de vigiar e recolher informações sobre o inimigo, funcionando como um primeiro reduto de defesa numa eventual ofensiva muçulmana. Para além disso, tinham ainda um papel importante no que toca a fornecer guerreiros disciplinados, corajosos e bem armados aos contingentes régios.

O comando do exército estava a cargo do próprio monarca. Este convocava os homens que considerasse necessários, procurando chamar aqueles que habitavam na área onde os acontecimentos se iam desenrolar ou onde estivesse presente o rei<sup>127</sup>. Na sua ausência a chefia do exército ficava à responsabilidade do alferes-mor, homem que carregava o estandarte real quando o soberano se encontrava presente. João Gouveia Monteiro salienta ainda a importância dos adaís, «chefes dos pequenos grupos de batedores de terreno», cuja função passava por delinear os trajetos que os exércitos deviam tomar, evitar emboscadas e espiar o inimigo<sup>128</sup>.

### **b) Estruturas defensivas: os casos entre o Mondego e o Tejo**

Neste ponto do nosso trabalho iremos abordar as estruturas e sistemas defensivos em presença do lado cristão, explicando a sua importância tática e estratégica. Deste modo, delimitámos o nosso espaço entre o Mondego e o Tejo, mais concretamente a região de Coimbra até Leiria, espaço ocupado pelos cristãos e que esteve sempre sob constantes ameaças por parte das forças muçulmanas até à tomada de Santarém. Optámos por

---

<sup>126</sup> SERRÃO e MARQUES 1996: 55.

<sup>127</sup> BARROCA 2003: 79.

<sup>128</sup> TEIXEIRA, DOMINGUES e MONTEIRO 2017: 51.

selecionar quatro espaços que, na nossa opinião, se revestiram de particular importância no quadro da Reconquista, a saber, Soure, Penela, Germanelo e Leiria.

Antes de falarmos das fortalezas acima referidas, deixamos aqui umas breves notas, ainda que gerais, que consideramos pertinentes sobre as estruturas e métodos defensivos em território português. É sabido que durante o período em análise não era de todo possível às forças cristãs (o mesmo se aplica às muçulmanas) possuir um vasto conjunto de homens e meios que vigiasse por inteiro as principais vias de comunicação. Ainda assim, nos principais pontos destas vias (fossem elas terrestres ou fluviais) encontramos alguns postos de vigia e estruturas defensivas, tais como castelos, torres, atalaias, etc. É neste contexto que surge, por exemplo, a construção do castelo de Leiria que, como já referimos anteriormente, permitia a vigilância de um troço da estrada que ligava Lisboa a Coimbra.

Deparamo-nos, desde logo, com um problema no estudo destas estruturas defensivas. As fontes medievais não são claras quanto à distinção entre «*castrum*» e «*castellum*», levando alguns historiadores a admitirem que estes dois termos se tratam da mesma realidade. Porém, Pedro Gomes Barbosa avança que estamos perante duas estruturas distintas. Assim sendo, para este autor, «*castellum*» (castelo) «indicaria a fortificação militar por excelência», enquanto «*castrum*» (castro) remetia para «sistemas defensivos que envolviam uma população, e com um aparelho defensivo menos complexo»<sup>129</sup>. Os castelos desempenhavam então um papel de defesa de determinados pontos estratégicos considerados fundamentais, podendo estar associados a povoações fortificadas ou simplesmente isolados na paisagem.

Pedro Barbosa chama ainda a atenção para a diferença entre os tipos de torres que encontramos ao longo do território. Deste modo, define por atalaia «torres de defesa de costa ou de vias de comunicação», cuja função era a de «avisar e avistar», localizadas, em norma, junto a locais de passagem (vias, pontes, portos ou vales) e à volta das principais fortificações, «constituindo a sua primeira linha de defesa e alerta». O outro tipo de torre, ou pequenas fortificações, como é apresentado pelo autor, teria como função «proteger pequenas comunidades rurais ou, mais frequentemente, os agricultores de uma determinada (grande) exploração fundiária»<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> BARBOSA 2008: 103.

<sup>130</sup> BARBOSA 2008: 104-105.

Quando D. Afonso Henrique chega ao poder, rapidamente percebeu que tinha que prestar especial atenção à defesa de Coimbra. Deste modo, e aproveitando as obras levadas a cabo no tempo de D. Sesnando, procedeu ao reforço do aparelho defensivo a sul desta cidade, através de várias obras de reconstrução e reestruturação de alguns castelos, ao mesmo tempo que se preocupou em povoar determinadas áreas essenciais, como foi o caso da Ladeia. Analisemos então os quatro castelos mencionados anteriormente.

Comecemos pelo castelo de Soure. Desde que Coimbra foi conquistada por Fernando Magno, em 1064, que Soure desempenhou um papel estratégico fundamental na defesa a sul da dita cidade, permitindo o controlo da via de acesso a Coimbra e Montemor-o-Velho, a antiga via romana *Olisipo-Bracara*<sup>131</sup>. Apesar da sua importância estratégica, Miguel Gomes Martins nota que, após a destruição desta praça, em 1116, o castelo de Soure permaneceu em ruínas até novembro de 1122, quando D. Teresa decidiu entregá-lo ao conde Fernão Peres de Trava, com o objetivo que o castelo fosse reconstruído e a vila repovoada<sup>132</sup>. No entanto, só assistimos a um reavivamento do papel de Soure após a doação do castelo aos Templários, em 1128<sup>133</sup>.

De facto, esta ordem procedeu, logo nos anos seguintes, à reconstrução do castelo e repovoamento da vila. Das obras realizadas na primeira metade do século XII, destaca-se sobretudo o reforço das defesas com duas torres de planta quadrada, servindo de proteção à muralha situada no flanco Sul<sup>134</sup>. A importância militar deste castelo na defesa a sul de Coimbra foi várias vezes atestada ao longo do século XII, nomeadamente com o ataque muçulmano a Soure, em 1144, e, depois, com o cerco de 1190.

À semelhança de Soure, o castelo de Penela também cumpria um papel de relevo na defesa dos acessos a Coimbra. Localizava-se numa das vias de maior movimentação de forças cristãs e muçulmanas, por onde se dirigiam até Pombal e Santarém, passando pela zona da Ladeia<sup>135</sup>. Penela situava-se numa zona de fronteira e, por isso mesmo, alvo de constantes investidas muçulmanas, pelo que pouca gente se sentia atraída em povoar esta região. De forma a contrariar esta realidade, D. Afonso Henriques outorgou foral, em

---

<sup>131</sup> BARROCA 1990/91: 103 e BARROCA 1996/1997: 182.

<sup>132</sup> MARTINS 2016: 72.

<sup>133</sup> Cf. DMP-DR, doc. 79.

<sup>134</sup> Sobre as obras efetuadas pela Ordem do Tempo no castelo de Soure leia-se: BARROCA 1990/91: 103-105 e BARROCA 1996/1997: 182-186.

<sup>135</sup> BARROCA 1990/91: 105.

1137, a Penela, concedendo privilégios aos seus moradores, numa clara tentativa de procurar dotar esta zona de fronteira de populações capazes de defender o território contra os muçulmanos<sup>136</sup>. Contudo, Penela não foi capaz de sustentar as constantes incursões muçulmanas, obrigando o monarca português a mandar construir um novo castelo, o de Germanelo, em 1142. A *Chronica Gothorum* dá-nos notícia disto mesmo, onde aparece explícito que na:

«Era 1180 idem Rex Portugallensium idem Rex D. Alfoonsus cepit edificare castellum de Germanello anno regni sui decimo quarto. Videns manque habitatores de Colimbria in timore ei tremore positos, nec ausos se extendere ad laborandum per suos terminos, videlicet Germanello, Alvorge, et Atheania propter frequentes incursiones, et depredationes, que ibi quotidie fiebant a Sarracenis, iccirco visum est ei facere castellum illud in corde terre ad securitatem, et munimenium laborantium Christianorum, et detrimentum supervenienium latruncolorum Sarracenorum, possui tibi milites qui custodirent illud, et essent tutamento, et defensionem Christianorum»<sup>137</sup>.

Outorgou foral por volta de 1142-1144, concedendo imensos privilégios àqueles que aí se fixassem<sup>138</sup>. Temos, portanto, que enquadrar a edificação do castelo de Germanelo, na zona da Ladeia, numa altura de enorme instabilidade, onde existia um clima de insegurança face à frequência (e facilidade) com que os muçulmanos atacavam a linha do Mondego. A estratégia de D. Afonso Henriques passava, pois, por reforçar ainda mais as defesas a sul de Coimbra, através de um sistema defensivo constituído pelos castelos de Soure, Penela e Germanelo, este último ocupando-se da defesa dos acessos meridionais à cidade coimbrã, residência do monarca português desde 1131<sup>139</sup>. No entanto, este castelo iria perder todo o seu valor estratégico com as conquistas de Santarém e Lisboa, em 1147. A construção do pequeno castelo de Germanelo também serviu de apoio ao castelo de Leiria, erigido em 1135. Já aqui vimos a importância militar desta posição quando falámos sobre a Reconquista no início deste primeiro capítulo. Mas convém recordar.

---

<sup>136</sup> Cf. DMP-DR, doc. 159.

<sup>137</sup> *Chronica Ghotorum* in *Monarquia Lusitana, Parte Terceira*, 1632: 274.

<sup>138</sup> Cf. DMP-DR, doc. 190.

<sup>139</sup> BARROCA 2017: 146.

Mas convém recordar: D. Afonso Henriques, vendo que os muçulmanos não davam tréguas nos ataques à região do Mondego, decidiu erguer uma fortaleza que funcionasse como base de apoio às defesas a sul de Coimbra, nomeadamente Soure. Assim sendo, o castelo de Leiria foi edificado sobre a antiga estrada romana que ligava Coimbra a Lisboa, via que contava com um grande fluxo de circulação de homens e mercadorias. A sua localização permitia que a guarnição de Leiria atacasse, pela retaguarda, quaisquer inimigos que surgissem às portas da cidade<sup>140</sup>. Para além disso, Leiria constituía ainda uma posição avançada contra as forças muçulmanas provenientes de Santarém, de onde os cristãos encetavam saques e razias.

Os muçulmanos perceberam rapidamente que Leiria se tratava de uma verdadeira seta apontada a Santarém, pelo que, logo em 1140, atacaram e destruíram o seu castelo. Ciente da importância estratégica que este castelo conferia, D. Afonso Henriques tratou imediatamente de o reconstruir, em 1142, altura em que, para além da fortaleza em si, também foi erguido um «perímetro amuralhado que protegia a pequena povoação que cedo aí se instalou»<sup>141</sup>.

## 2.2.2.

### O campo muçulmano

#### a) Exército e armamento

Encontramos diferenças substanciais entre as características em volta do exército muçulmano comparativamente ao cristão. No campo muçulmano, as questões relacionadas com a guerra diziam respeito única e exclusivamente ao grupo dos guerreiros, «profissionais» que se ocupavam da vida militar em detrimento da restante população. Como

---

<sup>140</sup> MATTOSO 2011: 151.

<sup>141</sup> MARTINS 2016: 103.

notou Maillo Salgado, o facto de haver um grupo restrito de homens que desempenhava a função guerreira permitia libertar essa responsabilidade dos ombros de outros<sup>142</sup>.

A guerra contra os infiéis era algo que se encontrava na esfera de poder do Estado, sendo uma função e dever do mesmo<sup>143</sup>. Mas ao contrário do que se verifica do lado cristão, aqui não existia um grupo de nobres cuja função militar lhes conferia estatuto social<sup>144</sup>. Aliás, desde os primórdios da civilização islâmica que este grupo de guerreiros nunca foi visto com grande «admiração» ou «devoção» por parte da população muçulmana<sup>145</sup>.

O exército muçulmano caracterizava-se pela sua heterogeneidade. De facto, encontramos diversos grupos militares, provenientes dos mais diversos locais e estratos sociais, a que se juntavam os já referidos «profissionais» da guerra. Assim sendo, para além destes militares, o exército muçulmano também contava com contingentes berberes. Quando foi travada a batalha de Zalaca, em 1086, o exército que acompanhou Yusuf era constituído precisamente por um grande número de forças berberes. Encontramos ainda escravos negros, integrados nas forças muçulmanas a partir dos anos 70 do século XI, onde chegaram inclusivamente a desempenhar funções importantes<sup>146</sup>.

Outro grupo que está frequentemente presente neste exército é o dos voluntários religiosos. Seriam cidadãos muçulmanos provenientes dos mais diversos estratos sociais, provavelmente levemente armados, sem treino especializado e pouco ágeis no manejo das armas, motivados em cumprir o seu dever na *jihad* de «forma ativa»<sup>147</sup>.

---

<sup>142</sup> MAILLO SALGADO 2011: 63, nota 78. Recordamos que, no caso cristão, as populações dos concelhos tomavam parte ativa na defesa das zonas fronteiriças, cedendo ainda milícias constituídas por cavaleiros, peões e besteiros que integravam as hostes régias.

<sup>143</sup> Idem: 50.

<sup>144</sup> Maillo Salgado faz uma observação interessante sobre este aspeto. Considera que, devido ao regime islâmico, não se formava uma nobreza local que estivesse militarmente empenhada em defender as suas propriedades. Isto devia-se ao facto de o regime não permitir que os homens se tornassem grandes proprietários de terras, uma vez que, em casos de necessidade, o Estado era obrigado a vender as terras a entidades mais fortes economicamente. Ora, esta venda das terras resultava na cedência temporária dos direitos económicos da terra, sendo raras as vezes em que as ditas entidades ficavam, de facto, com a posse da mesma. Assim sendo, estes indivíduos limitavam-se a gozar das rendas extraídas das terras, estando pouco preocupados com a defesa das mesmas. Veja-se: MAILLO SALGADO 2011: 47-49.

<sup>145</sup> AGUILAR SEBASTIÁN 1993: 398.

<sup>146</sup> Foi o caso de um «jovem negro» que, na batalha de Zalaca, conseguiu ferir Afonso VI na coxa. Veja-se: AL-HULAL AL MAWSIYYA: 75-76.

<sup>147</sup> MARÔCO 2017: 38-39.

As tropas andaluzas também assumiram um papel relevante no exército muçulmano. Eram as que melhor conheciam o inimigo, possuindo nítidas influências cristãs, nomeadamente ao nível da tática e armamento<sup>148</sup>. Novamente, foram os Almorávidas quem mais e melhor empregaram estas tropas, tendo sido de grande utilidade em diversas ocasiões<sup>149</sup>. Nestas tropas encontramos cavaleiros com e sem couraça.

Por último, os mercenários cristãos. A utilização destas tropas remonta aos finais do século VIII, embora o seu uso apenas tenha ocorrido sobretudo em momentos de carência de meios e efetivos militares<sup>150</sup>. Nota ainda para os contingentes árabes, empregues no tempo do domínio almorávida que, na opinião de Guilherme Marôco, foram integrados enquanto mercenários<sup>151</sup>. À semelhança dos andaluzes, os berberes também se apresentavam com cavaleiros dotados de couraça e outros sem este armamento defensivo.

Tanta heterogeneidade leva-nos a questionar como funcionava a máquina de guerra muçulmana. García Fitz aponta que existiria um critério para a classificação das tropas que, em batalha, combateriam agrupadas consoante grupos étnicos, culturais ou regionais. Deste modo, Fitz avança com alguns critérios de classificação, tais como de cariz territorial (divisão entre árabes e curdos, por exemplo), de cariz religioso (com a separação entre muçulmanos e cristãos), de cariz operacional (com a divisão em cavaleiros, peões e arqueiros), de cariz tribal (dando como exemplo as diversas tribos berberes) e, por fim, de cariz organizativo (através da divisão em tropas regulares, recrutadas e voluntários religiosos)<sup>152</sup>.

Sobre esta divisão, convém aqui referir um aspeto deveres pertinente. A cavalaria seria a arma mais privilegiada do exército, ofuscando a peonagem. A cavalaria pesada

---

<sup>148</sup> MARÔCO 2017: 39.

<sup>149</sup> A importância do papel desempenhado por estas tropas andaluzas pode ser atestada, entre vários exemplos, aquando da estabilização da conquista almorávida, altura em que Yusuf deixa «(...) as fronteiras do lado dos inimigos [cristãos] ao mando dos andaluzes, porque estes conheciam melhor a sua situação e sabiam melhor encontrar-se [lutar] com o inimigo e fazer algaras». AL-HULAL AL MAWSIYYA: 96. O facto de conhecerem bem o inimigo e o território do Al-Andalus fazia com que os conselhos fossem bastante apreciados e tidos em conta pelos líderes muçulmanos em batalha.

<sup>150</sup> Guilherme Marôco afirma que o recurso em «larga escala» destes homens se dá maioritariamente em momentos de enorme instabilidade, apresentando como exemplo o período que marca a fase final do domínio almorávida. Veja-se: MARÔCO 2017: 40-41.

<sup>151</sup> Idem: 41.

<sup>152</sup> GARCÍA FITZ 2012: 283-288.



caracterizava-se por ser uma cavalaria couraçada (embora não tão bem revestida de armadura como a cavalaria pesada cristã), revestida por cota de malha<sup>153</sup> e armada com lança, espadas, punhais e escudo. Por seu turno, a cavalaria ligeira teria escassas ou mesmo nenhuma defesas corporais.

A peonagem, a unidade que encontramos em maior número dentro dos exércitos muçulmanos, também se fazia acompanhar por uma lança, espada e longas facas<sup>154</sup>. Nota ainda para os punhais e adagas, armas que qualquer combatente carregaria consigo. Dentro deste grupo deparamo-nos com a presença de corpos de arqueiros, munidos com arcos (simples e compostos) e bestas. Surgem dúvidas quanto à utilização de grupos de arqueiros montados, os quais pouquíssimas referências encontramos nas fontes muçulmanas<sup>155</sup>.

Se, por um lado, a divisão apresentada por Fitz permitia agrupar estilos de combates semelhantes, possibilitando o recurso a manobras táticas mais complexas, por outro, esta miscelânea de culturas e religiões acarretava sérias dificuldades a nível do recrutamento de tropas, da logística, da comunicação (devido aos vários idiomas presentes) e ainda à forma como cada entidade reagiria às cadeias de comando.

A coesão do exército era garantida através da liderança do próprio chefe de Estado, o emir ou califa. Só na presença desta figura seria possível aos muçulmanos encetarem grandes campanhas ofensivas. Para além do comando do exército e planeamento das campanhas, este líder tinha a seu cargo o recrutamento das tropas, o abastecimento do que era necessário aos seus soldados para combater (como armas e mantimentos)<sup>156</sup> e delinear o itinerário que o seu exército havia de seguir<sup>157</sup>.

---

<sup>153</sup> O armamento utilizado pelos muçulmanos sofreu fortes influências cristãs, de que é exemplo o uso generalizado da cota de malha ou de lorigas, a partir de meados do século XI. Leia-se: SOLER DEL CAMPO 2000: 24-25.

<sup>154</sup> Em seguimento da nota anterior, também o uso da lança e de espadas de duplo gume e canal central por parte dos muçulmanos foi, na opinião de Soler del Campo, fruto das influências cristãs e mudanças estruturais que se fizeram sentir no Al-Andalus neste período. Veja-se: SOLER DEL CAMPO, *op. cit.*: 24-25.

<sup>155</sup> Sobre esta questão veja-se: MARÔCO 2017: 89-90.

<sup>156</sup> Como refere Guilherme Marôco, «As armas que seriam distribuídas à generalidade dos combatentes estariam conservadas em arsenais estatais e seriam distribuídas no início das campanhas.». Veja-se: MARÔCO 2017: 95-96.

<sup>157</sup> Como tivemos oportunidade de ver no lado cristão, o exército tinha um grupo próprio, os adais, que tinha a função de planear as vias e rotas que as tropas deviam tomar durante a marcha da sua campanha. Esta é uma clara diferença operacional entre os exércitos cristãos e muçulmanos. Guilherme Marôco é da opinião que esta centralização da atividade militar nas mãos do emir ou califa constituiu o principal fator para a «perda da supremacia militar muçulmana, em proveito dos cristãos.» Veja-se: MARÔCO 2017: 45.

## b) Estruturas e sistemas defensivos

Os muçulmanos sempre se preocuparam com a defesa do seu território. De facto, uma constante da sua atividade militar dizia respeito à construção de fortificações que servissem, por um lado, o propósito de atrair e fixar populações em determinadas zonas e, por outro, constituíssem locais de refúgio para as próprias guarnições. Como assinalou Guilherme Marôco, o objetivo de povoar o território, dotando-o de várias estruturas defensivas, tornava árdua a tarefa do inimigo em conquistar certos lugares, uma vez que estaria obrigado a tomar vários pontos essenciais<sup>158</sup>.

Face ao que foi exposto, era muito comum encontrarmos à volta de uma importante fortificação várias outras pequenas fortalezas ou estruturas que constituíam um verdadeiro sistema defensivo que dificultavam a conquista dessa praça, atrasando o avanço do inimigo, ao mesmo tempo que assumiam um papel de resistência e de ataques à retaguarda do exército invasor, caso não tivessem sido tomadas antes do ataque à fortificação principal. Deste modo, na *kura* de Santarém encontramos referências à existência de castelos em Ourém, Torres Novas, Alcanede e Almourol e na *kura* de Lisboa em Sintra, Almada e talvez Sesimbra, Palmela e Torres Vedras<sup>159</sup>. Para além disso, recordamos o que já mencionámos anteriormente a propósito da presença muçulmana no Médio Tejo, onde expusemos a teoria de Manuel Conde que defendia a presença de estruturas militares como *qasab*, *burj* ou *tali'a*, tal como a de uma vasta rede de castelos ao redor de Tomar que integravam o seu sistema defensivo, tais como o de Ceras, Monsalude, Carrapatoso e Catapereiro<sup>160</sup>.

Olhemos agora, ainda que de forma muito sucinta face ao curto espaço que dispomos, os tipos de fortificações que constituíam o sistema defensivo muçulmano. Em pri-

---

<sup>158</sup> MARÔCO 2017: 51.

<sup>159</sup> MARQUES 1993: 195. Este autor chama ainda a atenção para o facto de a toponímia sugerir a presença de outras estruturas defensivas em volta destas duas praças. A título de exemplo, para a *kura* Santarém encontra topónimos referentes a atalaias nos concelhos de Abrantes, Rio Maior, Santarém e Vila Nova da Barquinha, enquanto para a *kura* de Lisboa, encontra o mesmo topónimo em concelhos como Alenquer, Mafra ou Lourinhã. Leia-se: MARQUES 1993: 192-197.

<sup>160</sup> CONDE 1997: 368-369.

meiro lugar, as *madîna*. Estas eram grandes cidades dotadas de um forte dispositivo defensivo, como muralhas sólidas e diversas tipologias de torres. No seu interior havia uma alcáçova, símbolo do poder militar e último reduto defensivo de uma praça<sup>161</sup>.

Em seguida, o castelo. Juan Zozaya apresenta um critério que distingue tipologias de castelos. Assim, teríamos o *hisn* (o castelo estatal), localizado em zonas que controlassem vias terrestres, fluviais ou marítimas, podendo ser centros administrativos; e o *Qal'at*, que nas palavras de Zozaya «es el castillo del encomendero, razón por la cual suelen tener nombre de persona o del grupo familiar o clánico»<sup>162</sup>, situado em regiões fronteiriças, tendo como função proteger a área ao seu redor<sup>163</sup>.

Guilherme Marôco chama ainda a atenção para os *as-Shakara* («ninhos de água»), estruturas situadas no «topo de cabeços escarpados, de planta irregular, com reduzidas dimensões, facilmente defensáveis», que serviam de base às guarnições e de refúgio temporário das povoações da região<sup>164</sup>.

Já aqui falámos da função das torres e atalaias quando nos referimos às estruturas defensivas do lado cristão, pelo que vamos optar por deixar de lado esta questão, de forma a não cairmos na repetição. Iremos apenas mencionar os assentamentos rurais, que podiam assumir duas formas: as alcarias e os albacares. Vejamos:

As alcarias seriam povoações agrícolas que se fortificaram devido ao clima que se vivia durante o período da Reconquista, tendo proliferado no período almorávida. Inicialmente proceder-se-ia à construção de uma torre de vigia e, caso não bastasse, então reforçar-se-ia as alcarias com um perímetro amuralhado, expandindo-se também as torres<sup>165</sup>. Já os albacares estariam implantados em locais altos (e por isso facilmente defensáveis), apetrechados de cisternas, silos e outros tipos de estruturas de armazém e afastados dos principais centros urbanos, de forma a evitar que os confrontos chegassem às suas proximidades<sup>166</sup>.

---

<sup>161</sup> Como teremos oportunidade de ver mais à frente, na tomada de Santarém é na alcáçova que se refugiam as tropas muçulmanas e onde se travam os mais violentos combates com as forças cristãs.

<sup>162</sup> ZOZAYA 2007: 247. É importante notar, contudo, que a utilização do termo *hisn* para se referir a um castelo estatal não é consensual entre os historiadores.

<sup>163</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre este tema, leia-se: MARÔCO 2017: 55-58.

<sup>164</sup> Idem: 58.

<sup>165</sup> Idem: 58-59.

<sup>166</sup> AZUAR RUIZ 2002: 234.

Na primeira metade do século XII, Santarém e Lisboa eram as duas principais praças em posse dos muçulmanos situadas na linha do Tejo. Encontravam-se ambas bem defendidas, e a sua conquista revelava-se de grande importância para os projetos de D. Afonso Henriques em estender a Reconquista a sul desse rio. No próximo capítulo iremos analisar a importância de Santarém neste quadro da Reconquista, explicando ainda as suas defesas e como preparou o futuro monarca português a operação que tomou de surpresa Santarém, na madrugada de 15 de março de 1147.

**3.**

**SANTARÉM**

**IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA**

**E ESTRUTURAS DEFENSIVAS**

### 3.1.

## O «PADRASTO MAIS DE RECEAR» DOS CRISTÃOS

Já aqui abordámos a questão da fertilidade e abundância de produtos em Santarém, tantas vezes exaltada nas fontes muçulmanas. Pretendemos, com este capítulo, abordar a importância geoestratégica e militar de Santarém no quadro da Reconquista, tanto para cristãos, como para muçulmanos.

Alexandre Herculano utilizou uma expressão peculiar, mas feliz, para descrever Santarém. Apelidou a cidade escalabitana como o «padrasto mais de recear para as fronteiras christans» e a posição da sua vila amuralhada, localizada no «cimo da montanha», era como um «ninho d’aguias pendurado sobre o Tejo»<sup>167</sup>.

Efetivamente, e como bem referiu Pedro Barbosa, Santarém era o «ponto estratégico mais importante para o domínio da velha estrada romana que ligava Lisboa a Braga [a estrada Olisipo-Bracara], lugar, igualmente, de onde partiam os mais fortes ataques ao condado de Coimbra»<sup>168</sup>. Tal como referiu Bernard Reilly, a propósito da conquista almorávida da cidade, Santarém constituía «um ponto chave para o inimigo [mouros], numa eventual campanha ao interior de Portugal a partir do sul»<sup>169</sup>. De facto, e como já foi mencionado anteriormente, os muçulmanos de Santarém deram enormes dores de cabeça aos cristãos a norte da linha do Tejo. As forças que destroem o castelo de Leiria, em 1140, eram constituídas maioritariamente por tropas de Santarém e o grupo que ataca Soure, em 1144, é liderado pelo vizir desta mesma praça.

Para além disso, e como teremos oportunidade de ver no decorrer deste nosso trabalho, não era possível conquistar Lisboa sem a posse da praça escalabitana. Era daqui que partia o principal auxílio aos contingentes lisboetas, quando a atual capital portuguesa era atacada por inimigos. Por outro lado, era na zona de Santarém onde se situavam as «mais fáceis passagens» para ambas as margens do Tejo<sup>170</sup>.

---

<sup>167</sup> HERCULANO 1875, tomo II: 213.

<sup>168</sup> BARBOSA 2008: 140; BARBOSA 1991: 18.

<sup>169</sup> REILLY 1992: 176.

<sup>170</sup> BARBOSA 2008: 144.

Santarém, com as suas muralhas inexpugnáveis, nas palavras dos geógrafos muçulmanos, era, portanto, peça-chave para o controlo da linha do Tejo e, olhando através da perspetiva cristã, a alavanca necessária para expandir o território até à Estremadura e, numa fase posterior, até toda a planície alentejana (a campanha de Geraldo, o Sem Pavor contra Évora, em 1166, parte precisamente de Santarém).

De facto, no decorrer da Reconquista Santarém foi sempre uma importante cidade de fronteira<sup>171</sup>. Como vimos, marcava a separação entre o mundo cristão e o mundo muçulmano e a sua posse garantia a estabilidade da fronteira entre estes dois mundos. Após a queda da cidade nas mãos dos cristãos, os muçulmanos perceberam que tinham acabado de perder o controlo do Médio Tejo. Aliás, quando os almóadas decidem investir contra as forças cristãs, fazem-no contra Santarém (e não Lisboa), ação que culminou no cerco à cidade, em 1184.

Um outro aspeto que nos ilustra a importância de Santarém nesta época reside no facto de se encontrar numa «posição privilegiada» no que toca às vias de comunicação. Do ponto de vista das vias de comunicação terrestres, para além da já mencionada estrada que ligava Lisboa a Braga, Manuel Conde dá-nos conta de outros nós viários que passavam por Santarém e que conectavam os diversos pontos do Al-Andalus. Para leste corria uma estrada que se dirigia até Badajoz e Mérida; para sul, uma outra que rumava até

---

<sup>171</sup> Para além do conceito de cidade fronteira, Santarém é muitas vezes descrita como tendo sido uma cidade periférica (a nível geográfico, político e administrativo) e de charneira durante esta época. Sobre este aspeto, leia-se: FERNANDES 2002: 48-51. Relacionado com esta problemática de Santarém como cidade periférica está o debate que tem havido à volta da sua posição face a Lisboa, ou seja, se neste período que estamos a tratar existia algum tipo de hierarquia entre ambas as cidades. As próprias fontes muçulmanas são ambivalentes no que toca a este assunto. Hermenegildo Fernandes concluiu que estas visões díspares têm que ver com o período em que os testemunhos muçulmanos foram escritos. Assim sendo, segundo este autor, numa primeira fase correspondente ao domínio omíada, as duas cidades funcionariam «complementarmente, sem que nenhuma consiga assumir uma preeminência real.» Por seu turno, numa altura correspondente ao «último período muçulmano», parece começar a imperar entre os geógrafos árabes a «noção de subsidiariedade de Santarém [face a Lisboa] ou, na melhor das hipóteses, de uma acumulação de funções centrais em Lisboa [...]». Veja-se: FERNANDES 2002: 53-54. Adel Sidarus, por seu turno, mostra relutância em admitir um papel secundário de Santarém. Afirma que do ponto de vista militar e administrativo Santarém não era ultrapassada pela sua vizinha Lisboa, podendo apenas sê-lo a nível demográfico e económico (e apenas numa fase bastante tardia do domínio muçulmano), propondo o momento da tomada de Lisboa, em 1147, como ponto de viragem que assinala esta corrente de pensamento da preponderância de Lisboa face a Santarém. Veja-se: SIDARUS 2007: 328. Já António Rei é da opinião que o «declínio de Santarém, ao nível administrativo, fiscal e judicial, em proveito da emergente Lisboa» se deu durante o período das Taifas, passando para a «órbita e dependência» de Lisboa até à sua conquista, em 1147. Veja-se: REI 2005: 62.

Mértola, atravessando importantes locais como Coruche, Évora e Beja<sup>172</sup>. Resumidamente, dominar Santarém significava controlar estas importantes redes viárias.

Do ponto de vista fluvial, a proximidade de Santarém face ao Tejo permitiu-lhe ganhar algum relevo no panorama comercial. A ligação ao Atlântico através de Lisboa permitia a circulação de homens e mercadorias por todo o Tejo, rota que atingia o norte do atual distrito de Santarém, na zona de Abrantes, podendo inclusivamente chegar até à região de Alcântara, em Espanha<sup>173</sup>. Ora, Santarém seria um dos pontos de paragem quase obrigatória dessas embarcações que sulcavam as águas do Tejo. Face a esta realidade, assistimos, neste período, ao desenvolvimento do arrabalde ribeirinho de Seserigo (atual Ribeira), transformando-o num importante porto por onde passavam muitas destas importantes atividades mercantis.

Em suma, dominar Santarém era dominar a chamada «linha do Tejo». Do ponto de vista militar e estratégico, funcionava como plataforma para atacar as áreas vizinhas (Leiria e Coimbra no caso dos muçulmanos, Lisboa e Alentejo no caso dos cristãos), ao mesmo tempo que garantia a estabilidade da fronteira entres estes dois rivais. Mas a posse de Santarém oferecia muito mais. Implicava ser detentor da vasta e fértil província da Balata, recheada de imensos frutos e outros produtos alimentares, tão importantes para alimentar populações e exércitos, assim como para fomentar o comércio com outras regiões. Para este desenvolvimento comercial, muito contribuiu também a sua proximidade ao Tejo e a sua localização central face a várias e importantes redes viárias. Era, por estes motivos, uma cidade muito desejada.

Face ao que foi exposto, não nos é de estranhar que Santarém fosse uma praça bem defendida e dotada de um forte perímetro amuralhado. É precisamente sobre as defesas e muralhas de Santarém que falaremos já a seguir, onde iremos proceder à análise e interpretação do que as fontes e os vestígios arqueológicos nos deixaram sobre a fortaleza de Santarém, procurando mostrar quais as zonas mais bem defendidas e o tipo de estruturas que encontramos na época islâmica.

---

<sup>172</sup> CONDE 1999: 16-17.

<sup>173</sup> Idem, *ibidem*: 17.



## 3.2.

### ESTRUTURAS E SISTEMAS DEFENSIVOS

Estudar as muralhas e defesas da Santarém islâmica é tarefa árdua e por vezes perigosa. Isto porque as informações que chegaram até nós são algo escassas, isto quando não mesmo imprecisas e contraditórias, levando os historiadores a procederem à formulação de hipóteses para aquele que seria o traçado amuralhado da cidade. Nos dias de hoje ainda é possível observar alguns vestígios dos panos de muralha da Santarém islâmica, nomeadamente do perímetro que constituía a Alcáçova medieval (zona que corresponde às atuais Portas do Sol), cabendo à arqueologia averiguar outros indícios da presença das muralhas ou estruturas defensivas da época em questão.

Os geógrafos árabes desde sempre que deixaram rasgados elogios às defesas de Santarém, constatando que a mesma não podia ser conquistada sem que as forças atacantes corresse grande perigo, tal era a capacidade defensiva da cidade. Esta caracterização de Santarém deve-se principalmente ao facto de a praça estar localizada no topo de um monte, cujo acesso era extremamente difícil. E o que nos dizem, afinal, estas fontes?

Al-Marrakushi dá-nos conta de uma carta de Abü Mluhammad dirigida ao emir Yusuf, à data da conquista almorávida de Santarém (1111), na qual está expresso que «el castillo de Santarem (...) era uno de los más fortificados de los politeístas y de sus más sólidos baluartes contra los musulmanes»<sup>174</sup>. Ahmed Arrazi escreveu que «o castelo de Santarém jaz em um monte mui grande, mui alto e mui forte e não há lugar por onde o possam combater senão a mui grande perigo»<sup>175</sup>. Ibn Galib, para além de recuperar as palavras de Arrazi acerca do castelo de Santarém, comenta ainda a posição privilegiada da *madîna*, cuja torre está «alçada no cume», sendo, por isso, «extrema na sua inacessibilidade»<sup>176</sup>. Por seu turno, o *Dikr bilad al-Andalus* enuncia que Santarém «tem imponente muralha, e torres inexpugnáveis, não podendo ser tomada pela força»<sup>177</sup>.

---

<sup>174</sup> AL-MARRAKUSHI: 121.

<sup>175</sup> COELHO 1972: 39-40.

<sup>176</sup> REI 2012: 144.

<sup>177</sup> Idem: 172.

Contudo, há autores que defendem a inexistência de muralhas ao redor de Santarém. São os casos de al-Idrisi e al-Himyari. Idrisi escreveu que «Santarém situa-se num monte alto, extremamente elevado. Tem, pelo lado sul, um grande precipício, não havendo [aí] muralha»<sup>178</sup>. Al-Himyari segue esta linha de pensamento. A sua própria obra é muito baseada nos escritos de Idrisi. Assim sendo, al-Himyari também notou que Santarém «es una ciudad que se encuentra sobre una montaña de gran altura. En su lado meridional [lado do vale de Alfange] hay un gran precipicio. No tiene murallas»<sup>179</sup>. Pequena menção honrosa para Yaqut que, embora não dando quaisquer informações sobre se havia ou não muralhas em Santarém, escreve que a cidade «é inexpugnável»<sup>180</sup>, reforçando a ideia de que conquistar Santarém pela força era missão quase impossível.

Como podemos ver, existem algumas divergências em relação às defesas de Santarém. No entanto, um aspeto comum a todos os autores mencionados diz respeito à posição estratégica da cidade, situada no cume de um monte, rodeada ainda por encostas escarpadas e pelo rio Tejo. Esta realidade é o que parece conferir a Santarém o seu carácter inexpugnável, sendo o principal motivo pelo qual o seu acesso era tão difícil para tropas invasoras. Ainda assim, parece-nos pouco credíveis os relatos de Idrisi e Himyari no que toca à ausência de muralhas, cujas informações iremos procurar interpretar e explicar mais à frente. Apesar do território em si dotar Santarém de excelentes defesas naturais, não cremos que uma praça tão importante como Santarém confiase a sua defesa exclusivamente à Natureza.

E o que no dizem as fontes cristãs? A fonte que relata a tomada de Santarém, o *De Expugnatione Scalabis (DES)*, indica que Santarém «é a mais forte de todas as cidades de Espanha». Entre as obras levadas a cabo em Santarém, o autor deste relato conta-nos que, do «lado ocidental» (a que se atribui o nome de *Alplan*, ou seja, Alporão), foram erguidas «muralhas, trincheiras e torres», sendo a autoria das mesmas atribuída ao alcaide Abzecri. Para além disso, Abzecri foi ainda responsável por mandar encher os «antigos declives com terra transportada aos ombros por cativos.» Salienta também a imponência da Natureza onde, do lado oriental, a inclinação era de tal modo grande que os árabes lhe chamaram Alhafa (medo), local por onde eram atirados os condenados à morte; do lado

---

<sup>178</sup> REI 2012: 133.

<sup>179</sup> AL-HIMYARI: 234.

<sup>180</sup> REI 2012: 186.

sul, qualquer visitante deparar-se-ia com o difícil acesso à cidade, sendo obrigado a percorrer «desvios e alguns meandros»; e, do lado norte, a «própria natureza do monte», projetando a cidade «até às nuvens», conferia aos seus habitantes uma boa posição para a defender contra invasores. Face a isto, o autor do *DES* refere que Santarém é «inexpugnável», e que a própria planície que rodeia a cidade «está coberta de pântanos e ilhas», sendo apenas possível transpô-la recorrendo ao uso de barcos<sup>181</sup>.

Já a *Crónica Geral de Espanha de 1344* (*Cr. 1344*) transcreve exatamente o que Ibn Galib mencionou acerca das defesas e posição de Santarém, numa passagem na qual é ilustrado que «o castello de Santarem jaz em hũu monte muy grãde e muy alto e muy forte e nõ ha logar per honde o possam combater se nõ a muy grãde perigoo»<sup>182</sup>.

Por seu turno, a *Crónica de Portugal de 1419* (*Cr. 1419*) segue a informação que nos é dada pelo *DES*, onde refere que Santarém «era um lugar muy forte e gueryro», causando «grande dano» às terras portugalenses, ao mesmo tempo que era a «millor villa de todo o seu reyno [do reino de D. Afonso Henriques] pela nobreza de seu asentamento», com os seus vastos e férteis campos de cultivo. Estas são, aliás, as duas razões enunciadas pela dita crónica que justificam a vontade de D. Afonso Henriques em tomar Santarém. Acrescenta ainda que na zona do Alpram (Alporão) se encontravam muros, barbacã e torres, prosseguindo com as restantes informações que o *DES* nos transmite sobre a Natureza que rodeia Santarém, a qual impossibilitava «combater per nẽnhũa maneyra d'enjenhos»<sup>183</sup>.

Por fim, a *Crónica de El Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão (*Cr. Galvão*), continua a mesma linha de pensamento das suas antecessoras. Nela encontramos novamente a notícia de que o lado ocidental, correspondente ao Alpham (Alporão), «era muy forte de muro, torres, e barreyra», enquanto do lado oriental, correspondente a Alhafa, os mouros utilizaram cativos cristãos para encher de terra o declive. Do lado sul, correspondente a Alfange, Duarte Galvão diz-nos que a sua passagem não era possível fazer «ssenam per rressayos», enquanto o lado norte era protegido «pella gramde altura do monte que he predregoso e asparo.» Remata que, devido à grandeza e imponência da vila, não havia «nenhuã maneira demgenhos sse podia combater»<sup>184</sup>.

---

<sup>181</sup> *DES*: 1228-1229.

<sup>182</sup> *Cr. 1344*, vol. II: 66.

<sup>183</sup> *Cr. 1419*: 35.

<sup>184</sup> *Cr. Galvão*: 98.

Como podemos ver, todas as fontes cristãs dão conta da presença de muralhas em Santarém, cuja autoria é atribuída a Abzecri ou Abu Zacaria. Também enumeram outras estruturas defensivas, tais como torres, baluarte e barbacãs, para além de outras obras no terreno à volta. Mas, à semelhança do que vimos nos escritos muçulmanos, o que mais nos chama a atenção é a descrição da geografia em torno da cidade. Podemos concluir que, mais do que as suas estruturas defensivas, era de facto a sua posição imponente, no topo de um monte, que conferia à cidade escalabitana o tal carácter inexpugnável que tanto assustava os cristãos. Foi esta conclusão a que chegou Alexandre Herculano, defendendo que, «menos defendida que Lisboa pela arte, [Santarém] era-o mais pela natureza», onde o castelo no «cimo da montanha» era como um «ninho d’aguas pendurado sobre o Tejo»<sup>185</sup>.

De referir que Herculano defende que Santarém não era «cingida de muros», ao contrário de Lisboa, parecendo seguir as observações de Idrisi e al-Himyari. Como iremos ver daqui a pouco, esta interpretação parece dever-se ao facto de Santarém, na época em questão, não possuir um perímetro muralhado fechado, que rodeasse toda a vila e bairros ribeirinhos. Pois, como podemos constatar, Herculano fala da «solidez» e «inacessibilidade» do castelo de Santarém<sup>186</sup>, ilustrando, inequivocamente, a presença de muralhas que protegiam, neste caso, a área da alcáçova da cidade.

Depois de fazermos este levantamento das fontes escritas (cristãs e muçulmanas) para o estudo das muralhas de Santarém, é altura de reunirmos toda a informação que possuímos sobre este tema, fruto de vários anos de trabalhos arqueológicos e outros estudos. Temos três descrições antigas, mas bastante pormenorizadas, da Santarém islâmica

---

<sup>185</sup> HERCULANO 1875, tomo II: 213.

<sup>186</sup> Idem: 216.

da autoria de Frei António Brandão<sup>187</sup>, de Padre Inácio de Vasconcelos<sup>188</sup> e de Zeferino Brandão<sup>189</sup>, que nos dão conta, não só da fortaleza de Santarém, como de toda a descrição da vila medieval. Mas vejamos o que nos dizem os estudos e autores mais recentes.

O território da Santarém islâmica seria constituído por quatro pontos bem delimitados: a alcáçova, a medina de Santa Irene ou Sancta Irene, o porto de Alfange e o arrabalde de Seserigo (actual Ribeira). Nesta altura não existia muralhas que rodeassem todo o perímetro urbano, o que parece justificar as aparentes contradições entre as crónicas muçulmanas. Ou seja, quando geógrafos como al-Idrisi dizem que Santarém era desprovida de muros, referiam-se à *madîna*, e, quando geógrafos como al-Razi comentam as imponentes muralhas de Santarém, referem-se às muralhas que protegiam a alcáçova<sup>190</sup>.

---

<sup>187</sup> Brandão começa por dizer que Santarém é «povoação principalíssima do Reino de Portugal». A oriente é banhado pelo Tejo, o que lhe conferia um carácter inexpugnável. Possui dois vales: Ribeira (a Norte) e Alfange (a Sul), locais por onde a subida até à vila é «áspera e a terra inexpugnável». Na parte ocidental, a vila foi reforçada com «muros e baluartes», sendo a parte mais bem defendida e «fortalecida» em época de mouros. No topo, ergue-se a «famosa vila» de Santarém, gozando de ares «puríssimos» e «deleitosas vistas». Realça a alcáçova de Santarém, «cercada de muros particulares», que se encontrava dividida das demais zonas da vila e cuja entrada se fazia, em tempos antigos, através de uma ponte levadiça. Aqui temos que chamar a atenção para a data em que Brandão escreve a sua obra (século XVII). Nas páginas que dedica à descrição da vila de Santarém, Brandão dá-nos pormenores da Santarém islâmica, assim como da Santarém do seu tempo, pelo que alguns dos pormenores que encontramos na obra (como o facto de a alcáçova estar ligada ao resto da vila ou a referência aos vestígios de uma antiga torre que permitia avistar ao longe Lisboa) dizem respeito à Santarém da época Moderna. Podemos supor, assim sendo, que os «muros particulares» da alcáçova sejam já fruto das obras que os cristãos aí fizeram após a tomada da cidade, em 1147, e continuadas pelos séculos seguintes. Leia-se: BRANDÃO 1632: 161-162.

<sup>188</sup> Vasconcelos descreve Santarém com um misto de informações da época medieval com a época da escrita da sua obra (século XVIII), embora estejam em maior número os indícios da Santarém setecentista. Começa por descrever as condições naturais em torno da vila escalabitana, que já aqui comentámos diversas vezes. Sobre Marvila, afirma que «sempre foy cercado de muros». Prossegue a sua narrativa dando conta das obras empreendidas no tempo de Abzecri, nas quais mandou terraplanar as ante-muralhas, assim como erguer atalaias e barbacãs. Estas obras, aliadas à Natureza do sítio (que por si só já «rebatia os assaltos ao inimigo»), tornavam a vila inexpugnável. Leia-se: VASCONCELOS 1740: 12-25.

<sup>189</sup> À semelhança dos seus antecessores, Zeferino Brandão dá-nos a perspetiva da cidade de Santarém do seu tempo, ao mesmo tempo que nos relata a paisagem e fortaleza da época medieval. Afirma que as muralhas escalabitanas remontam aos tempos dos romanos, as quais foram reforçadas pelos godos com portas, baluartes e cubelos. Aproveitou estas estruturas Abu Zakaria, terraplanando os muros e guarnecendo-os com baluartes e barbacãs. Brandão só fala em duas portas para a época de domínio muçulmano, sendo elas a Porta de Santiago e a Porta do Sol, algo que veremos adiante. Prossegue o seu discurso dando conta de acontecimentos que se foram desenrolando ao logo dos séculos. De salientar que Zeferino Brandão faz uma análise crítica ao que o textos antigos sobre a data da tomada de Santarém, chegando à conclusão que a data correta é, de facto, 15 de março de 1147, tendo como o «mais solido fundamento (...) a doação feita por D. Afonso aos templários do domínio ecclesiastico de Santarém, no mez de abril d'aquelle anno.», defendendo ainda a tradição da entrada de D. Afonso Henriques pela porta de Atamarma. Leia-se BRANDÃO 1883: 525-577.

<sup>190</sup> A esta conclusão chegaram também outros autores, tais como Maria Ângela Beirante (in BEIRANTE 1980: 34-35), Manuel Sílvio Conde (in CONDE 1999: nota 56, p. 23) e Mário Cardoso (in CARDOSO

Situada no extremo esporão do planalto, rodeada por dois vales, com o rio Tejo na sua base, a alcáçova escalabitana, sede do poder militar da cidade, era a zona mais bem protegida da cidade, compreendendo uma área a rondar os 4 hectares<sup>191</sup>. As obras aqui empreendidas pelos muçulmanos remontam à Alta Idade Média, ainda em período omíada<sup>192</sup>. Jorge Custódio defende que a alcáçova constituía uma «chave da vila de Santarém e do território» e, quem a obtivesse, «detinha o domínio da urbe, quiçá o poder inter-regional.»<sup>193</sup>.

Sobre as defesas da alcáçova, podemos constatar que o perímetro da sua muralha é irregular e de reduzidas dimensões, tendo sido aproveitadas pelos muçulmanos as estruturas defensivas de épocas anteriores (o lado sudoeste destas muralhas será o mais antigo). Segundo Mário Cardoso, os muros da alcáçova teriam uma espessura de cerca de dois metros na sua base<sup>194</sup>. O que conferia o valor inexpugnável à alcáçova de Santarém não era tanto as suas muralhas, o traçado e força das mesmas, mas sim o local onde estas se encontravam (recordamos o que escrevemos acima sobre a sua posição geográfica).

Não podemos afirmar com absoluta certeza o local da torre de menagem ou se esta existiu sequer. Mário Cardoso admite que, face ao local de implantação das muralhas da alcáçova, a presença de uma torre de menagem podia ser dispensada<sup>195</sup>. Ainda assim, existem indícios da presença de torres durante este período. Jorge Custódio assinalou uma referência à Torre de Alarfa, de construção muçulmana, local por onde seriam lançados os condenados à morte, a que alude o relato do *DES*<sup>196</sup>. Para além disso, também foram encontrados indícios de uma torre albarrã, datada do período califal, em tempos localizada

---

2001: 36). Mário Cardoso diz mesmo que as observações de Idrisi de que Santarém «não tem muralhas» são válidas. Segundo este autor, Idrisi notou que a cidade escalabitana não possuía uma “cerca”, algo que se revelava correto, uma vez que Santarém não tinha um perímetro muralhado fechado. As únicas muralhas fechadas seriam as que protegiam a alcáçova da cidade. Mário Viana refere ainda que o facto de a «ação decisiva» da tomada de Santarém se «desenrolar unicamente no esporão, entre a área ocupada pela guarnição militar muçulmana e Alpram», é um indício de que o planalto da cidade não apresentava quaisquer muralhas na época. Leia-se: VIANA 2007: 61.

<sup>191</sup> BEIRANTE 1990: 65.

<sup>192</sup> CUSTÓDIO 1996, vol. I: 191 e CUSTÓDIO 2002: 412

<sup>193</sup> Idem, 1996, vol. II: 72. Este autor viria a reforçar esta ideia noutro artigo seu. Leia-se: ainda CUSTÓDIO 2002: 413.

<sup>194</sup> CARDOSO 2001: 59.

<sup>195</sup> Idem: 59.

<sup>196</sup> CUSTÓDIO 1996, vol. II: 72.

onde se ergue atualmente a Torre das Cabaças,<sup>197</sup> e que fazia parte do sistema defensivo de Alporão.

As entradas da fortaleza da alcáçova representavam os pontos de mais fraca resistência, pelo que estavam reduzidas a um número estritamente necessário (dois), embora também haja a assinalar a existência de alguns postigos. De facto, encontramos apenas referência a duas entradas, sendo elas a Porta de Santiago e a Porta do Sol. Do ponto de vista militar, a primeira porta era a mais importante, uma vez que fazia a ligação para a vila escalabitana e ainda para o arrabalde de Seserigo. Já a segunda fazia a ligação com Alfange e ainda hoje é perceptível no jardim a que deu nome.

Persistem dúvidas sobre a localização da Porta da Alcáçova, de que alguns textos cristãos fazem referência. Maria Ângela Beirante admite duas possibilidades. A primeira faz corresponder a Porta de Santiago como sendo a Porta da Alcáçova. A segunda diz que a Porta da Alcáçova se trataria de uma «outra porta aberta para a vila», situada a ocidente da de Santiago<sup>198</sup>.

Como já referimos anteriormente, a zona ocidental, correspondente a Alpram (Alporão), foi a que registou obras de maior vulto. O *DES* informa-nos disso mesmo. Jorge Custódio defende que as estruturas militares encontradas no planalto (ou seja, as que vão de Alporão a Alfange) são datadas do século XI, anteriores à «conquista» de Santarém por Afonso VI.<sup>199</sup> De facto, o próprio *DES* parece aludir à antiguidade das muralhas («antigos muros»), embora a tradução não seja consensual<sup>200</sup>.

---

<sup>197</sup> CORREIA 1999: 196.

<sup>198</sup> Jorge Custódio defende que Porta de Santiago e Porta da Alcáçova dizem respeito à mesma realidade. Veja-se: CUSTÓDIO 1996, vol. II: 67. Sobre esta hipótese diz-nos Maira Ângela Beirante que «teremos de admitir que houve nas suas imediações uma alteração de natureza geológica que cortou a comunicação com a vila, deixando-a somente em ligação com a Ribeira.» Leia-se: BEIRANTE 1980: 35. Acrescenta ainda que esta ideia é ilustrada por Zeferino Brandão, quando o autor afirma que um desabamento de uma barreira cortou o caminho que ligava a vila à Porta de Santiago. Veja-se: BRANDÃO 1883: 527. Mais recentemente, Mário Viana parece também concordar com esta a linha de pensamento. Veja-se: VIANA 2007: 74, nomeadamente a legenda da Figura 12, na qual o autor denomina por Porta da Alcáçova a porta onde se localiza a de Santiago.

<sup>199</sup> CUSTÓDIO 2002: 414-415.

<sup>200</sup> Referimo-nos à passagem «*erexerat muros, antemurale et turres a parte occidentali, que uocatur Alplan, eo quod ad comparationem precipidi tocius circuitus planum uidebatur, quia antiques [saltus] repleuerat terra usque ad summum in promontorii modum (...)*». As várias traduções que existem do *DES* não são consensuais quanto ao que é que se refere o adjetivo *antiquos*. Nalguns casos referem-se a fossos, noutros a muros e, na tradução de Aires Nascimento que estamos a usar no presente trabalho, refere-se a declives. Mário Viana também chamou a atenção para este aspeto, concluindo que o adjetivo em questão se refere, efetivamente, aos muros. Veja-se: VIANA 2007: 62, nomeadamente a nota 78.

Face a esta realidade e à conjuntura que se viveu a partir do início do século XII, o governador almorávida Abzecri, após a retoma de Santarém por parte dos muçulmanos, decidiu conduzir um conjunto de renovações nas defesas da cidade. Maria Ângela Beirante considera que o local onde Abzecri mandou erguer as novas estruturas já tinha possuído muralhas, mas que as mesmas teriam ruído<sup>201</sup>, pelo que o governador tratou de reforçar essa zona, servindo-se das estruturas pré-existentes.

Recordemos então o que nos diz a tradição emanada pelo *DES*. Recorrendo a mão-de-obra escrava, Abzecri ordenou grandes terraplanagens nos antigos muros (fossos ou declives, consoante as traduções), que iriam até à polémica Porta de Atamarma, ao mesmo tempo que dotou a linha defensiva de Alporão com fortes muralhas, torres (recordamos a torre albarrã mencionada acima) e baluartes. Jorge Custódio notou que a muralha de Alpram «constituía um anteparo, mais do que uma cerca», registando o recurso a torres quadradas, barbacãs e portas de cotovelo para reforçar esta estrutura<sup>202</sup>.

De facto, a muralha de Alpram não era fechada sobre si, o que tornava Santarém uma cidade aberta, pormenor que já aqui abordámos a propósito das contradições entre os relatos dos geógrafos muçulmanos. Nas palavras de Mário Viana, esta muralha teria como objetivo «controlar a passagem entre o esporão da Alcáçova e o planalto através de uma porta (a porta mais antiga, chamada de Alpram), ao mesmo tempo que dominava a via de circunvalação dos arrabaldes»<sup>203</sup>.

Tem havido um grande debate em torno do perímetro amuralhado da alcáçova, na medida em que se devemos considerar esta área como tendo muralha própria, ou se, pelo contrário, as suas muralhas integravam o conjunto do aparelho defensivo da cidade. Jorge Custódio parece tender para a primeira opção.<sup>204</sup> De igual modo, Mário Cardoso nota que grande parte dos documentos conhecidos são concordantes em considerar a alcáçova «"fechada sobre si" por muralha distinta e independente da Vila»<sup>205</sup>. Mais recentemente, Marco Liberato defendeu convictamente esta ideia. Baseando-se no relato de Ibn

---

<sup>201</sup> BEIRANTE 1980: 36.

<sup>202</sup> CUSTÓDIO 1996, vol. II: 75-76.

<sup>203</sup> VIANA 2007: 62.

<sup>204</sup> CUSTÓDIO 1996, vol. I: 190 (planta).

<sup>205</sup> CARDOSO 2001: 57.



Idari e na *Chronica de el-rei D. Sancho I* sobre o cerco almóada, em 1184, chegou à conclusão que a alcáçova era um «espaço militar individualizado materialmente»<sup>206</sup>.

Facto é que, dos vários topónimos que surgem no *DES*, em momento algum surge o da alcáçova. Aliás, o próprio relato termina com a entrada de D. Afonso Henriques pelas «portas da cidade», não especificando sequer que porta seria esta (algo que iremos debater mais à frente quando analisarmos o assalto). Apenas é mencionando o sistema defensivo de Alporão (local onde as crónicas posteriores dão conta da enorme mortandade que aí ocorreu), o que parece indicar que estaríamos perante uma única muralha envolvente. Mário Viana também assinalou este pormenor, defendendo que considerar a existência de uma única muralha, sem separação material entre a alcáçova e Alporão, «coloca menos problemas estratégicos»<sup>207</sup>.

Não obstante estas dúvidas, podemos afirmar com certeza que a alcáçova constituiria uma unidade autónoma da demais vila. Como já referimos, a alcáçova era a sede do governo militar e símbolo do seu poder, constituindo ainda o último reduto defensivo da guarnição em caso de ataque. Dominar a alcáçova significava dominar a demais vila. Por este motivo, a muralha de Alporão funcionava precisamente como último entrave a uma força invasora que pretendesse atacar a alcáçova. O facto de as crónicas que narram o cerco de 1184 pressuporem uma separação material entre a alcáçova e Alporão poderá ser um indício das obras entretanto empreendidas pelos cristãos? Sabe-se que após a tomada de Santarém os cristãos procederam a obras de melhoria do sistema defensivo da vila, finalizando troços de muralha inacabados, colocando torres em posições estratégicas, etc. Ou, pelo contrário, são o reforço e a prova da ideia que a alcáçova possuía uma cintura de muralhas própria?

---

<sup>206</sup> LIBERATO 2012: 13. Ver ainda a planta da paisagem urbana da Santarém medieval na página 14. Sobre os testemunhos mencionados, diz-nos o *Al Bayan* que «Fué destruido su arrabal, contiguo a la muralla y se le prendió fuego (...) Lucharon algún rato, hasta que se apoderaron del citado arrabal y los que salían del ejército cristiano eran puestos en fuga, tanto que desmontaban de sus caballos y sus hermanos los izaban com cuerdas, desde lo más alto de la muralla de la alcazaba y vieron los infieles este día lo que los asustó y atemorizó y se confortaron los ojos del Islam con lo que obtuvieron. Fueron derribadas las dos iglesias de la ciudad exterior, arrasadas sus casas y asolado su poblado.» Leia-se: IBN IDARI: 71. Já a crónica cristã relata que D. Sancho se protegera não «dentro nos muros da Villa, nem Dalcaceva, que então era tão somente cercada», mas sim «se susteve sempre nos arrabaldes da Villa em palanques, e estancias, que com madeiras somente afortalezou». Veja-se: PINA 1906: 41.

<sup>207</sup> Ainda assim, Mário Viana aceita que a alcáçova fosse dotada de muralhas próprias, embora apresente argumentos que parecem refutar esta ideia. Leia-se: VIANA 2007: 63-64.

Por fim, e em relação aos bairros ribeirinhos, as fontes escritas e os vestígios arqueológicos mostram que Seserigo não possuía quaisquer muralhas defensivas, à época em estudo<sup>208</sup>. Alfange, por sua vez, tinha algumas defesas, embora as principais fortificações deste porto se tenham realizado a partir do domínio cristão. Temos a assinalar a já mencionada estrutura defensiva que se estendia desde Alporão até Alfange, a qual se juntava uma outra muralha que partia do Castelo da Porta da Valada e que prolongava o dito muro oriundo de Alpram<sup>209</sup>.

---

<sup>208</sup> Mário Cardoso admite que Seserigo pudesse ter, por esta altura, restos de muralhas romano-góticas, mas o estado das mesmas estaria de tal modo degradado, que não possuiriam qualquer valor defensivo. Veja-se: CARDOSO, *op. cit.*: 83. Outros autores, também assinalaram vestígios antigos de muralha na Ribeira, apelidam-lhes de «muralha islâmica», embora admitam que as suas características estruturais não coincidam com as das muralhas medievais de Santarém. De igual modo, admitem que esta muralha estaria «muito assoreada e a sua altura não constituiria defesa capaz contra o inimigo.» Leia-se BATATA, BARRADAS e SOUSA 2004: 74-75. Contudo, e como indicam os mais recentes estudos e as próprias fontes e vestígios arqueológicos, remontam aos tempos de D. Sancho I, por alturas do cerco almóada de 1184, as primeiras edificações de estruturas defensivas em Seserigo (Ribeira).

<sup>209</sup> Idem, *ibidem*: 83-84. Sobre este castelo pouco se sabe. Segundo Jorge Custódio, situava-se na extremidade Sul/Sudeste, na adjacência da porta do mesmo nome, estabelecendo a ligação aos ricos campos da Valada. Seria «uma fortificação bastante antiga», admitindo-se que já existia aquando da tomada de Santarém. Terá sido neste local que os primeiros monarcas portugueses colocaram cavaleiros da sua confiança para a sua defesa. Juntamente com a alcáçova, o Castelo de Valada constituía um importante reduto defensivo do porto de Alfange. Leia-se: CUSTÓDIO 1996, vol. II: 88-89.

### 3.3.

## A PREPARAÇÃO DO ASSALTO

### 3.3.1.

#### As vésperas de março de 1147

Vistas as estruturas defensivas da Santarém islâmica, decidimos deixar uns breves apontamentos sobre a capacidade de resistência da cidade e o clima que se vivia nas vésperas da sua tomada.

Nada nas fontes escritas pressupõe que os habitantes de Santarém suspeitassem que um ataque cristão estivesse para breve. Nem mesmo o anúncio da quebra das tréguas (algo que iremos analisar melhor mais à frente) parece ter motivado nos muçulmanos cuidados redobrados no que toca à defesa da vila. Por outro lado, não há a registar quaisquer peripécias no caminho que a hoste cristã levou até Santarém. Se a guarnição muçulmana desconfiasse de um ataque cristão, é de supor que reforçaria o policiamento e vigilância dos caminhos. É verdade que as tropas cristãs tomaram estradas secundárias, o que pode explicar a ausência de encontros entre os dois inimigos.

Para além disso, era comum, antes de um ataque a uma fortaleza, os habitantes da povoação em volta destruíram as colheitas e os arredores, de modo a impedir que o inimigo pudesse usufruir dos produtos alimentares, bens e terreno (como fizeram os habitantes de Soure, antes do cerco almorávida a Coimbra, que foi mencionado no início deste trabalho). Ora, uma vez mais, nada nas fontes nos indica que os habitantes de Santarém tenham dizimado os arredores da vila amuralhada, o que parece comprovar que estariam na ignorância de um iminente ataque cristão. De igual modo, não se verifica qualquer movimento prévio desses mesmos habitantes para o interior das muralhas, em busca de refúgio. O único grupo que pudesse ter noção de que um ataque cristão estaria próximo seria o dos moçárabes que, segundo alguns autores, ajudaram a hoste cristã na tomada da cidade, pormenor que também iremos ver com mais atenção no decorrer deste trabalho.

Como já referimos anteriormente, seria na alcáçova que se concentraria o grosso da população neste período, albergando um vasto conjunto de militares que constituía o

exército muçulmano aqui presente. Face a este aspeto, seria de supor que a cidade tivesse uma boa capacidade de armazenamento que lhe permitisse resistir a um cerco.

De facto, as diversas «covas de pão» e silos (datados dos séculos IX-XI) encontrados ao longo do planalto escalabitano ilustram que a cidade estaria bem preparada para suportar um assédio militar, ao mesmo tempo que dotava os seus habitantes de «auto-suficiência e independência alimentar» em períodos de carência, fome ou crise<sup>210</sup>.

No entanto, muitos destes silos foram sendo progressivamente abandonados. Este é um fenómeno que se generalizou na Península Ibérica, a partir de finais do século XI e alastrando-se pelo século seguinte<sup>211</sup>. Efetivamente, muitos silos foram abandonados bastante tempo antes da tomada cristã, podendo ser um indício do «decréscimo dos excedentes agrícolas armazenados na vila»<sup>212</sup>.

No que toca à alcáçova, foram encontrados 26 silos islâmicos num espaço de apenas 36 metros quadrados<sup>213</sup>. Liberato notou que este era um espaço muito reduzido para armazenamento de víveres, estando, por esta razão, aqui esgotadas as capacidades de armazenamento. Aliado a esta vicissitude, estaria ainda o facto de o relevo circundante não permitir incursões em busca de alimentos<sup>214</sup>. Por outras palavras, apesar das suas boas defesas naturais e físicas, os habitantes de Santarém não estariam em condições de resistir a um cerco a partir da alcáçova, à data da tomada de Santarém.

Este é um aspeto curioso, uma vez que nem os cristãos possuíam os meios necessários para montar um cerco à cidade escalabitana, nem os muçulmanos aparentemente detinham bens alimentares suficientes para aguentar um assédio militar.

De facto, D. Afonso Henriques não possuía os meios humanos e logísticos (nomeadamente engenhos de cerco) para montar um cerco a Santarém. Segunda se consta, cerca de cinco anos antes, em 1142, já o monarca havia tentado tomar Lisboa e Santarém,

---

<sup>210</sup> RAMALHO, LOPES, CUSTÓDIO e VALENTE 2001: 151.

<sup>211</sup> *Ibidem*.

<sup>212</sup> LIBERATO 2012: 16. O autor acrescenta que a explicação para este fenómeno poderá ser encontrada no progressivo crescimento comercial de Lisboa, que passou a redistribuir os produtos oriundos de Santarém.

<sup>213</sup> VIEGAS e ARRUDA 1999: 108.

<sup>214</sup> LIBERTATO 2012: 12.

mas este déficit de meios resultou no fracasso da operação.<sup>215</sup> A própria *Vida de S. Teotónio* parece indicar uma tentativa prévia de conquistar a vila escalabitana:

«Quanta solícitude o homem de Deus [S. Teotónio] tinha pelo rei, ou quanto o rei confiava sempre nele, pode apreciar-se até só naquele milagre único de Santarém, quando o rei quis atacar essa cidade com um novo género de combate, a saber, a furto e como que por meio de roubo, pois com outros aparatos bélicos nunca pôde»<sup>216</sup>.

Quando, em 1146 ou em inícios de 1147, chega a missiva do abade de Claraval que informava que uma armada de cruzados se estaria a aproximar de Lisboa para auxiliar o rei português na conquista da dita cidade, D. Afonso I rapidamente tratou de iniciar os preparativos para a tomada de Santarém. O monarca percebeu que, para ter sucesso no ataque a Lisboa, primeiro tinha que cortar a principal linha de apoio aos muçulmanos lisboetas. E essa linha era precisamente a vila escalabitana.

Não possuindo o tempo nem os meios necessários para colocar Santarém sob cerco, restava a D. Afonso Henriques uma única opção: o assalto furtivo. Esta foi uma tática muito utilizada por Geraldo *O Sem Pavor*. E em que consistia esta operação militar? Sumariamente, um pequeno grupo de homens, munidos de escadas e cordas, aproximava-se de maneira silenciosa de uma fortaleza, escalando pela parte menos vigiada ou defendida. Chegados à zona dos adarves, estes assaltantes tinham que neutralizar rapidamente as sentinelas que aí se encontrassem, para que estas não alertassem o resto da guarnição da presença de invasores e o fator surpresa se desvanecesse. Já no interior das muralhas, estes homens teriam depois que abrir as portas da fortaleza para que os contingentes que esperavam no seu exterior pudessem entrar e derrotar a guarnição inimiga. A tomada de Santarém seguiu estes pressupostos, embora com algumas intempéries pelo meio, como iremos ver.

Mas para que operações como estas resultassem, era necessário que fossem realizadas durante a noite, de modo a que a escuridão ocultasse a presença dos assaltantes.

---

<sup>215</sup> BARBOSA 2008: 141. MARTINS 2011: 62.

<sup>216</sup> *Vida de S. Teotónio*: 35.

As próprias condições meteorológicas deviam ser tidas em conta, privilegiando-se noites em que o céu se encontrasse nublado e escondesse o luar. Também o clima assumia especial importância. Climas frios, de chuva ou neve costumavam afastar as sentinelas do caminho de ronda. De igual importância era a escolha da hora do assalto. Procurava-se sobretudo atacar nos finais dos turnos das vigias, altura em que estas estariam mais cansadas e menos atentas ao que se passava ao seu redor. O *DES* não nos indica quais as condições meteorológicas na madrugada de 15 de março de 1147. O Inverno estaria muito perto do seu fim, dando lugar ao início da Primavera, pelo que, e apenas podemos presumir, o clima não fosse já tão frio e chuvoso. Se assumirmos que a «*estrela, grande e flamejante como uma pequena tocha*» a que alude o *DES*<sup>217</sup> se trata, efetivamente, de uma estrela cadente que foi realmente vista pelas tropas cristãs naquela noite, podemos admitir que o céu estaria pouco nublado ou limpo, situação que não favorecia os assaltantes.

Para que a presença em território inimigo passasse a mais despercebida possível, destacava-se um pequeno grupo de homens, de preferência com alguma experiência neste tipo de operações. Ainda assim, nalguns casos era exigida uma segunda força mais numerosa que tinha como função anular a guarnição inimiga e tomar posse da fortaleza.

Também se revestia de grande utilidade que estes homens dominassem o idioma do rival. Caso algum ruído denunciasse a sua presença, os assaltantes podiam mais facilmente ludibriar as sentinelas inimigas respondendo-lhes na mesma língua. Mas o principal objectivo passava mesmo por evitar ao máximo fazer barulho, pelo que os assaltantes deviam restringir apenas ao essencial o equipamento que levavam consigo, desmontando-se dos seus cavalos antes da aproximação às muralhas, assim como privilegiavam a comunicação entre si através de sinais visuais previamente combinados.

Para além de uma pitada de sorte, a peça-chave que permitia o sucesso deste tipo de operações era mesmo o planeamento rigoroso e o sigilo em torno do mesmo. De facto, era fundamental proceder ao reconhecimento prévio do local que se ia atacar, das suas estruturas defensivas (como muralhas, torres e portas, ter conhecimento, por exemplo, da altura das muralhas para saber o tamanho das escadas a utilizar) e método de defesa, dos horários dos turnos das sentinelas e ainda dos itinerários que mais garantias davam aos assaltantes que a sua aproximação à fortificação passaria despercebida<sup>218</sup>. É precisamente

---

<sup>217</sup> *DES*: 1231.

<sup>218</sup> Sobre tudo o que foi dito acerca destas operações de assalto furtivo leia-se: MARTINS 2011: 64-65 e ainda MARTINS 2016: 177-199.

com isto em mente que D. Afonso Henriques envia Mem Ramires a Santarém, cavaleiro moçárabe a quem ficou incumbida a missão de explorar as defesas e características da praça. Com base no que a tradição do *DES* nos transmite, iremos ver em seguida este aspeto e como toda a operação que conduziu à tomada de Santarém esteve rodeada por enorme sigilo.

### 3.3.2.

#### O planeamento

Como já aqui foi referido, D. Afonso Henriques percebeu que para conquistar Lisboa era necessário, primeiro, capturar Santarém, cortando, assim, uma das principais linhas de apoio defensivo dos muçulmanos. Não possuindo os meios humanos e logísticos para pôr cerco à cidade escalabitana, restava-lhe a opção de tomá-la de surpresa pela calada da noite. Como vimos, o sucesso de operações deste género dependia bastante de um planeamento rigoroso. Com isso em mente, o monarca português assinou tréguas com os muçulmanos e enviou um homem da sua confiança, de seu nome Mem Ramires, para proceder ao reconhecimento da praça, das suas defesas, da sua guarnição, dos caminhos mais adequados a seguir, enfim, de tudo o que fosse preciso saber para que o assalto fosse bem-sucedido.

«Pensava, pois, comigo mesmo muitas vezes sobre o modo de a assaltar, fosse à mão armada fosse à traição. Acontecia, porém, que aqueles a quem dava isso a conhecer, pretextavam desculpas de doença, sentindo medo da morte. Por fim, fiz tréguas com eles e mandei Mem Ramires, a quem dera conhecimento da minha intenção, investigar o caso, para saber por que via ou por que parte da muralha poderíamos entrar com alguma segurança durante a noite»<sup>219</sup>.

---

<sup>219</sup> *DES*: 1229-1230.

Abrimos aqui parênteses para falarmos sobre esta misteriosa personagem que é Mem Ramires. São raríssimas as fontes que mencionam este homem e as que lhe fazem referência limitam-se a repetir a tradição emanada pelo *DES* que acabámos de dar conta: Mem Ramires terá sido um cavaleiro de origem moçárabe que, por saber falar árabe, se terá infiltrado em Santarém de modo a investigar as defesas e acessos desta praça.

Face ao exposto, as únicas informações que dispomos sobre Mem Ramires resumem-se à sua participação na tomada de Santarém, «desaparecendo do mapa» após esta data. De facto, o mesmo não é sequer mencionado na crónica da conquista de Lisboa, que ocorreu entre julho e outubro do mesmo ano, pelo que se supõe que não terá participado desta empresa.

Para dificultar ainda mais o estudo sobre Mem Ramires, nem todas as fontes são concordantes em relação à sua própria pessoa. Ou seja, enquanto o *DES* indica o nome de Mem Ramires, há outras fontes que, embora seguindo a narrativa dos acontecimentos de forma similar, com algumas diferenças pontuais nalguns casos, substituem Mem Ramires por outra personagem chamada Mem Moniz.

É na *Crónica de 1344* que o nome de Mem Ramires é substituído pelo de Mem Moniz, acabando este último por ser adotado pelos textos que sucedem a dita crónica, como são os casos da *Crónica 1419*, *Crónica Galvão* e *Crónica D. N. Leão*<sup>220</sup>. Identificado como Mem Moniz de Candarei, este homem pertenceria à casa de Ribadouro e seria irmão de Egas Moniz<sup>221</sup>. Este mesmo Mem Moniz é referido por Alexandre Herculano

---

<sup>220</sup> *Cr. 1344*, vol. IV, p. 231: «E o primeiro que entrou dentro pella escaada foy hũu cavaleiro que avya nome Mẽe Muniz (...)». *Cr. 1419*, p. 36: «Açima preytejou el-rey com eles tregoa por hum tempo çerto e emtom mandou alo Mem Moniz (...)». *Cr. Galvão*, p. 101: «E fazemdo tregoa com os mouros por çerto tempo, mamdou llaa dom Mem Moniz (...)». *Crónica D. N. Leão*, p. 65: «E para saber o meo per que melhor tomaria a villa, descobrio seu pensamento a Mendo Moniz (...)».

<sup>221</sup> PEREIRA 1996.: nota 56, na página 308.



na sua obra *Lendas e Narrativas*, mais concretamente no episódio da «Morte do Lidador»<sup>222</sup>. O nome de Mem Ramires acabará, contudo, por ser retomado a partir de Fr. Bernardo de Brito e seguido pela historiografia subsequente até aos dias de hoje<sup>223</sup>.

Como podemos ver, as várias fontes para o estudo da tomada de Santarém dão-nos dois nomes diferentes com histórias de vida e linhagens também elas diferentes, levantando a questão de onde e como surgiu esta discordância. Os próprios nomes dos soldados que acompanham D. Afonso Henriques nesta aventura mudam consoante as crónicas, o que pode indicar a possibilidade de existir um outro relato que se tenha mantido desconhecido e perdido até aos dias atuais<sup>224</sup>.

Independentemente desta problemática acima descrita, facto é que Mem Ramires foi figura fundamental para que Santarém fosse tomada aos mouros. Como já foi referido anteriormente, D. Afonso Henriques confiou-lhe a importante missão de estudar as defesas da cidade, de modo a apurar o local por onde fosse mais rápido e seguro entrar dentro das muralhas e tomar a vila de surpresa. Por saber falar bem o árabe, dada a sua origem moçárabe, Mem Ramires passaria despercebido enquanto estivesse em território inimigo. Disfarçado de vendedor ambulante, Mem Ramires realizou esta tarefa «indagando com mais empenho que de costume», informando depois D. Afonso Henriques, com total confiança, de que esta empresa seria «fácil», dando inclusivamente a garantia de que seria ele próprio a ir à frente e erguer a bandeira do rei sobre as muralhas do castelo e o primeiro a «quebrar as trancas das portas»<sup>225</sup>.

---

<sup>222</sup> No episódio em questão Mem Moniz combate ao lado de Gonçalo Mendes da Maia (o Lidador) e da hoste cristã, em Beja, contra os mouros, chegando mesmo a matar um «mouro robusto». É dito que este cavaleiro, a par de outros, praticou “maravilhosas façanhas” durante a refrega, sendo um dos principais resistentes contra as constantes ofensivas inimigas e lutando ao lado do Lidador até que este último soltasse o seu último suspiro. Leia-se: HERCULANO 1859: 89.

<sup>223</sup> BRITO 1602, fl. 161v: «& pera tentar de longe o negocio, & ver as forças que bastarão pera o cometer, mandou a Mem Ramirez do seu conselho (...). BRANDÃO 1632, fl. 132: «(...) mandou a Santarém hũ fidalgo de sua casa, pessoa de muita prudencia & confiança, a quem a historia de Alcobça chama Mem Ramirez (...)». HERCULANO, tomo II, p. 217: «Um certo Menendo ou Mem Ramires, homem astuto, cauteloso e atrevido, foi enviado a Santarém (...)». BRANDÃO 1883: 566: «Conhecedor da valentia, intrepidez e prudência de Menendo ou Mem Ramires, ordena-lhe em segredo que vá a Santarém (...)». Excepção feita a Padre Inácio Vasconcelos que utiliza a tradição do nome de Mem Moniz. VASCONCELOS 1740: Livro I, cap. IV, p. 33: «Com efa ordem foy Mem Moniz a Santarem ajuftar pazes com os Mouros (...)».

<sup>224</sup> Esta é a opinião de Lindley Cintra que, ao comparar a *Crónica Geral de Espanha de 1344* com o *DES*, concluiu que estes dois textos apenas coincidiam num episódio, correspondente ao assalto à cidade. Veja-se: *Cr. 1344*, vol. I: CCCXCII-CCCXCV e PEREIRA 1996: 302 e nota 59, na página 309.

<sup>225</sup> *DES*: 1230.

Zeferino Brandão acrescenta que Mem Ramires obteve ainda a autorização do alcaide de Santarém para visitar as masmorras da vila, onde encontrou muitos Templários e outros cativos que foram presos após o ataque a Soure, em 1144. Este é um pormenor interessante, uma vez que nem as fontes nem os estudos realizados até ao momento dão conta disto. Contudo, Brandão não explicita de onde retirou esta informação. Ainda assim, é de acreditar que se encontrariam, de facto, presos em Santarém estes homens, embora possa ser questionável que o alcaide da cidade concedesse autorização a um homem disfarçado de bufarinheiro para visitar tal espaço<sup>226</sup>.

O que não falta são epítetos que descrevam Mem Ramires e a sua personalidade militar. O *DES* descreve-o como sendo um «homem avisado, de engenho agudo e ansioso por tentar tudo o que sabia ser do agrado» do rei<sup>227</sup>, ideia que é, aliás, reforçada pelas demais crónicas a respeito de Mem Moniz. A *Monarquia Lusitana* diz que o mesmo era um fidalgo de «muita prudência e confiança», afirmando inclusivamente que Mem Ramires «parece pessoa principal» nesta operação, o que leva o próprio D. Afonso Henriques a louvá-lo de «valoroso e prudente»<sup>228</sup>. Quem segue esta linha de pensamento é José Henriques Barata ao assegurar que, a seguir ao rei, Mem Ramires é efetivamente a «figura mais prestigiosa entre os homens de armas que tomaram Santarém»<sup>229</sup>. Segundo o mesmo, o facto de ter sido este cavaleiro moçárabe o primeiro a subir às muralhas causou, dentro da comunidade cristã, grande admiração e reconhecimento. Por fim, Alexandre Herculano define Mem Ramires como um homem «astuto, cauteloso e atrevido»<sup>230</sup>. Por possuir tais virtudes não é de estranhar que, segundo o mesmo autor, apenas Mem Ramires e o prior de Santa Cruz soubessem qual o destino e objetivo de D. Afonso I quando este parte em marcha com os seus homens rumo a Santarém.

Como já foi dito, após a tomada de Santarém Mem Ramires fica na bruma da História de Portugal do século XII. Não mais é referido em quaisquer outras fontes e documentos, pelo que não sabemos que outras façanhas militares poderá ter realizado, nem que tipo de vida levou até à sua morte. Supõe-se que este homem terá pertencido ao grupo de cavaleiros de Coimbra companheiros de D. Afonso Henriques, homens da sua confiança, daí que tenha sido ele o escolhido para desempenhar a importante tarefa de

---

<sup>226</sup> BRANDÃO 1883: 566.

<sup>227</sup> *DES*: 1230.

<sup>228</sup> BRANDÃO 1632: fl. 162-165.

<sup>229</sup> BARATA 1947: nota 17.

<sup>230</sup> HERCULANO, tomo II: 217.

explorar Santarém. Vários autores (acima referidos) descrevem o seu carácter atrevido, corajoso e ousado. Resta saber se os mesmos o qualificam desta maneira pela sua acção no episódio específico da tomada da praça escalabitana, ou se este cavaleiro moçárabe fora de facto assim durante a sua vida. José Mattoso parece responder a esta questão, ao afirmar que Mem Ramires morrera cedo devido à sua «ousadia». Mattoso crê ainda que este homem não terá deixado descendentes diretos, uma vez que D. Afonso Henriques «entregou os bens que ele tinha na região da Ladeia, a Pedro Viegas, em data desconhecida, mas em todo o caso antes de 1157»<sup>231</sup>.

Tendo em conta que a tomada de Santarém ocorreu em 1147, e os bens de Mem Ramires foram entregues, provavelmente, antes de 1157, podemos concordar com a opinião de Mattoso de que este homem não terá vivido muito tempo. No entanto, não sabemos qual a sua data de nascimento para podermos afirmar isto com total garantia. Para além disso, não possuímos informações sobre os seus primeiros anos de vida, nem o que o levou a ser escolhido pelo rei como um dos seus homens de confiança. Da mesma forma, o que este moçárabe fez após a tomada de Santarém permanece no desconhecido. Não obstante todas estas dúvidas, Mem Ramires será sempre parte integrante no que à tomada de Santarém diz respeito.

Fechado este parêntese sobre a enigmática figura de Mem Ramires, é altura de prosseguirmos com o planeamento desta operação. Enquanto o *DES* passa imediatamente para a marcha rumo a Santarém, a *Cr. 1344* introduz um novo episódio, adotado pelas crónicas seguintes e ainda por Fr. Brito e Fr. Brandão. Diz respeito ao conselho no campo do Arnado, junto a Coimbra, no qual D. Afonso Henriques comunica aos seus capitães Lourenço Viegas, Gonçalo de Sousa e Pero Pais as suas intenções em tomar Santarém.

«E entom cavalgou com todos seus cavalleiros e fuisse ao Arnado e apartou cõsigo dom Lourço Veegas e dom Gonçalo de Sousa e dom Pero Paez, o alfe-rez, e outros dous cavaleiros, mas a estoria nõ devisa aquy os nomes delles. E contoulhes como avya en coraçom de tomar Santarém se o podesse fazer»<sup>232</sup>.

---

<sup>231</sup> MATTOSO 1982: 187.

<sup>232</sup> *Cr. 1344*, vol. IV: 230. Armando de Sousa Pereira classifica este episódio como tendo um «carácter puramente lendário». As personagens em questão não aparecem mencionadas no *DES*, o que vai de encontro ao que já mencionámos sobre a opinião de Lindley Cintra de que terá existido um outro relato sobre a tomada de Santarém, entretanto perdido. Ainda assim, as personagens citadas encontram-se documentadas

Para além de Mem Ramires e destes cavaleiros acima citados, apenas o prior de Santa Cruz de Coimbra, D. Teotónio, estaria também a par dos planos de D. Afonso Henriques. Antes de se colocar a caminho de Santarém, o monarca terá procurado este homem, seu principal conselheiro, em busca de ajuda e proteção divina para que tudo corresse conforme planeado.

«Hoje, estou certo disso, faz-se oração colectiva por nós, tanto por parte dos cônegos de Santa Cruz, a quem dei conhecimento da nossa empresa e em quem tenho confiança, como também por parte de outro clero juntamente com todo o povo»<sup>233</sup>.

Como se costuma dizer, o segredo é a alma do negócio. Neste caso, o segredo é a alma da conquista. Tal como se pretendia num assalto furtivo, o sigilo da operação era essencial para o seu sucesso. Se os efetivos mobilizados soubessem de antemão todos os detalhes da missão, havia o risco da informação se espalhar mais fácil e rapidamente, comprometendo desde logo toda a operação. Face a isto, é perfeitamente compreensível o porquê de D. Afonso Henriques só ter confiado a um grupo muito restrito de homens as suas ideias e planos para a tomada de Santarém. Como teremos oportunidade de ver no próximo capítulo, nenhum membro da hoste cristã sabia para onde estava a marchar, nem qual o objetivo da mesma até à véspera do assalto, quando D. Afonso Henriques profere o famoso discurso que a tradição do *DES* nos transmite.

Mas antes de finalizarmos este capítulo, faremos uma breve menção ao voto da fundação do Mosteiro de Alcobaça. Mais uma vez, este evento não aparece registado no *DES*, mas encontramos-lo na crónica que se lhe seguiu. Resumidamente, existe uma tradição na qual a tomada de Santarém se deveu a um milagre de S. Bernardo. Quando se

---

na época, pelo que podemos presumir que fizeram parte desta operação militar, constituindo membros do círculo de confiança do rei e, como tal, dos pouquíssimos homens que tinham conhecimento dos planos do monarca em capturar a cidade escalabitana. Veja-se: PEREIRA 1996.: nota 59, na página 309.

<sup>233</sup> *DES*: 1231. A *Cr. 1344* omite este facto, mas é retomado logo a partir da *Cr. 1419*: «Depois desto a poucos dias, aparelhados ja os mantimentos, com os seus e alguns poucos de Coimbra com Fernão Pirez, ante que se el-rey partise e foy-se a Santa Cruz e falou com aquele homem bom que ja disemos, prior do moesteyro, em que el-rey avia grande e syngular devação, e encomendou-lhe sua alma e seu estado (...)».

encontrava a caminho de Santarém, e por conselho do seu alegado irmão Pedro Afonso, o rei prometeu doar aos Cistercienses o território entre Leiria e o mar, para que aí fundassem um mosteiro, isto caso S. Bernardo ajudasse os cristãos.<sup>234</sup>

Estava tudo preparado para tomar de surpresa Santarém. Restava apenas reunir as tropas e marchar rumo ao objetivo. Como veremos no próximo capítulo, a hoste cristã irá optar por seguir estradas secundárias, de modo a que a sua presença não fosse notada por vigias inimigas e a sua posição descoberta. Nela integrava também Mem Ramires, o homem responsável pelo reconhecimento da vila escalabitana e que prometera ao rei liderar o momento da escalada das muralhas e erguer a bandeira real nos adarves. Uma semana antes da madrugada de 15 de março de 1147, partiam de Coimbra D. Afonso Henriques e a sua hoste, cujos membros permaneciam na ignorância em relação ao destino e missão para que tinham sido destacados. Só mesmo praticamente na véspera do assalto o monarca decidiu dar a conhecer aos seus homens os reais propósitos daquela expedição.

---

<sup>234</sup> Não pretendemos aprofundar este acontecimento, uma vez que o que nos interessa para o nosso estudo é a análise dos aspetos militares da tomada de Santarém. Obviamente que aspetos de carácter divino e lendário estão inevitavelmente de mãos dadas com os acontecimentos militares, mas sobre os primeiros não é nossa intenção dar muita atenção, apenas mencionando-os de forma superficial quando considerarmos pertinente. Sobre este episódio, remetemos para a leitura de PEREIRA 1996: 311-312 e MATTOSO 2011: 231-235.

**4.**

## **O ASSALTO A SANTARÉM**

## 4.1.

### A VIAGEM RUMO A SANTARÉM

Como foi referido no último capítulo, pouquíssimos homens tinham conhecimento do objetivo da missão. A própria época do ano era incomum para se iniciar uma campanha militar, uma vez que as operações de fossado e da guerra em geral costumavam ocorrer entre a Primavera e os finais do Outono, altura em que os exércitos podiam usufruir de «bons pastos, estradas transitáveis e os campos repletos de alimentos»<sup>235</sup>. Face a isto, não nos é de estranhar que os soldados que constituíam a hoste cristã pudessem encontrar-se apreensivos em relação à missão.

Vimos também que os meses de Inverno eram os ideais para levar a cabo operações de assalto furtivo, embora não saibamos quais as condições meteorológicas que se faziam sentir na madrugada de 15 de março de 1147 devido ao silêncio das fontes a esse respeito. Para além disso, constatámos que a chegada da missiva que confirmava o apoio dos Cruzados na conquista de Lisboa levou D. Afonso Henriques a apressar os preparativos para a tomada de Santarém, uma vez que só seria possível conquistar Lisboa conquistando primeiro a praça escalabitana.

Mas podemos apresentar outro motivo que conduziu os cristãos a atacarem Santarém na data em questão. Esta tese foi avançada por Inês Lourinho, na qual defende que, naquela altura, uma boa parte do contingente militar de Santarém não se encontrava na vila, uma vez que tinha sido mobilizado, tal como as restantes guarnições muçulmanas do Gharb, excetuando a que defendia Lisboa, para ajudar os almóadas na conquista de Sevilha, que se deu em janeiro de 1147. A mesma autora notou que o Ramadão ocorreu entre 4 de fevereiro e 5 de março daquele ano, o que obrigou esse exército a permanecer em Sevilha, uma vez que não seria sensato da parte desses homens fazer o regresso em pleno jejum. E quando o mesmo terminou, ainda não tinham tido tempo de regressar a Santarém por altura do assalto cristão<sup>236</sup>.

Inês Lourinho defende que D. Afonso Henriques estaria em posse destas informações, mas que optou por atacar apenas no final da segunda semana de março para usufruir

---

<sup>235</sup> TEIXEIRA, DOMINGUES e MONTEIRO 2017: 65.

<sup>236</sup> LOURINHO 2010: 50-51 e LOURINHO 2018: 173.

de melhores condições atmosféricas. Embora as operações de assalto furtivo se desenrolassem com condições meteorológicas adversas (frio, chuva, neve), notámos que a tomada de Santarém se deu no final do Inverno, muito próximo do início da Primavera, pelo que é passível admitir que o tempo e o clima se encontrassem mais favoráveis.

E que homens encontramos na hoste cristã? Que tipo de tropas a constituíam? As fontes nada nos dizem a respeito disto, pelo que apenas podemos propor hipóteses. Cremos que os principais nobres e respetivas mesnadas não tomaram parte do assalto a Santarém, uma vez que estes grupos de homens apenas estavam obrigados a prestar serviço militar durante três meses, pelo que o rei terá optado por guardá-los para a conquista de Lisboa. Ainda assim, figuras nobres como Fernão Peres (mencionado no *DES*) e Lourenço Viegas, Gonçalo de Sousa e Pedro Pais (mencionados nas crónicas seguintes) terão integrado a hoste afonsina, uma vez que estavam a par dos planos do monarca.

Supomos que a hoste seria constituída por umas escassas centenas de homens<sup>237</sup>. Operações deste género requeriam precisamente um número reduzido de efetivos. O *DES* regista a presença de cento e vinte homens que tomaram parte da escalada às muralhas de Santarém, e com certeza que não muitos mais estariam do lado de fora das mesmas a aguardar o sinal para entrarem pelas portas da cidade. Sabemos que foram previamente selecionados pelo próprio monarca, tal como nos diz o *DES*, a propósito do discurso de D. Afonso Henriques às suas tropas:

«E agora se convocasse todas as forças do meu exército inteiro, cada qual traria reforços compatíveis com as suas possibilidades, mas não o quis. Escolhi-vos apenas a vós porque sei por experiência como bastas vezes participastes das minhas dificuldades e a vós confio o meu plano, já que estou certo de que por mim suportareis as minhas dores»<sup>238</sup>.

---

<sup>237</sup> José Henriques Barata aponta que a hoste seria constituída por 250 cavaleiros, aos quais se acrescentavam os vassallos que costumavam acompanhar os ricos-homens e infanções (três a quatro escudeiros para cada cavaleiro). Contudo, o autor não explica como chegou a estes números nem que em que fonte se baseou para chegar a tal conclusão. Veja-se: BARATA 1939: 10.

<sup>238</sup> *DES*: 1230.



Dentro desta centena de homens, é de acreditar que estariam milícias concelhias de Coimbra. As próprias palavras do rei, ao afirmar que os muçulmanos haviam causado muito mal «à vossa cidade e a vós»<sup>239</sup>, parecem comprovar a proveniência desses homens. Para além destas milícias, estaria ainda presente a guarda pessoal do rei e cavaleiros templários<sup>240</sup>. Podemos concluir que estamos perante uma força montada pela informação que nos é transmitida pelo *DES*, na qual os cristãos se dirigem para Santarém «montados a cavalo»<sup>241</sup>. Se nesta força montada estariam presentes tanto cavaleiros-vilãos, como infantaria montada, as fontes nada nos dizem. Ainda assim, podemos supor que ambos os grupos estariam presentes e, com certeza, levemente armados, de modo a tornar os seus movimentos rápidos, ágeis e silenciosos.

A presença dos Templários na tomada de Santarém tem gerado alguma polémica. O *DES* nada fala a respeito desta Ordem, assim como as crónicas subsequentes. Efetivamente, apenas a *Crónica 1419* alude explicitamente à participação dos Templários. No momento em que a presença de Mem Ramires e dos seus companheiros é detetada pelas sentinelas muçulmanas, rapidamente entrou em ação o:

«mestre dos cavaleyros do Temple, dom Gualdino, com sua cavalaria, e lhes foram dadas a seu quynhão tres escadas, pelas quaes entraram ele e os seus cavaleyros muy ardidamente»<sup>242</sup>.

Fora esta alusão, apenas um documento, datado de abril de 1147<sup>243</sup>, parece indicar a participação dos Templários. Nesse documento D. Afonso Henriques atribuiu à Ordem os rendimentos eclesiásticos de Santarém. Mas a carta de doação não faz qualquer referência à presença destes cavaleiros na ação militar, sendo apenas mencionado que o rei havia feito uma promessa à Ordem antes da tomada da cidade escalabitana. Ora, o mero facto de D. Afonso Henriques ter feito tal promessa não implica necessariamente que se tenha tratado de uma recompensa pela prestação de serviços militares. «A doação poderia

---

<sup>239</sup> *DES*: 1230.

<sup>240</sup> MARTINS 2011: 68.

<sup>241</sup> *DES*: 1231.

<sup>242</sup> *Cr. 1419*: 44.

<sup>243</sup> *Monumenta Henricina*, Doc. 2, p. 3.

inscrever-se num plano mais vasto, de defesa e futura organização territorial»<sup>244</sup>. Facto é que a tradição historiográfica enumera a Ordem do Templo entre os grupos de homens que constituíram a hoste afonsina e facto também é que os Templários deixaram a sua marca em Santarém, materializada na construção da Igreja de Santa Maria da Alcáçova, em 1154, como forma de sagração da cidade.

A *Crónica Geral de Espanha de 1344* informa-nos que D. Afonso Henriques e a sua hoste partiram de Coimbra «o mais ãcubertamente que pode e per os mais descaados logares que soube»<sup>245</sup>. Por outras palavras, os cristãos tomaram caminhos secundários, afastados das estradas mais movimentadas, procurando sempre a proteção e cobertura conferidas pela vegetação e relevo circundantes. De modo a reduzir ainda mais as hipóteses da sua presença ser detetada pelo inimigo, estes combatentes terão optado por trazer os seus próprios alimentos, evitando, ao mesmo tempo, perder tempo a forragear<sup>246</sup>.

O *DES* é bastante minucioso em relação ao trajeto tomado pelas tropas cristãs. Assim sendo, sabemos que o rei partiu de Coimbra com os seus homens na manhã de segunda-feira, tendo como primeira paragem, ainda nessa noite, Alfafar (perto de Penela). No dia seguinte, estacionam em Chornudelos. Na quarta-feira, o exército prossegue o seu caminho até Abdegas (perto de Ourém). Daqui, avançam pela serra de Albardos (Alvados no *DES*, provavelmente Alvados, nas imediações de Minde), onde montam acampamento, permanecendo aí «toda a quinta-feira até à noite.» Logo nessa noite, os soldados dirigem-se até Ebraz, «no alto de Pernes», chegando aí ao «romper do dia sexta-feira»<sup>247</sup>.

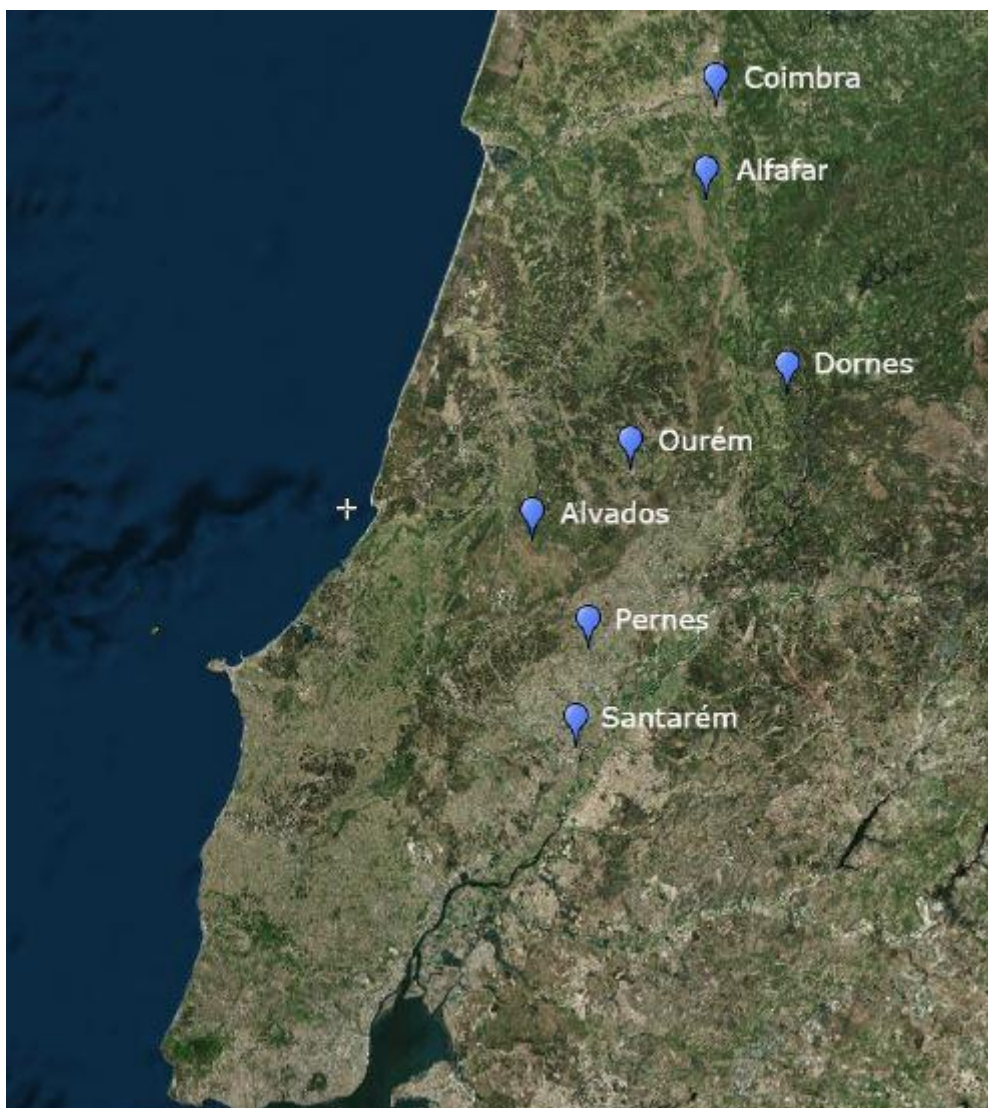
---

<sup>244</sup> LOURINHO 2010: 52.

<sup>245</sup> *Cr. 1344*, vol. IV: 231.

<sup>246</sup> MARTINS 2011: 67 e TEIXEIRA, DOMINGUES e MONTEIRO 2017: 65.

<sup>247</sup> *DES*: 1230.



*Mapa 3 – Trajeto das tropas de Afonso Henriques rumo a Santarém. Fonte: LOURINHO 2018: 446.*

Apesar desta descrição detalhada, ainda nos dias de hoje não nos é possível descortinar a que locais se referem alguns dos topónimos que aparecem no *DES*, mais concretamente Chornudelos e Ebraz. Em relação ao primeiro, Inês Lourinho parece relacioná-lo com Dornes, no concelho de Ferreira do Zêzere. Já em relação a Ebraz, Luís Mata coloca a hipótese deste topónimo corresponder à atual Abrã (freguesia que se encontra a sensivelmente 10,5 km de Pernes)<sup>248</sup>.

---

<sup>248</sup> LOURINHO 2018: mapa da página 446 e MATA 2018: nota 48 da página 157, respetivamente.

Outro problema que se coloca tem que ver com a situação de algumas praças e fortalezas por onde a hoste do rei português passou. Pedro Gomes Barbosa sugere que os cristãos partiram de Coimbra em direção a Leiria, progredindo ao largo das fortalezas de Porto de Mós e Ourém, através das serras de Aire e de Minde, rumo a Pernes<sup>249</sup>. Para que as tropas de D. Afonso Henriques pudessem seguir estradas secundárias, teriam que «dominar a passagem de Porto de Mós.» Segundo este autor, é possível que esta passagem «da e para a serra» tivesse já, nesta época, alguma torre ou outra pequena fortificação a protegê-la, talvez obra dos cristãos e que servia como «defesa avançada do castelo de Leiria»<sup>250</sup>.

Mas mais complexo é perceber a situação da fortaleza de Ourém, conjugada ainda com a posição de Tomar à data da tomada de Santarém. Novamente seguindo as ideias de Pedro Barbosa, Ourém e Tomar eram, à data, as duas praças mais importantes para o domínio do baixo Vale do Tejo<sup>251</sup>. As estradas secundárias utilizadas pelos cristãos, que passavam pelas serras de Aire e Minde rumo a Pernes, isolavam militarmente Tomar. Embora a construção do castelo de Tomar se tenha dado apenas sob domínio cristão, alguns indícios arqueológicos parecem indicar que terá aqui existido uma fortificação do tempo dos muçulmanos<sup>252</sup>.

Mas mais importante era mesmo a fortaleza de Abdegas (Ourém), «ponto-chave para dominar a passagem do litoral para o vale do Tejo»<sup>253</sup>. Apesar de não sabermos a data das conquistas de Tomar e Ourém pelos cristãos, Pedro Barbosa defende que o sucesso da conquista de Santarém só seria possível se Ourém já estivesse em posse dos cristãos. Isto porque se Ourém ainda pertencesse aos muçulmanos, não só a linha de fuga da hoste do monarca português ficaria cortada, como também seria dessa fortaleza que partiriam os reforços enviados para Santarém, após a sua conquista. Contudo, D. Afonso Henriques não possuía os meios e tempo para conquistar Ourém. Para além disso, a conquista de Ourém poderia denunciar aos muçulmanos os futuros projetos da Reconquista, ou seja, ficava a olhos vistos que o rei português preparava-se para atacar Santarém. Face

---

<sup>249</sup> BARBOSA 2004: 21.

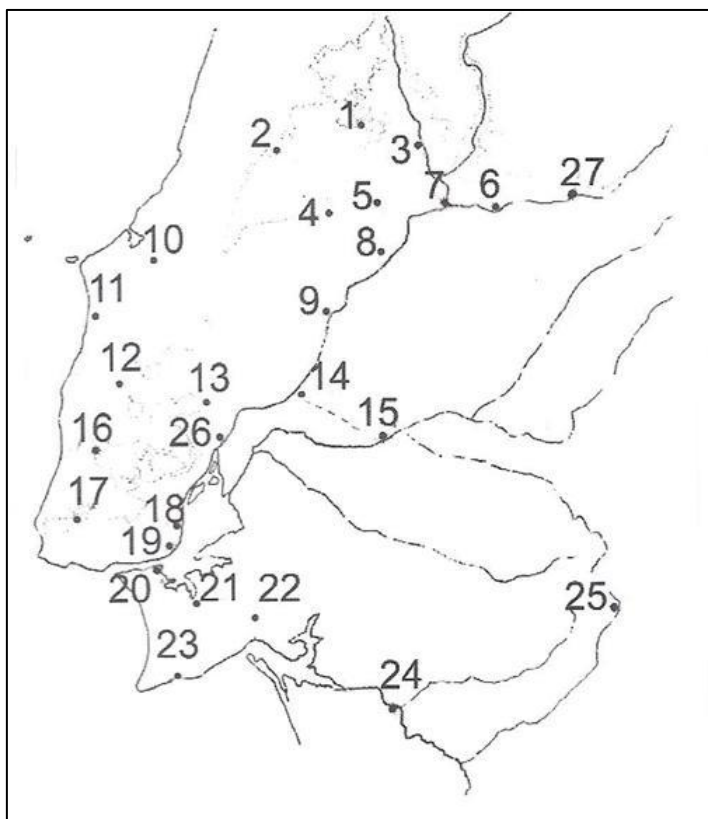
<sup>250</sup> Idem: 22.

<sup>251</sup> BARBOSA 2008: 130.

<sup>252</sup> Veja-se DIAS 2012: 301-321.

<sup>253</sup> BARBOSA 2004: 22.

a esta situação, podemos concordar com as suposições de Pedro Barbosa de que a fortaleza de Abdegas terá passado para o campo cristão, fruto de uma esmagadora presença de população moçárabe que se terá aliado a D. Afonso Henriques<sup>254</sup>.



**Legenda:**

- |                   |              |
|-------------------|--------------|
| 1. Ourém          | 15. Coruche  |
| 2. Porto de Mós   | 16. Mafra    |
| 3. Tomar          | 17. Sintra   |
| 4. Alcanena       | 18. Sacavém  |
| 5. Torres Novas   | 19. Lisboa   |
| 6. Abrantes       | 20. Almada   |
| 7. Oezar          | 21. Coina    |
| 8. Cardiga        | 22. Palmela  |
| 9. Santarém       | 23. Sesimbra |
| 10. Óbidos        | 24. Alcá-    |
| 11. Lourinhã      | cer-do-Sal   |
| 12. Torres Vedras | 25. Évora    |
| 13. Alenquer      | 26. Povos    |
| 14. Valada        | 27. Belver   |

**Mapa 4** – Sistemas defensivos da «linha do Tejo». Fonte: BARBOSA 2008: 126.

Quando se encontravam acampados em Chornudelos, D. Afonso Henriques enviou um moçárabe, de seu nome Martim Mohab, e mais dois outros homens, presumivelmente também moçárabes, a Santarém para informar as suas gentes que as tréguas acordadas entre cristãos e muçulmanos estavam quebradas durante três dias. Esta atitude do rei português pode causar-nos estranheza, uma vez que estaria a denunciar ao inimigo que um ataque estaria próximo de acontecer, o que motivaria um reforço dos cuidados defensivos por parte dos muçulmanos.

<sup>254</sup> BARBOSA 2004: 22 e BARBOSA, 2008: 135-136.

Uma ideia apresentada por Alexandre Herculano e seguida por Joaquim Veríssimo Serrão<sup>255</sup> procura explicar esta decisão do monarca. Segundo esta teoria, os cristãos procuravam levar ao engano os muçulmanos, dando-lhes a entender que iria ocorrer um ataque algures entre esses três dias. Isto levaria a que os muçulmanos redobrassem as tarefas de vigilância e de defesa do perímetro amuralhado. Passados esses dias, e como nenhum ataque cristão havia acontecido, os muçulmanos voltariam às «prevenções ordinárias», talvez até algo mais descuidados e relaxados nas suas tarefas, o que facilitaria o assalto cristão logo no dia seguinte.

Contudo, tal não parece ter sido o objetivo de D. Afonso Henriques. Em primeiro lugar, a escolha de atacar Santarém numa madrugada de sexta para sábado não foi por um mero acaso. Este era um período sagrado para os muçulmanos, pelo que estariam pouco preparados para receber um ataque inimigo. Efetivamente, segundo o *DES*, apenas duas sentinelas se encontravam no local por onde iria ocorrer a escalada às muralhas. Sentinelas essas que se encontravam por sinal bastante sonolentas. Em segundo lugar, se os muçulmanos realmente desconfiassem que os cristãos se preparavam para atacar, seria de esperar que aumentassem não só o número de sentinelas, como também colocassem esculcas nas vias de aproximação a Santarém<sup>256</sup>. Ora, nem o *DES* nem as demais crónicas que narram a tomada de Santarém nos dão conta de quaisquer peripécias ou encontros entre os dois inimigos, concluindo, assim, que o caminho feito pelos cristãos se desenrolou calmamente conforme o previsto e que os muçulmanos não sonhavam sequer que um ataque se aproximava.

Sendo assim, qual seria o real propósito do rei? A resposta podemos encontrá-la subentendida no próprio texto do *DES*. Quando esta crónica enuncia que os emissários foram enviados para anunciar aos *haboritoribus Sanctaren* (habitantes de Santarém) o fim das tréguas, o que este texto poderá querer dizer é que D. Afonso Henriques pretendia avisar a comunidade moçárabe que um ataque cristão estava para breve, procurando o auxílio dos seus membros na conquista da praça. No próprio discurso que o rei faz às suas tropas, este afirma que «algumas sentinelas hão-de acolher-nos», embora logo a seguir o monarca confesse que mentiu sobre este aspeto. Esta hipótese é a que mais força tem dentro da historiografia que se debruça sobre este tema. Historiadores como José Mattoso,

---

<sup>255</sup> HERCULANO: 220 e SERRÃO 1947: 53.

<sup>256</sup> BARBOSA 2004: 23.

Pedro Barbosa e Miguel Gomes Martins defendem mesmo que a comunidade moçárabe funcionou como uma «quinta coluna» nesta operação.

Após cumprir a sua missão, Martim Mohab regressa para junto dos seus companheiros, entretanto acampados em Abdegas. É apenas em Pernes, já na véspera do dia decisivo do assalto, que D. Afonso Henriques decide revelar às suas tropas o objetivo daquela missão.

Através de um discurso eloquente e inflamado, o rei começa por relembrar aos seus homens os males que os mouros de Santarém infligiram na região de Coimbra:

«juntamente comigo e até sem mim suportastes muitas fadigas por causa desta cidade em cujo termo estais. Sabeis quanto mal causou ela à vossa cidade, a vós e a todo o meu reino (...)»<sup>257</sup>.

Aliás, e como já tivemos oportunidade de ver, esta foi das principais razões que levaram o monarca a conquistar Santarém. Outro motivo prende-se pela questão religiosa, o de tirar território aos muçulmanos, os inimigos da fé cristã, e devolvê-lo ao «culto divino», como aparece referido no preâmbulo da carta de foral de Santarém, dada em 1179.

Tal como já foi referido anteriormente, o rei explica que todos os homens destacados para esta operação foram previamente escolhidos pelo próprio, uma vez que já eram veteranos de guerra que junto de si travaram muitas batalhas. E, por fim, revela os seus planos. Cento e vinte homens, divididos em dez grupos, cada um com uma escada, deviam escalar as muralhas de Santarém pela calada da noite, neutralizar as sentinelas que aí se pudessem encontrar e erguer ao alto a bandeira real. Este seria o sinal para que o rei, do lado de fora das muralhas, avançasse com as restantes tropas sobre uma das portas da cidade, cujas trancas seriam partidas pelos homens que se encontravam no seu interior.

Aproveitando o fator-surpresa e o facto de a população se encontrar a dormir, os cristãos são incitados pelo rei a passar indiscriminadamente todos a fio de espada. Aliás, D. Afonso Henriques questiona mesmo os seus companheiros se «haverá alguma dificuldade em matar gente desmunida e mal dormida?» Vai mais longe e ordena mesmo «que

---

<sup>257</sup> DES: 1230.

não haja contemplanções com idade ou sexo; morra a criança ainda de peito e o velho carregado de dias, a donzela e a velha decrépita»<sup>258</sup>, denotando um claro discurso radicalista e de profundo ódio aos muçulmanos. Encoraja os seus companheiros dizendo que o Senhor estará com eles, e que naquele dia os cónegos de Santa Cruz fariam orações pelo sucesso da operação, cujos planos seriam do conhecimento do prior.

De forma a acalmar os receios do seu exército e de reforçar a sua confiança, o rei afirma que algumas sentinelas iriam colaborar com os cristãos, facilitando, deste modo, a entrada e conquista da cidade. Informa ainda que ele próprio estará junto dos seus homens de armas no momento do assalto, exclamando que ninguém o poderá separar deles, «seja na morte seja ainda na vida». Ao escutarem tais palavras, os seus companheiros tentam dissuadir o rei de participar diretamente na operação, temendo pela segurança do seu soberano. Mas D. Afonso Henriques, à imagem típica do rei e cavaleiro medieval, ousado e corajoso, comovido com as preocupações dos seus súbditos, rejeita ficar de fora da acção militar e garante que não sairá daquele «combate sem que esta cidade seja tomada».

Assim sendo, na noite de sexta-feira, a hoste cristã deixa para trás as suas bagagens no acampamento em Pernes e parte a cavalo em direção a Santarém. É durante essa marcha que surge no céu a já mencionada estrela candente, «prodígio» que os cristãos interpretaram como sendo um sinal de Deus de que a operação seria bem-sucedida. O *DES* dá-nos conta ainda de um outro sinal dos céus, observado pelos muçulmanos no dia em que as tréguas foram quebradas. Apareceu-lhes uma «espécie de serpente a arrastar-se pelo meio do céu com o topete a arder desde a cauda à cabeça» e que os «homens da ciência» interpretaram como um mau augúrio, sinal de que Santarém teria em breve um novo rei<sup>259</sup>. Sobre o primeiro «prodígio» já aqui vimos que se poderá ter tratado de uma estrela candente. Quando ao segundo, pensa-se que poderá corresponder à aparição de um cometa, cuja representação como uma serpente que cuspia fogo era muito comum nestes tempos. Ainda assim, não podemos afirmar com toda a certeza que estes fenóme-

---

<sup>258</sup> *DES*: 1230-1231.

<sup>259</sup> *DES*: 1231. A *Cr. 1419* acrescenta que, no pensamento dos mouros de Santarém, este novo rei seria «o filho del-rey mouro que era em Sevilha.». Veja-se: *Cr. 1419*: p. 42. Também a *Cr. Galvão* segue esta tradição. Veja-se: *Cr. Galvão*: 111-112.



nos tiveram existência real. A sua menção no *DES* tem sobretudo uma função providencialista, de prognóstico do que iria acontecer num futuro próximo, algo bastante típico da cronística medieval<sup>260</sup>.

Quando já se encontravam bastante próximos de Santarém, os cristãos abandonaram os seus cavalos num local afastado e prosseguiram o resto do caminho a pé, de modo a que os sons dos relinchos e dos cascos dos animais não alertassem o inimigo. Chegados a Santarém, apearam-se pelo meio de um vale, junto ao Monte Iraz e da Fonte de Tarmarma, a pouquíssimos metros da vila amuralhada. Como refere o *DES*, a liderar este grupo ia Mem Ramires, conhecedor dos caminhos, entradas e saídas da cidade, enquanto o rei seguia na retaguarda da hoste. Os 120 homens previamente destacados para o assalto prepararam-se então para a escalada. Como alguns historiadores notaram, é bastante plausível que se encontrassem levemente armados, para que os seus movimentos fossem os mais ágeis e silenciosos possíveis. Assim sendo, estariam desprovidos de qualquer armamento defensivo e a nível ofensivo apenas se fariam acompanhar de espadas, adagas e lanças<sup>261</sup>.

---

<sup>260</sup> PEREIRA 1996.: nota 84 na página 316.

<sup>261</sup> MARTINS 2011: 71 e TEIXEIRA, DOMINGUES e MONTEIRO 2017: 66. Embora estes autores defendam que os cristãos não levavam consigo qualquer armamento defensivo, facto é que o *DES* refere que estes homens transportavam consigo escudos («*clipeis*»), para além de lanças e espadas, como se atesta na seguinte passagem: «Et uos (...)qui pedibus nudis innitentes hastis et clipeis, accincti gladiis et scalas li[g]neas portantes humeris, uiriliter per montis crepidinem properastis ad murum». Leia-se: *DES*: 1224.

## 4.2.

### O ASSALTO

Chegava finalmente o momento da verdade. Mem Ramires, tal como prometera ao rei, encabeça este grupo de homens e dirige-se para as muralhas. Recordamos que nesta altura Santarém ainda não possuía uma muralha fechada sobre si, que cercasse toda a vila urbana. Somente a alcáçova estaria completamente rodeada por estruturas defensivas, cuja defesa era reforçada por uma outra muralha, erguida por Abzecri, na zona de Alporão. E será por esta muralha que os cristãos irão proceder à escalada.

Mas a operação que em breve tomaria de surpresa Santarém aos mouros não começou conforme o previsto. No local onde Mem Ramires e os seus homens planeavam colocar as escadas encontravam-se duas sentinelas «que se iam mutuamente exortando a estarem alerta», impossibilitando, deste modo, a escalada. Como refere o *DES*, restava-lhes apenas esperar, num trigal que havia ali perto, que «ambas fossem postas a dormir pelo Senhor». Passado algum tempo as sentinelas terão caído no sono, pois, subitamente, Mem Ramires subiu com os seus homens por Alcúdia<sup>262</sup> e juntos preparam as escadas para treparem ao cimo das muralhas.

Segundo a tradição do *DES*, estes homens subiram ao telhado de uma casa de um oleiro que havia encostada ao pano de muralha<sup>263</sup> e, com a ponta da sua lança, Mem Ramires tenta erguer uma das escadas e prendê-la com segurança. No entanto, e mais uma vez, os planos sofrem um revés, e essa escada não se «conseguiu suster» e caiu para o chão com «grande estrondo».

O texto original em latim refere *scalas lineas*, o que significava que as escadas seriam de corda. Contudo, na tradução que estamos a utilizar, o autor acrescenta um «g» na transcrição do texto latim, transformando a informação em «*calas ligneas*, alterando a

---

<sup>262</sup> Talvez se tratasse de um pequeno bairro extramuros, onde certamente viveriam oleiros, já que foi a partir do telhado da casa de um oleiro que os cristãos montaram as escadas para subir às muralhas.

<sup>263</sup> Podemos interrogar o que fazia uma casa mesmo encostada às muralhas. Se formos olhar para a guerra de cerco na Idade Média, qualquer edifício que se encontrasse junto a um pano de muralha podia ser facilmente utilizado pelas forças sitiadas em seu proveito, uma vez que facilitaria a escalada ao topo das muralhas. Era, aliás, bastante comum que antes de um cerco os sitiados destruíssem tudo à volta das muralhas que pudesse ser utilizado a favor do inimigo, desde demolir casas, queimar colheitas, incendiar todos os arredores, etc.

tradução para escadas de madeira. Estamos em crer que as escadas fossem efetivamente de madeira, pois só assim poderiam causar tamanho estrondo ao cair, para além de oferecerem maior facilidade em prendê-las junto às muralhas.

Tentando colocar-nos na pele destes homens, este momento terá sido vivido com grande aflição, uma vez que o som da escada a cair seria motivo mais do que suficiente para despertar as sentinelas adormecidas. Contudo, quase que por milagre de Deus, tal não sucedeu. O facto de as sentinelas não terem acordado com este barulho é bastante questionável, uma vez que, no absoluto silêncio da madrugada, este som não só seria perfeitamente audível pelas sentinelas, como até teria repercussões em locais mais afastados. Se o autor do relato adulterou a informação para acentuar a ideia que a conquista de Santarém se deveu a um milagre de Deus, reforçando ao mesmo tempo o perfil audaz e corajoso de Mem Ramires que rapidamente resolveu a situação, apenas podemos conjecturar.

Voltando ao assalto, após a queda das escadas Mem Ramires curvou-se de imediato e ordenou que um jovem, de seu nome Mogueime, trepasse pelos seus ombros e chegasse ao topo das muralhas, de forma a prender de novo as escadas nos adarves, tarefa executada com sucesso. Logo a seguir «um outro» atingiu o topo das muralhas e ergueu a bandeira real, ao contrário do que havia sido prometido por Mem Ramires, que dera garantias ao rei que seria ele próprio a erguer o estandarte real. É no preciso momento em que Mem Ramires e mais uns poucos homens se preparam para subir que as sentinelas acordam, quando apenas três soldados se encontravam já no adarve. Surpreendidas com a presença da bandeira inimiga questionam aos invasores «Man hu?», ou seja, «Quem sois?». De imediato perceberam tratar-se de um ataque cristão, pelo que exclamaram «Annachara!» («Assalto de cristãos!»), o que motivou Mem Ramires também ele a clamar por ajuda de Santiago e do rei e restantes tropas que se encontravam escondidas do lado de fora das muralhas.

Sobre este episódio, a *Crónica Geral de Espanha* indica que o primeiro a entrar para o interior das muralhas foi Mem Moniz (que substituiu a figura de Mem Ramires), seguido por Pedro Afonso (filho do rei, segundo a dita crónica) e pelo alferes Pedro Pais. No momento em que as sentinelas muçulmanas acordam, uma delas interrogou quem se encontrava no adarve, ao que Mem Moniz respondeu-lhe de volta em árabe. Mas antes

que se apercebesse realmente o que se estava a passar, Mem Moniz cortou-lhe a cabeça e atitou-a para fora das muralhas<sup>264</sup>.

Seguiu-se uma tremenda confusão. Os gritos eram de tal ordem que já ninguém sabia distinguir se se trava de vozes cristãs ou muçulmanas. Segundo o *DES*, das dez escadas preparadas para o assalto, apenas duas foram erguidas e, como consequência, apenas 25 homens (num grupo de 120!) atingiram o topo das muralhas. Apesar do *DES* não o mencionar explicitamente, é de supor que se travou no interior das muralhas uma intensa luta corpo-a-corpo e que os gritos tenham despertado e alertado o restante da guarnição muçulmana.

D. Afonso Henriques, ao ser alertado pelos gritos de Mem Ramires e dos restantes companheiros, rapidamente ordenou às restantes tropas que agissem. Assim sendo, o rei comandou um grupo que seguiu pela direita, em direção à muralha de Alpram, colocando-se junto à porta que devia ser aberta pelos companheiros que se encontravam no seu interior e que dava acesso direto à alcáçova. Ao mesmo tempo, ordenou que um outro grupo, liderado por Gonçalo Gonçalves, seguisse pela esquerda, ocupando o caminho que fazia a ligação a Seserigo e posicionando-se junto a outra das portas da vila amuralhada, de modo a que esta não fosse primeiramente ocupada pelos muçulmanos e causasse a morte aos cristãos dentro das muralhas, para grande «vergonha» do rei.

«Levemos ajuda aos nossos companheiros, sigamos à direita, se pudermos subir por Alplan, para que Gonçalo Gonçalves tome conta da azinhaga da esquerda, que vem de Seserigo, a fim de impedir que a entrada da porta seja ocupada por eles e, ficando nós incapacitados, os nossos que estão dentro sejam mortos para nossa vergonha»<sup>265</sup>.

E assim foi. No interior das muralhas, alguns homens munidos de pedras tentavam quebrar os «batentes» das portas. Do lado de fora, revelava-se mais eficaz o «machado de ferro» que partiu as «trancas e os gonzos». Abertas enfim as portas, D. Afonso Henriques entrava na cidade, sendo recebido com «grande júbilo» pelos seus companheiros.

---

<sup>264</sup> *Cr. 1344*, vol. IV: 231-232.

<sup>265</sup> *DES*: 1232.

Ajoelhou-se e rezou a Deus por finalmente capturar a praça que durante tantos anos causara grandes danos a si e à região de Coimbra. O *DES* termina assim o seu relato, mas a ação militar e a própria conquista da cidade ainda não chegara a um termo.

A *Crónica 1419* é a que mais detalhes nos dá sobre os momentos que se desenrolaram após a entrada de D. Afonso Henriques na vila amuralhada. Nela, é relatado como os muçulmanos acolheram «todos» à porta por onde entraram os cristãos e ali se «defendiom muy fortemente». Seguiram-se momentos de grande violência. Tal como haviam sido as ordens do rei, os cristãos não pouparam nas vidas tiradas ao inimigo, desde «molleres e moços pequenos», e havia tanto sangue espalhado pelas ruas que «parecia que foram aly mortos grande multidão de gados». Ainda assim, e como salienta esta crónica, alguns muçulmanos foram feitos cativos, nomeadamente «tres cavaleyros muy riquos», com o objetivo de obter avultados resgates<sup>266</sup>. Outros terão conseguido fugir para a vizinha Lisboa, tal como menciona o relato da conquista dessa cidade e que já aqui fizemos questão de mencionar.

Tal como referiu Miguel Gomes Martins, apesar dos vários relatos que temos ao nosso dispor para o estudo da tomada de Santarém não dizerem nada sobre o assunto, tendemos a concordar com a opinião deste autor de que os combates mais violentos se terão dado na alcáçova<sup>267</sup>. É de acreditar que as tropas muçulmanas que acolheram a Alporão se encontravam em número reduzido, devido ao adiantar da hora e à surpresa do assalto, pelo que foram facilmente derrotadas pela hoste cristã. Como tal, a maior parte da guarnição terá procurado refúgio na alcáçova, o último reduto defensivo e símbolo do poder militar, local onde terão oferecido maior resistência.

Contudo, foram incapazes de suster o ímpeto do ataque cristão. Como consequência, o alcaide de Santarém fugiu por um dos postigos da vila, rumando a Sevilha. Este episódio da fuga do alcaide não aparece registado no *DES*, mas todas as crónicas subsequentes fazem-lhe referência. Com a fuga do seu líder, é bastante provável que a guarnição muçulmana tenha apresentado a sua rendição. Aos primeiros raios de Sol do dia, já Santarém se encontrava em total posse dos cristãos.

---

<sup>266</sup> *Cr. 1419*: 44-45.

<sup>267</sup> MARTINS 2011: 74.

«E o alcaide que a tinha avya nome Cetrin<sup>268</sup>. E, quando vyo os cristãaos assy de sospeita sobre sy, fugio pera Sevilha. E, quando chegou acerca do ryo, el rey de Sevilha stava ã cima da Torre do Ouro e, como o divisou, logo o conhoceo. E disse aos que cõ elle stavã:

- Vedes aquelle que vê a gram pressa? Aquelle he o alcaide Cetrĩ de Santarẽ. E, se en aquelle rio der augua ao cavallo, sede çertos que he tomada a villa. E, se a nõ der, he cercada e vẽnos demãdar acorro.

E o alcaide, logo que chegou ao ryo, deu augua ao cavallo. E el rey disse:

- Tomado he Sanctarem»<sup>269</sup>.

#### 4.2.1.

#### A questão moçárabe

A tradição historiográfica diz-nos que a tomada de Santarém foi tão rápida e “simples” porque contou com apoio interno, ou seja, com apoio da comunidade moçárabe dessa vila. De facto, muitos têm sido os historiadores que se referem a esta comunidade como uma «quinta coluna» que desempenhou um papel preponderante nesta operação militar. Aliás, analisando os homens que integraram a própria hoste cristã, encontramos inclusivamente alguns moçárabes, como são os casos de Mem Ramires, Mogueime e Martim Mohab<sup>270</sup> e os outros dois emissários que com este último foram a Santarém anunciar o fim das tréguas.

Sabe-se que Santarém possuía uma significativa e ativa comunidade moçárabe desde os primórdios da ocupação islâmica. Entre estas duas civilizações foram celebrados acordos que permitiram aos habitantes de Santarém manter as suas terras e preservar uma

---

<sup>268</sup> A *Cr. 1344* apresenta um nome diferente para o alcaide de Santarém. Em vez de Abzecri, avança com o nome Cetrin. Não é fácil identificar esta figura que, segundo a tradição, governou Santarém por mais de três décadas, nem iremos ocupar-nos com esta questão. Sobre esta personagem histórica remetemos para a leitura de PEREIRA 1996.: 318-319 e SIDARUS 2007: 325-327.

<sup>269</sup> *Cr. 1344*, vol. IV: 232.

<sup>270</sup> Apesar de não estarem identificados nas demais fontes medievais, pensa-se que Mogueime e Martim Mohab fizessem parte das milícias de fronteira. Sobre este aspeto veja-se: PEREIRA 2003: 55, nota 78.

organização herdada do mundo antigo, onde se incluía a continuação da prática do Cristianismo<sup>271</sup>.

Pensa-se que os cristãos moçárabes representassem, em termos humanos, o grupo maioritário em Santarém, pelo menos até à chegada dos almorávidas<sup>272</sup>. A chegada ao poder dos almorávidas não terá alterado muito os acordos entre cristãos e muçulmanos, uma vez que, aquando da conquista de Santarém, em 1111, alguns habitantes submetem-se ao invasor e as suas vidas foram poupadas<sup>273</sup>.

O facto de, até à conquista de Santarém, não serem conhecidos incidentes ou revoltas da população moçárabe contra os seus novos senhores parece indicar que estas duas culturas se entenderam e conseguiram coexistir. Ainda assim, e como notou José Mattoso, é provável que a cidade «fosse palco de contradições internas que facilitaram a conquista de 1147»<sup>274</sup>, uma vez que boa parte dos habitantes locais olhava para os almorávidas como «estrangeiros».

Face ao que foi exposto, é perfeitamente aceitável que os cristãos tenham beneficiado do auxílio destes moçárabes na tomada de Santarém. Assim sendo, e como já aqui foi abordado, o envio dos emissários a anunciar a quebra das tréguas poderia significar, na verdade, a entrega subliminar da mensagem que os cristãos estavam a caminho de Santarém e que contavam com a ajuda dos moçárabes para a conquista da cidade. É também possível que, quando Mem Ramires se desloca a Santarém na sua missão de reconhecimento da praça, tenha encetado desde logo os primeiros contactos com os líderes desta comunidade, procurando angariar apoios para os planos de D. Afonso Henriques.

A ser este o caso, podemos questionar por que razão o rei incitou as suas tropas a matar todos aqueles que lhes aparecessem pela frente, não havendo qualquer discriminação de idade ou sexo. Esta tarefa parece ter sido, aliás, relativamente bem cumprida, como nos transmite o relato da *Crónica de 1419*. Talvez o rei apenas se estivesse a referir à população muçulmana. E, em plena madrugada, e no meio de tantos gritos e confusão, distinguir moçárabes de muçulmanos seria tarefa quase impossível, pelo que muitos moçárabes terão sido mortos pelos próprios cristãos. Ou, como referiu Mattoso, talvez as

---

<sup>271</sup> FERNANDES 2002: 48.

<sup>272</sup> CONDE 1999: 31.

<sup>273</sup> AL-MARRAKUSHI 1955: 123.

<sup>274</sup> MATTOSO 2011: 239.

ordens do monarca português não passassem de um «recurso literário destinado a ocultar uma realidade bem diferente»<sup>275</sup>.

#### 4.2.2.

#### A polémica Porta de Atamarma

Já vimos que muitos dos acontecimentos da tomada de Santarém estão envoltos em mistério e polémica, alguns deles podendo ser colocados em dúvida sobre se desenrolaram realmente como nos dizem as fontes. Mas das maiores questões que se colocam sobre este episódio da Reconquista diz respeito à Porta de Atamarma.

Muitos historiadores admitem que foi por esta porta que D. Afonso Henriques entrou em Santarém. É o que dita a tradição. Ainda assim, autores como Maria Ângela Beirante e Mário Viana rejeitam-na. Se olharmos para as fontes que relatam a conquista de Santarém reparamos que nenhuma refere, em momento algum, a existência de tal porta. O próprio *DES* apenas nota que os cristãos entraram pela *portam ciuitatis*, nunca mencionando o nome da mesma.

Aliás, ainda está por decifrar ao certo por qual porta entraram os cristãos. Seria realmente a porta de Atamarma? Ou seria uma outra porta que pertencia às muralhas de Alporão? E seria esta a tal porta da Alcáçova que alguns textos cristãos mencionam? São questões que ainda estão por responder e cujo debate parece estar para durar. Ainda assim, podemos excluir desde logo a sugestão de Picard de que os cristãos entraram pela Porta do Sol<sup>276</sup>, uma vez que o relato do *DES* explicita bem que a ação militar se desenrola do lado oposto àquele onde se encontra essa porta.

---

<sup>275</sup> MATTOSO 2011: 239.

<sup>276</sup> PICARD 2000: 213.



A tradição de que D. Afonso Henriques entrou em Santarém pela Porta de Atamarma surge apenas na Idade Moderna (século XVI)<sup>277</sup> e os estudos mais recentes apontam que a primeira menção escrita desta porta remonta ao século XIII<sup>278</sup>. E antes da sua demolição, existia uma inscrição à entrada da porta que dava conta desta tradição. A Porta de Atamarma já não existe nos dias de hoje e, no sítio onde a mesma terá sido edificada, foi colocado um monumento comemorativo de forma a preservar a memória da entrada dos cavaleiros de D. Afonso Henriques.

As escavações arqueológicas realizadas há uns anos neste local permitiram apurar a antiguidade da porta. O pavimento subterrâneo aí encontrado parece ter deixado de estar em uso entre os séculos XI e XII, enquanto as peças de cerâmica que foram retiradas desse local datam dos séculos X-XI<sup>279</sup>. Estas evidências vieram permitir concluir que a Porta da Atamarma já existia em época islâmica, ainda antes da conquista por parte D. Afonso Henriques. Assim sendo, esta porta integrava o sistema defensivo muçulmano, podendo fazer parte das obras levadas a cabo por Abzecri.

Um outro aspeto que se notou a propósito das escavações diz respeito à localização dos alicerces da porta. Estas mostraram que a localização primitiva da porta não corresponde exatamente àquela onde se encontra atualmente o tal monumento erguido em sua memória. A própria orientação original da porta não seria igual à do monumento. Isto permitiu concluir que a topografia da cidade sofreu alterações ao longo do tempo, obrigando a constantes obras na porta e no troço das muralhas. A própria mão humana terá feito diversas alterações nesta estrutura, de forma a adaptá-la às necessidades das populações que habitavam esta zona do planalto<sup>280</sup>.

Apesar destes dados, não podemos afirmar com total certeza que foi por esta porta que o rei português e os seus homens entraram naquela madrugada de 15 de março de 1147. O *DES* menciona o topónimo árabe *Atumarmal* (Atamarma), nome dado à fonte situada perto do vale por onde os cristãos avançaram até às muralhas. Contudo, e como

---

<sup>277</sup> BEIRANTE 1980: 30.

<sup>278</sup> VIANA 2007: 62, nota 75. Estudos anteriores defendiam que a primeira menção a esta porta datava do século XIV.

<sup>279</sup> CARDOSO, ALMEIDA e MENDES 2002: 821.

<sup>280</sup> *Idem*: 820-823.

bem notou Maria Ângela Beirante, trata-se do caminho tomado pelos homens de Mem Ramires e não do ponto da escalada<sup>281</sup>.

Em suma, parece-nos imprudente afirmar que foi pela Porta de Atamarma que o rei português entrou triunfante em Santarém. O silêncio das fontes a este respeito leva-nos a tomar as devidas cautelas. De qualquer modo, terá sido por uma porta do conjunto amuralhado de Alporão o ponto de entrada na cidade. Como vimos, a Porta do Sol é facilmente excluída. A Porta de Santiago também poderá ser excluída, uma vez que, analisando o *DES*, parece ter sido essa a porta que o destacamento liderado por Gonçalo Gonçalves controlou a mando do rei.

Facto é que a tradição assim o diz. Muitas vezes, em História, a tradição é mais forte, sobretudo na ausência de provas concretas. Contudo, confiar exclusivamente na tradição é perigoso, pois podemos cair em erro sobre os factos ocorridos, ao mesmo tempo que deixamos de procurar por mais e melhores respostas para as dúvidas colocadas.

### 4.2.3.

#### O pós-tomada de Santarém

Conquistada Santarém, todo um trabalho era necessário levar a cabo nesta praça, agora, e definitivamente, em mãos dos cristãos. As fontes pouco ou nada mencionam sobre o período que o rei terá permanecido em Santarém, após a sua conquista. A *Crónica Geral de Espanha* menciona que o rei «repairou todas as fortalezas da villa e açalmoua o melhor que pode», retornando a Coimbra com «grande honrra» depois destes trabalhos<sup>282</sup>. A *Crónica de Portugal de 1419* acrescenta ainda que D. Afonso Henriques deixou alcaide em Santarém. Regressado a Coimbra, contou à rainha como havia conquistado Santarém e aí permaneceu alguns dias a preparar a conquista de Lisboa<sup>283</sup>. Esta informação é igualmente transmitida pela *Crónica Duarte Galvão*.

---

<sup>281</sup> BEIRANTE 1980: 30.

<sup>282</sup> *Cr. 1344*, vol. IV: 232.

<sup>283</sup> *Cr. 1419*: 45-46.

Como podemos ver, as fontes apresentam escassas informações sobre o que se desenrolou após a tomada de Santarém. Ainda assim, é bastante provável que o rei tenha permanecido na praça escalabitana alguns dias, de modo a reorganizar as suas defesas e a controlar a população que sobreviveu ao ataque cristão. Também tendemos a concordar com a informação de que aqui deixou alcaide, pois seria uma atitude ponderada deixar um representante na praça que pudesse gerir os assuntos da cidade em seu nome. Todas estas medidas seriam sensatas, uma vez que só assim seria possível conter possíveis dissensões internas por parte da população. Para além disso, terá deixado uma guarnição cristã na praça para que esta defendesse um possível ataque muçulmano.

Contudo, o rei teria que regressar a Coimbra, seu principal centro de operações, pois começava a aproximar-se a altura da conquista de Lisboa. A frota de cruzados que iriam auxiliar o rei nesta empresa estava quase a chegar. Esta era uma operação muito mais complexa, que requeria muitos mais homens e meios que a tomada de Santarém. Mas era uma operação que se encontrava agora mais facilitada, uma vez que tinha sido derrubada a principal praça que fornecia apoio aos muçulmanos de Lisboa. Aliás, muitos dos muçulmanos que fugiram de Santarém após o assalto cristão, procuraram refúgio precisamente em Lisboa, tal como já vimos anteriormente neste trabalho. Os cristãos podiam, então, montar cerco à cidade lisboeta sabendo que não iriam recear que surgisse na sua retaguarda o contingente muçulmano de Santarém. Estava para breve o domínio de toda a linha do Tejo.

## **CONCLUSÃO**

O nosso estudo debruçou-se sobre a tomada de Santarém, a 15 de março de 1147. Como vimos ao longo do trabalho, este tema, apesar de já se encontrar bem estudado por diversos autores de História Militar e de História Medieval, continua repleto de muitas dúvidas e mistério e procurámos, comparando as opiniões dos historiadores e analisando aquilo que as fontes nos transmitem, dar uma visão mais atual sobre o acontecimento.

A tomada de Santarém insere-se num contexto de conjuntura política no Al-Andalus, marcado pelo enfraquecimento do poder dos almorávidas e o crescimento dos almóadas. Marca também uma mudança na estratégia de D. Afonso Henriques no plano da Reconquista. Se até então o monarca português estava, sobretudo, empenhado em garantir a defesa das suas terras em Coimbra, através, por exemplo, da construção do castelo de Leiria, a investida sobre Santarém (e seguidamente sobre Lisboa) assinala o domínio sobre a linha do Tejo e os posteriores avanços nas conquistas das praças além-Tejo.

Comentámos por diversas vezes a importante posição geoestratégica de Santarém no plano da Reconquista. Por um lado, era uma seta apontada aos territórios em posse dos cristãos a Norte (nomeadamente Coimbra). Por outro, era a chave para o domínio do Tejo e para uma futura campanha ofensiva sobre Lisboa. É com isto em mente que D. Afonso Henriques decide conquistar Santarém aos muçulmanos. Percebeu que precisava de a conquistar primeiro, de forma a isolar Lisboa, privando-a, deste modo, de receber reforços provenientes da praça escalabitana.

As fontes muçulmanas exaltaram as riquezas dos campos de Santarém, assim como as suas defesas intransponíveis, que conferiam o carácter inexpugnável à praça escalabitana. Mas vimos que, afinal, em termos materiais, Santarém não possuía tantas defesas quanto se pudesse pensar. Apenas a alcáçova se encontrava realmente bem protegida. Fora isso, havia apenas uma muralha que atravessava a zona de Alpram, onde havia a assinalar ainda algumas torres, barbacãs e baluartes, fruto das obras de Abzecri ao longo do século XII. Só nos séculos seguintes se procederam ao reforço das defesas materiais de Santarém, nomeadamente na zona de Sesarigo e de Marvila. Assim sendo, a principal defesa de Santarém era mesma a sua posição no topo de um monte, rodeada por vales escarpados e pelo Tejo, cujos acessos eram muito complicados e perigosos para um exército sitiante. Em suma, era a Natureza a defesa-chave da vila.

Face ao perigo e dificuldades que andavam ligados à tomada de Santarém, as fontes medievais tendem a atribuir um carácter divino a esta empresa, constituindo um verdadeiro milagre de Deus. Efetivamente, o rei português não possuía os homens nem meios (nem mesmo tempo) necessários para montar cerco à dita cidade. E precisava de a subjugar antes da chegada dos Cruzados que lhe iriam dar apoio na futura conquista de Lisboa. Como tal, optou por um novo tipo de operação: o assalto furtivo.

Como vimos, para que operações deste cariz tivessem sucesso era necessário proceder-se previamente a um reconhecimento do alvo em questão, isto é, das defesas da praça, da sua guarnição, dos acessos, etc. E é com isto em mente que D. Afonso Henriques enviou o moçárabe Mem Ramires a Santarém, segundo a tradição do *DES*. A propósito desta misteriosa figura, vimos que a maioria das crónicas cristãs posteriores ao *DES* substituem o nome de Mem Ramires pelo de Mem Moniz, mas a tradição historiográfica prefere o nome de Ramires, uma vez que é esse o nome que consta na principal fonte que relata a tomada de Santarém. E como alguns historiadores fizeram questão de notar, é seguro considerar Mem Ramires o cérebro de toda a operação que tomou Santarém aos mouros. De facto, é Mem Ramires quem estuda ao pormenor a vila escalabitana e quem lidera no momento do assalto.

Operações destas requeriam ainda um reduzido número de efetivos e estes eram minuciosamente escolhidos antecipadamente. Analisando o *DES*, rapidamente percebemos que os homens que integraram a hoste cristã foram escolhidos a dedo pelo rei, sendo muitos deles cavaleiros da região de Coimbra já experientes em batalha, aos quais se juntavam membros da guarda-pessoal do monarca. Notámos a ausência das mesnadas nobres neste exército, seguramente guardadas para o cerco de Lisboa.

Um aspeto que tem levantado algumas questões ao longo dos anos prende-se com a presença dos Templários. Vimos que apenas a *Crónica de Portugal de 1419* menciona explicitamente a participação desta Ordem na tomada de Santarém. As restantes fontes nada dizem a este respeito. Apenas presumimos que os Templários ajudaram na conquista de Santarém pela atribuição à Ordem do Templo dos rendimentos eclesiásticos de Santarém, como aparece registado num documento de abril de 1147. Facto é que os Templários, após a conquista de Santarém, construíram a Igreja de Santa Maria de Alcáçova (que se

encontra edificada até aos nossos dias), construção que se desenrolou entre 1147 e 1154, e cuja mestria de orientação coube a Fr. Pedro Arnaldo, comendador da vila<sup>284</sup>.

Podemos ainda questionar o papel da comunidade moçárabe de Santarém na conquista da praça. Alguns autores defendem que a «facilidade» com que foi conquistada a vila só poderia ser possível com ajuda interna. Isto leva-nos a questionar se, quando Mem Ramires foi enviado na sua missão de reconhecimento, não aproveitou desde logo para encetar conversações e obter apoios desta comunidade para a futura tomada da praça. De igual modo, quando D. Afonso Henriques enviou os emissários a Santarém para anunciar o fim das tréguas, poderíamos estar, na verdade, perante o anúncio subliminar que as tropas cristãs estavam a aproximar-se e que a comunidade moçárabe deveria preparar-se para as auxiliar quando chegasse o momento do assalto. Esta é uma teoria que tem ganhado cada vez mais força nos últimos anos e, como comentámos no nosso estudo, perfeitamente plausível de ser aceite.

Por fim, há ainda a questão da Porta de Atamarma, cuja tradição indica ter sido por esta porta o ponto de entrada do rei português com as suas tropas. Os vestígios arqueológicos apontam para que a porta já existisse aquando da tomada de Santarém, mas nenhuma das fontes que usámos para o estudo deste episódio lhe fazem referência, limitando-se a dizer que D. Afonso Henriques entrou pela porta da cidade. Que porta seria esta? Não sabemos. Podemos excluir algumas (como a do Sol), mas não temos forma de garantir a cem por cento que o ponto de entrada se deu pela Porta de Atamarma.

A conquista de Santarém assinalou uma mudança de paradigma na arte de fazer a guerra em território português. O recurso ao assalto furtivo para conquistar uma determinada praça passou a ser bastante comum, tendo na figura de Geraldo, o *Sem Pavor* o seu principal precursor.

Para além disso, a tomada de Santarém permitiu montar cerco a Lisboa e, com a conquista da vila lisboeta, iniciar as campanhas além-Tejo. Isto leva alguns autores a considerar a tomada de Santarém mais importante que a própria tomada de Lisboa, olhando num contexto global da Reconquista e consolidação do território<sup>285</sup>.

---

<sup>284</sup> RODRIGUES 2019: 70.

<sup>285</sup> SIDARUS 2007: 325.

E Santarém teve, de facto, um papel importante nas ditas campanhas. Entre 1147 e 1183, os cavaleiros da vila escalabitana participaram nas ofensivas contra Alcácer, Beja e Triana (em Sevilha) e ajudaram ainda na defesa de Alcácer, quando esta foi atacada por tropas de Beja e de Serpa<sup>286</sup>. Para além disso, a posição geoestratégica de Santarém não fora esquecida pelos muçulmanos. Tanto assim foi que em 1184 Santarém foi alvo de cerco por parte das forças almóadas, naquela que marca a derradeira ofensiva muçulmana para recuperar esta praça. No entanto, os cristãos foram capazes de resistir e manter Santarém em sua posse, consolidando, deste modo, a sua presença na linha do Tejo.

---

<sup>286</sup> VIANA 2005: 582-583.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

## Fontes impressas

*A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado* (2007), trad. Aires A. Nascimento. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Literatura Medieval. Lisboa: Nova Vega.

AL-HIMYARI (1963), *Kitab ar-Rawd al-Mi'tar*. Trad. M.<sup>a</sup> Pilar Maestro González. Valencia: Anubar Ediciones.

AL-HULAL AL MAWSIYYA (1951), *Cronica árabe de las dinastias almorávide, almohade y benimerín*, trad. Ambrosio Huici Miranda. Tetuán: Editora Marroquí.

AL-IDRĪSĪ, *Geografía de España*, Ed. de Antonio Ubieto Arteta (1974), Valencia, Anubar Ediciones.

AL-WAHID AL-MARRAKUSHI (1955), *Kitab al-Mu'yb fi Taljis Ajbar al-Magrib*, trad. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Arabes de la Reconquista*, Vol. IV. Tetuán: Editora Marroquí.

*Annales D. Alfonsi*. Ed. por Monica BLÖCKER-WLATER (1966), *Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeit*. Zürich: Frentz und Wasmuth.

*Chronica Ghotorum*. In BRANDÃO, Frei António (1632), *Monarquia Lusitana, Parte Terceira*.

*Crónica de Portugal de 1419*. Ed. por Adelino Almeida Calado (1998), Aveiro: Universidade de Aveiro.

*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Ed. por Luís Filipe Lindley Cintra (2009), Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vols. I, II e IV.

*Dikr bilad al-Andalus* (1983), trad. Luis Molina, *Una Descripción Anónimade al-Andalus*, Tomo II. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones.

*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos Condes Portugaleses e de D. Aonfos Henriques, 1095-1185*. Ed. de Rui Pinto de Azevedo (1958-1961), 2 tomos. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

GALVÃO, Duarte (1986), *Crónica de El Rey D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

IBN IDARI AL-MARRAKUSHI (1953), *Al-Bayan al-Mugrib fi Ijtisar Ajbar Muluk al-Andaluz wa al-Magrib*, trad. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Arabes de la Reconquista*, Vol. II, *Los Almohades*, Tomo I. Tetuán: Editora Marroquí.

*Monumenta Henricina*, Vol. 1, Ed. A. J. Dias Dinis (1960). Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

PINA, Rui de (1906), *Chronica de el-rei D. Sancho I*, vol. LII. Biblioteca de Clássicos Portugueses.

*Quomodo sit capta Sanctaren cilitas a rege Alfonso comitis Henrici filio* (2005). Trad. por Aires NASCIMENTO – “O Júbilo da Vitória: Celebração da Tomada de Santarém aos Mouros (A.D. 1147)”. in ALEMANY, Rafael, MARTOS, Josep Lluís e MANZARANO, Josep Miquel (org.) – *Actes del X Congrés Internacional de l’Associació Hispànica de Literatura Medieval*, tomo III. Alacant: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana.

ROLDÁN CASTRO, Fátima (1990), *El Occidente de Al-Andalus en el Ātār al-Bilād de Al-Qazwīnī*. Sevilla: Ediciones Alfar.

*Vida de S. Teotónio* (1987). Prefácio, tradução do latim e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra: Igreja de Santa Cruz.

## **Estudos**

AGUILAR SEBASTIÁN, Victoria (1993), «Aportación de los árabes nómadas a la organización militar del ejército almohade», in *Al-Qantara*, XIV, pp. 393-415.

AZUAR RUIZ, Rafael (2002), «Campesinos fortificados frente a los conquistadores feudales», in FERNANDES, Isabel (coord.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) - Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp. 228-238.

BARATA, José Henriques (1939), *A tomada de Santarém aos Mouros: Na história, na lenda e na arte*. Coimbra: Tipografia Silva.

IDEM (1947), *Fastos de Santarém: De expugnatione Scalabis. O cerco de 1184*, Coimbra: Coimbra Editora.

BARBOSA, Pedro Gomes (1991), *Documentos, Lugares e Homens. Estudos de História Medieval*. Lisboa: Edições Cosmos.

IDEM (2004), *Conquista de Lisboa, 1147. A cidade reconquistada aos Mouros*. Lisboa: Tribuna da História.

IDEM (2008), *Reconquista Cristã nas Origens de Portugal*. Lisboa: Ésquilo.

BARROCA, Mário Jorge (1990/91), «Do castelo da Reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII)», *Portvgalia*, Nova Série, Vol. XI-XII. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 89-136.

IDEM (1996/97), «A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII», in *Portvgalia*, Nova Série, Vols. XVII-XVIII. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 171-209.

IDEM (2003), «Da Reconquista a D. Dinis», in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) *Nova História Militar de Portugal*, vol I, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 22-161.

IDEM (2017), «A arquitectura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques», in BARROCA, Mário Jorge (coord.), *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 125-158.

BATATA, Carlos, BARRADAS, Elisabete e SOUSA, Vanessa (2004), «Novos vestígios da presença islâmica em Santarém», in AMADO, Carlos e MATA, Luís (coords.), *Santarém e o Magreb: encontro secular (970 – 1578)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 69-77.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha (1980), *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

IDEM (1990), «Santarém», in *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Amélia Aguiar Andrade Iria Gonçalves, A.H. de Oliveira Marques (coords.), vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica\Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

BRANDÃO, Frei António (1632), *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*. Lisboa: impresso no Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck.

BRANDÃO, Zeferino (1883), *Monumentos e lendas de Santarém*. Lisboa: Typographia das Horas Românticas.

BRITO, Frei Bernardo de (1602), *Primeyra Parte da Chronica de Cister*. Lisboa: editado por Pedro Craesbeck.

CARDOSO, Mário (2001), *As Muralhas de Santarém – Interpretação e Enquadramento Histórico-Arqueológico*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

CARDOSO, Mário, ALMEIDA, Maria José de e MENDES, Henrique Calé (2002), «A porta de Atamarma», in FERNANDES, Isabel (coord.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) - Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp. 819-824.

CATARINO, Helena (1995), «A ocupação islâmica», in *História de Portugal*, dir. de João Medina. Vol. III. Lisboa: Ediclube, 44-92.

COELHO, António Borges (1972), *Portugal na Espanha Árabe*. Vol. I Lisboa: Seara Nova.

CONDE, Manuel Sílvio Alves (1996), *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia Historica.

IDEM (1997), «Ocupação Humana e Polarização de um Espaço Rural do Garb al-Andalus – o Médio Tejo à luz da toponímia arábica», *Arquipélago. História*, 2.<sup>a</sup> série, II, pp.353-385.

IDEM (1999), «Madinat Shantarin. Uma aproximação a paisagem da Santarém muçulmana (séculos X-XII)», *Media Atas 2 - Rev. de Estudos Medievais*, Universidade dos Açores, pp. 11-34.

IDEM (2005), «Fronteira, guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo, entre muçulmanos e cristãos (séculos IX-XIII)», in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina (coords.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII). Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003 e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*. Palmela/Porto: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 43-52.

CORREIA, Fernando Branco (1999), «Fortificações islâmicas do Gharb», in *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 193-206.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.) (1996), *Santarém. Cidade do Mundo*, vols. I e II. Santarém: CMS.

IDEM (2002), «As fortificações de Santarém – séculos XII a XIII», in FERNANDES, Isabel (coord.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp. 405-422.

DIAS, Ana Carvalho (2012), «O Castelo dos Templários e o Convento de Cristo à Luz das Recentes Escavações Arqueológicas», in *Atas do I Colóquio Internacional «Cister, os Templários e a Ordem de Cristo»*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 301-321.

FERNANDES, Hermenegildo (2002), «Em torno de Santarém: posição e funções», in AR-RUDA, Ana Margarida, VIEGAS, Catarina e ALMEIDA, Maria José de, *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 47-59.

GARCÍA FITZ, Francisco (2009). «La Reconquista: un estado de la cuestión», *Clío & Crimen*, nº 9, pp. 142-215.

IDEM (2012), *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Ariel.

GUINCHO, Maria dos Anjos B. M. (1999), «A funcionalidade do relato da conquista de Santarém na construção da imagem de Afonso Henriques - versão portuguesa», in *Actas do 6º congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Rio de Janeiro.

HERCULANO, Alexandre (1859), *Lendas e Narrativas*, Tomo II, Lisboa: Imprensa Nacional, 2ª edição.

IDEM (1875), *História de Portugal. Desde o começo da monarchia até ao reinado de Affonso III*, Tomo II e Tomo III, 8ª ed. Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud-Bertrand.

LIBERATO, Marco (2012), «Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão» in *Medievalista on-line*, nº 11. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 1-23.

MAILLO SALGADO, Filipe (2011), *De la desaparición de Al-Andalus*. Madrid: Abada Editores.

MARQUES, A H. de Oliveira (1993), «Portugal Islâmico», in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques. Vol. II – *Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, coord. de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, pp. 117-249.

MARTINS, Miguel Gomes (2011), *De Ourique a Aljubarrota*. Lisboa: Esfera dos Livros.

IDEM (2016), *Guerreiros De Pedra, Castelos, Muralhas E Guerra De Cerco Em Portugal Na Idade Média*. Lisboa: Esfera dos Livros.

MATA, Luís (2018), «O Oriente (tão) Próximo. O Substrato Levantino da Cultura Imaterial do Estuário do Tejo», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, nº 21, 1ª Série. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 145-188.

MATTOSO, José (1982), *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa: Guimarães & Cia. Editores.

IDEM, (1992<sup>a</sup>), «As três faces de Afonso Henriques», in *Penélope - Fazer e desfazer a História*, nº 8. Lisboa: Edições Cosmos, pp. 25-42.

IDEM (1992<sup>b</sup>) «Portugal no Reino Asturiano-Leonês», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. I. *Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 441-562.

IDEM (1993), «1096-1325», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. II. *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 11-80.

IDEM (1995), *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal. 1096-1325*, Vol. I – *Oposição*; Vol. II – *Composição*, 5.<sup>a</sup> ed., rev. e atualizada. Lisboa: Editorial Estampa.

IDEM (2011), *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates.

PEREIRA, Armando de Sousa (1996), «A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 5, pp. 297-323.

IDEM (2001-2002), «Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra dos finais do século XII», in *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 13-14. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, pp. 315-336.

IDEM (2003), *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

PICARD, Christophe (2000), *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous la domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.

PONTE, Saete, FERREIRA, Rui e MIRANDA, Judite (2002), «Intervenção arqueológica no Castelo de Tomar», in FERNANDES, Isabel (coord.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) - Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp. 423-438.

RAMALHO, Maria M.; LOPES, Carla; CUSTÓDIO, Jorge; VALENTE, Maria João (2001), «Vestígios da Santarém islâmica – um silo no Convento de S. Francisco», *Arqueologia Medieval* 7. Porto: Edições Afrontamento, pp. 147-183.

RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães e LOPES, Carla (2005), «Fragmentos do quotidiano na Santarém dos séculos X-XI. Objectos, alimentação e meio ambiente», in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina (coords.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII). Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003 e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*. Palmela/Porto: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 263-273.

REI, António (2005), «Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe», *Arqueologia Medieval* 9. Porto: Edições Afrontamento, pp. 61-75.

IDEM (2012), *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. - XI h. / XVII d.C.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

REILLY, Bernard F. (1992), *Cristãos e Muçulmanos – A Luta pela Península Ibérica*, Trad. Maria José Giesteira. Lisboa: Teorema.

RODRIGUES, Martinho Vicente (2019), *História de Santarém*. Santarém: Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1947), *Ensaio histórico sobre o significado e valor da tomada de Santarém aos mouros em 1147*. Coimbra: Tipografia Silva.

IDEM (1977), *História de Portugal*, vol. I. *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. Lisboa, Verbo.



SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.) (1996), *Nova História de Portugal*, Vol. III, *Portugal em Definição de Fronteiras – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença.

SIDARUS, Adel e REI, António (2001), «Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes», *Arqueologia Medieval* 7. Porto: Edições Afrontamento. pp. 37-72.

SIDARUS, Adel (2007), «Shantarin/Santarém, fronteira ambivalente islamo-cristã», in *Actas do Colóquio Santarém na Idade Média (13 e 14 de Março de 1998)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 319-329.

SOLER DEL CAMPO, Alvaro, (2000), «El armamento medieval islâmico en la Península Iberica» in BARROCA, Mário Jorge, MONTEIRO, João Gouveia e FERNANDES, Isabel Ferreira, *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português (sécs. IX-XV)*, Catálogo da exposição. Palmela: Câmara Municipal/ Divisão de Património Cultural - Museu Municipal, pp. 15-36.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouveia (2017), *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

TORRES, Cláudio (1992), «O Garb-Al-Andaluz», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. I. *Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 363-437.

IDEM (2001), «Lisboa muçulmana. Um espaço e o seu território», *Arqueologia Medieval* 7. Porto: Edições Afrontamento, pp. 73-77.

VASCONCELOS, Padre Inácio de (1740), *História de Santarém Edificada*, Vol. I. Lisboa.

VIANA, Mário (2005), «Os cavaleiros de Santarém nos séculos XII e XIII», in *Arquipélago*, História - 2ª série, vol. IX. Açores: Universidade dos Açores, pp. 577-598.

IDEM (2007), *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350)*. Casal de Cambra/Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa.

VIEGAS, Catarina e ARRUDA, Ana Margarida (1999), «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. II, nº 2. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural/ Palácio Nacional da Ajuda, pp. 105-186.

ZOZAYA, Juan (2007), «Las fortificaciones andalusíes», in *Artigrama*, nº 22, pp. 233-257.

**Teses de Mestrado e de Doutoramento:**

LOURINHO, Inês (2010), *1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LOURINHO, Inês (2018), *Fronteira do Gharb Al-Andalus. Terreno de confronto entre almorávidas e cristãos (1093 – 1147)*. Tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARCANTE, Isabel (2019), *Memória e imaginário medievais em quatro relatos de conquista*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares apresentada à Universidade Aberta.

MARÔCO, Guilherme (2017), *Arte militar muçulmana em território português, 1096-1249*. Dissertação de mestrado em História Militar apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA-LEITÃO, André de (2011), *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

QUEIMADA E SILVA, Tiago (2011), *As metamorfoses de um guerreiro: Afonso Henriques na cronística medieval*. Dissertação de Mestrado em História da Idade Média – Espaços, Poderes, Quotidianos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SANTOS, Filipa (2011), *O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.